

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 - Série VII - N.º 588
4 de Abril de 1985

Preço: 30\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Conferência
Nacional
do PCP

avante
DESENVOLVIMENTO
PARA VENCER A CRISE

PCP propõe

POLÍTICA ECONÓMICA CAPAZ DE TIRAR O PAÍS DA CRISE



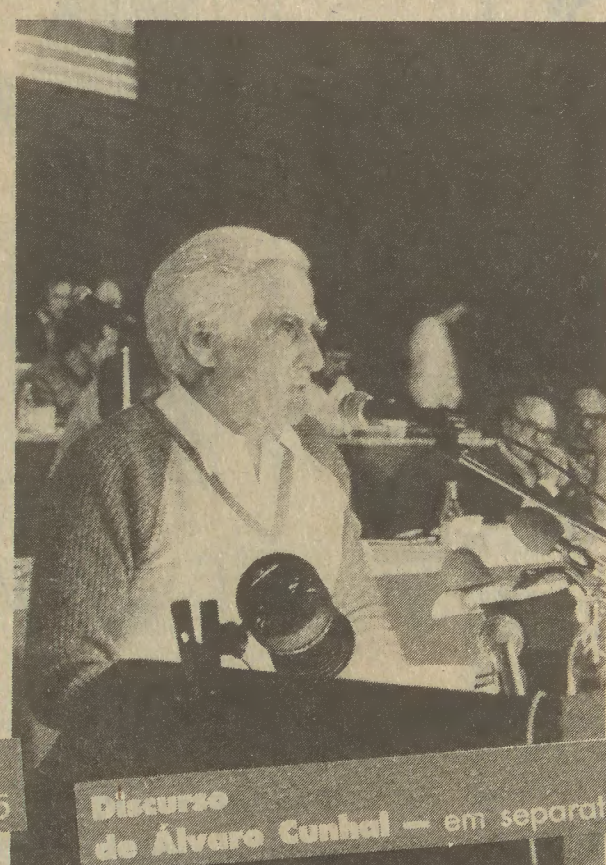
A Conferência Nacional foi uma grande realização. Foi uma grande acção política. Foi uma grande iniciativa de carácter ideológico. Foi um valioso elemento da luta do povo português e de todos os democratas e patriotas, para pôr fim ao Governo de fome, de miséria e destruição e para que Portugal retome o caminho de liberdade, de democracia, de progresso e de independência nacional aberto pela Revolução do 25 de Abril. *(do discurso de encerramento de Álvaro Cunhal)*



Reportagem - págs. 3, 4 e 5



Discurso
de Carlos Costa - págs. 4 e 5



Discurso
de Álvaro Cunhal - em separata



Proclamação - pag. 8



Depoimentos
de convidados estrangeiros - pag. 6

SEMANA

27

Quarta-feira

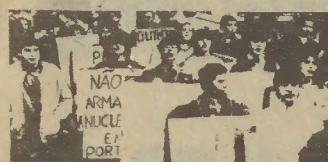


O crime de Sousa Tavares

O Ministério Público processa o ministro da Qualidade de Vida, Francisco Sousa Tavares, por envolvimento em fuga de capitais ■ Segundo um estudo divulgado pela GGTPI-IN, 15 produtos alimentares de consumo popular aumentaram 46 por cento nos últimos doze meses. Alguns desses produtos são o pão, o leite, o toucinho e o carapau ■ A comissão coordenadora das Organizações Representativas dos Trabalhadores do Sector Empresarial do Estado convoca uma jornada de luta do sector público para os dias 18 e 19 de Abril ■ O Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte protesta contra a proposta de lei do Arrendamento Rural recentemente aprovado pelo Governo. Para os agricultores, o referido diploma, a ser implantado, só trará a «miséria e a insegurança» para o sector ■ Para a Federação dos Sindicatos da Função Pública, a extinção dos organismos de coordenação económica só prejudicará os consumidores ■ O governo francês reforça o poder nuclear de Israel, estando agora a ser negociada a entrega de mais dois reactores nucleares ■ Ronald Reagan confirma, que a sua administração pretende usar os mísseis MX como uma ameaça nas conversações de Genebra.

28

Quinta-feira

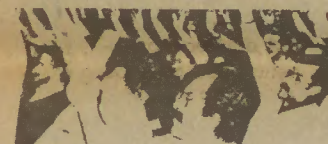


Dia da Juventude

Dia da Juventude ■ Ao recusarem-se a ouvir o Patriarcado, os inquilinos, os empresários e os municípios, o PS, o PSD e o CDS limitam o debate da Lei das Rendas e tentam-na impor a qualquer custo ■ Explosão numa fábrica de pirotécnia em Cantanhede: seis mortos ■ Para Soares, o sector privado é «instrumento privilegiado para um relançamento moderado da actividade económica», por isso, afirma, o seu papel vai ser «gradualmente crescente» ■ Segundo a Federação dos Sindicatos do Mar, o conselho de gerência da CNN e da CTM actua já como comissão liquidatária ■ Segundo dia consecutivo de protesto no Chile contra a ditadura de Pinochet. Paralelamente, os manifestantes promovem uma jornada de solidariedade para com as vítimas do sismo ■ Israel lança vaga de prisões nos territórios ocupados ■ Em Bagdad e em Teerão, dezenas de pessoas morrem em consequência dos bombardeamentos a que as duas capitais têm estado sujeitas ■ No Sudão, sucedem-se as manifestações contra o regime do marechal Jaafar Numeiri, no poder há 16 anos ■ Em Espanha, os conflitos institucionais provocam a tensão política ■ Termina no Porto a visita que a rainha Isabel II de Inglaterra fez durante quatro dias ao nosso País ■ O Governo recusa-se esclarecer a Assembleia da República sobre a situação do ministro Sousa Tavares ■ O Plenário Nacional da CGTP-IN, reunido em Lisboa, define acções de luta pela demissão do Governo «em tempo útil». Ou seja, «antes de ter concretizado todo o seu plano antidemocrático» ■ Ao pretender entregar a resolução da reunião da Inter, uma delegação de dirigentes da direcção sindical encontra forte aparato policial dentro das instalações do Ministério do Trabalho ■ Apesar da ofensiva de nove anos, a Reforma Agrária continua de pé, concluem cerca de seiscentos trabalhadores agrícolas reunidos em Évora.

30

Sábado



Conferência económica

Em Paio Pires, no conceito do Seixal, inicia-se a conferência nacional do PCP sobre «a via do desenvolvimento para vencer a crise» ■ Os reformados, reunidos em plenário nacional, no Porto, exigem que as pensões sejam equivalentes a metade do ordenado mínimo nacional e que sejam actualizadas de seis em seis meses, por forma a fazer face ao aumento do custo de vida ■ Para o ministro Maldonado Gonalves, o Ministério da Saúde não deve ser gerido por médicos ■ Em entrevista a um semanário português, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, reafirma a necessidade e a urgência de «uma decisão rápida para interromper a política de destruição, de desastre e de fome» do actual governo ■ As colectividades do distrito do Porto reclamam a isenção do Imposto do Valor Acrescentado (IVA) ■ 200 delegados de 18 países participam na 2.ª Conferência Internacional de Municípios e Zonas Não Nucleares. Portugal está representado neste encontro ■ O terror volta a instalar-se no Líbano. Um ataque do exército sionista contra uma aldeia libanesa e ataques das milícias fascistas contra campos palestinianos causam 34 mortos no sul do Líbano ■ Um cinema parisiense é alvo de um atentado bombista, quando decorria uma sessão do Festival Internacional do Cinema Judaico.

31

Domingo

Termina em Paio Pires a Conferência Económica do PCP sobre a «via de desenvolvimento para vencer a crise». Os cerca de mil delegados preconizaram uma política nacional para defender a democracia e a independência nacional ■ Na Marinha Grande, o Presidente da República afirma ser necessário que Portugal dependa o menos possível do exterior ■ Em Cascais, os vereadores do PSD reconhecem que a Câmara local se encontra paralisada ■ Os trabalhadores da delegação da agência France Press estão em greve para que a agência continue a emitir noticiário em português ■ Em 1984, as quebras de vendas no comércio atingiram os 28 por cento — sublinha o Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais ■ A Múta dos Pescadores insurge-se contra o facto de os meios de salvaguarda dos barcos de pesca não estarem isentos do IVA ■ A polícia fascista chilena degola três opositores ao regime de Pinochet ■ O director do Instituto de Estudos norte-americanos, Gueorgi Arbatov, salienta que a URSS terá de responder aos mísseis MX dos EUA.

1

Segunda-feira

Primeiro, prometeram que iam melhorar a Lei das Rendas, agora — PS/PSD/CDS — pretendem que as rendas sejam livres, mesmo nos prédios antigos ■ Um dos sindicatos amarelos da UGT, o Sindéposcas, quer comprar dois navios da SNAB ■ Maliciadamente, Mário Soares recusa-se a receber uma delegação de trabalhadores em Matosinhos. Portugal e Espanha reiniciam negociações sobre relações bilaterais ■ O PCP formaliza um protesto junto da RTP contra a forma como a televisão tratou a Conferência Nacional sobre «A via do desenvolvimento para vencer a crise» ■ O Iraque intensifica os seus ataques à capital iraniana, Teerão ■ O povo salvadoreño boicota — ao não lhe reconhecer legitimidade — a farsa eleitoral de extrema-direita ■ No Chile prossegue a vaga de prisões. No Sudão, as forças governamentais atacam a universidade.

2

Terça-feira

Em plena rua, mesmo em frente à sede da RTP, trabalhadores e quadros técnicos participam num debate sobre o Sector Empresarial do Estado; a iniciativa surge na sequência da empresa pública de Televisão ter deixado sem resposta uma carta dos trabalhadores em que se propunha tal debate ■ Maioria parlamentar aprova projecto de lei que limita liberdade de expressão ■ Sousa Tavares é exonerado a seu pedido de ministro de Qualidade de Vida ■ Delegação do PSD efectua uma «visita de cortesia» à sede do CDS ■ O vice-presidente do Brasil afirma que a dívida externa do seu país será paga «com dinheiro» e «dentro das possibilidades» e não com novos sacrificios do povo ■ Milhares de chilenos participam nos funerais de opositores ao regime fascista de Pinochet que apareceram degolados ■ O presidente Reagan profere declarações que revelam a intenção da Casa Branca intensificar a campanha a favor da «guerra das estrelas» ■ Milícias fascistas, aliadas de Israel, bombardeiam cidade no Sul do Líbano.

Editorial

A PROPOSTA DO PCP PARA VENCER A CRISE

No último fim-de-semana dois acontecimentos incidindo sobre matéria similar mas de sinal contrário marcaram de maneira relevante o momento nacional.

Um, a realização da Conferência Nacional do PCP em Paio Pires, no Seixal, versando a economia portuguesa e as questões e soluções que põe na ordem do dia.

Outro, a decisão política dos «Dez» em Bruxelas de dar o «sim» aos pedidos de adesão à CEE de Portugal e de Espanha.

No caso português, dois caminhos, duas políticas, duas formas opostas de visionar os problemas do País:

Na Conferência Nacional do PCP as propostas de soluções para os agudos problemas económicos nacionais assentaram em pressupostos inconfundíveis — uma inabalável confiança na capacidade e nas energias criadoras do nosso povo, na valorização e aproveitamento dos recursos nacionais e no profundo patriotismo dos comunistas portugueses.

Na adesão de Portugal ao Mercado Comum os pressupostos foram outros — a destruição das conquistas económicas e sociais do 25 de Abril, a alienação das riquezas do País, do trabalho dos portugueses e da independência nacional, a restauração do poder dos monopólios.

A Conferência Nacional do PCP foi dedicada ao tema «A via do desenvolvimento para vencer a crise».

A decisão política de Bruxelas, arrancada desesperadamente pelos «negociadores» do Governo de Soares e Machete, poder-se-ia talvez inverter-lhe a temática e chamar-lhe com toda a propriedade «a via da crise para travar o desenvolvimento».

Há acontecimentos cuja repercussão política nacional é impossível abafar sob a tenebrosa conspiração do silêncio de círculos do Poder, hoje empenhados num processo contra-revolucionário em Portugal.

E o caso da Conferência Nacional do PCP que a máquina da contra-informação oficial, controlada pela clique governante, procurou escamotear ao conhecimento do povo português.

O Governo PS/PSD e a sua comunicação social manipulada — contra as prescrições constitucionais que a obrigam ao pluralismo democrático — cobriram-se de vergonha aos olhos de um público informado e de qualificados delegados estrangeiros e representantes diplomáticos de numerosos países acreditados em Portugal que assistiram à Conferência, ao sonegarem a informação e a importância do que se passou nos últimos dois dias da semana transacta no Pavilhão do Clube dos Trabalhadores da Siderurgia Nacional.

A Conferência do PCP foi, como salientou Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, «o maior debate sobre questões económicas já realizado em Portugal».

Um debate especializado, de natureza eminentemente técnica, mas marcado pelo vigor da democracia interna do PCP.

O texto final do documento-base, a publicar brevemente, foi em plena Conferência enriquecido com mais 84 alterações dos delegados.

Da análise dele constante, do debate realizado e

dos relatórios e centenas de intervenções produzidas, uma conclusão resulta, como salientaria Álvaro Cunhal num discurso de encerramento que é uma síntese política dos trabalhos e das propostas da Conferência, o qual publicamos na íntegra neste número do «Avante!»: «a crise é profunda e a situação verdadeiramente desastrosa».

O debate revelou a profunda inserção dos delegados na problemática económica e social do País, na prospecção e identificação das causas da crise, no reconhecimento das possibilidades reais de a superar.

Nas 375 intervenções escritas e 250 verbais transpareceu o seu elevado valor técnico e o conhecimento directo dos problemas pelos delegados.

A Conferência colheu um vasto trabalho anterior de pesquisa e debate nas organizações regionais não só na sua preparação específica como noutras realizações do Partido, designadamente nas Assembleias de Organização das mais importantes regiões e sectores.

Esta contribuição excepcional do PCP — que contou com a participação de alguns outros especialistas — para a abordagem dos problemas económicos nacionais e a escalpelização das causas da crise não pode ser ignorada de todos os que, animados de verdadeiro patriotismo, desejam vencer as dificuldades, os perigos e ameaças que a política económica e social de sucessivos governos fez acumular sobre o País nos últimos nove anos.

As propostas saídas da Conferência não têm a pretensão da verdade absoluta — são propostas, e nesse sentido sempre susceptíveis de debate e de enriquecimento posteriores, mas indispensáveis para uma verdadeira política económica virada para a recuperação e o desenvolvimento, para a defesa dos interesses do povo e do País e para o melhoramento das condições de vida dos portugueses.

E da Conferência saiu com força uma outra convicção: a de que a superação da crise e a adopção de uma verdadeira política nacional de recuperação e desenvolvimento da nossa economia é a demissão prévia do Governo PS/PSD, a realização de eleições legislativas antecipadas, a formação de um governo Democrático de Salvação Nacional.

Sobre esta questão Álvaro Cunhal sublinharia no seu discurso: «Independentemente do resultado das eleições, a solução que melhor corresponde à necessidade de mobilização e conjugação de todas as capacidades, energias e esforços do País para vencer a gravíssima crise que o País atravessa, é a formação de um governo Democrático de Salvação Nacional, disposto a defrontar e resolver os problemas nacionais.»

É uma importante precisão da linha de pensamento do PCP.

Na verdade os últimos actos do Governo dirigido por Mário Soares reforçam a necessidade urgente da sua demissão.

O Governo e pessoalmente Mário Soares, no afã de destruir as conquistas democráticas do 25 de Abril e de restabelecer o poder dos monopólios aliados ao imperialismo e dos latifúndios, desenvolvem no momento actual uma monstruosa campanha de mistificação do povo português tentando con-

vencê-lo que a adesão à CEE é a receita milagrosa para vencer a crise e modernizar o País.

Mário Soares não hesita em mentir com descaro na sua desmedida ambição eleitoralista e no empenhamento directo na operação política contra o 25 de Abril subjacente à adesão ao Mercado Comum.

Portugal só ahnda politicamente foi admitido na CEE, mas nenhuma dúvida deve restar aos portugueses de que, na órbita da adesão, a nossa economia e as nossas condições de vida vão ser desde já submetidas a novas ofensivas e as conquistas de Abril a novos atentados.

Mário Soares e o ministro Ernâni Lopes sabem que mentem quando apontam para daqui a cinco anos metas de desenvolvimento que a experiência da CEE desmente.

Soares & C.ª falam nos inevitáveis «custos» da adesão mas o custo real que a experiência da CEE fornece aos «aderentes» mais fracos é o retrocesso económico, o alastramento da miséria, a crescente submissão aos interesses monopolistas.

O exemplo da Grécia é instrutivo. O Governo de Soares falou dos perigos do «veto» grego à adesão de Portugal mas silenciou a vasta e dolorosa experiência grega depois da adesão à CEE.

Em 4 anos as perspectivas pessimistas encurtaram-se no tempo. A agricultura grega sofre uma gravíssima crise. Os camponeses gregos produzem mas não vendem para fora nem para o próprio mercado interno penetrado agora pelos parceiros agrícolas mais fortes da CEE.

Os citrinos, o vinho, o concentrado de tomate, o azeite amontoam-se nos armazéns.

Este último produto é batido no mercado interno pelos óleos comestíveis, produzidos ou comercializados pelos outros países da CEE.

O sr. Natali acenou anteontem em Lisboa que a CEE financiaria um projecto de produção de beterraba sacarina em Portugal mas ocultou que a Grécia antes exportadora de açúcar se tornou agora importadora.

Na pecuária, a produção do apreciado carneiro montanhez que garantia a subsistência das populações serranas da Grécia deixou de ter mercado. O leite, a manteiga, o queijo dos outros países da CEE invadem o mercado interno.

Na indústria, 8 dos 20 ramos tradicionais vegetam numa grave crise e a indústria têxtil foi a primeira e a mais afectada.

Mário Soares, Machete & C.ª não é só ao povo miúdo que querem agravar a fome e a miséria com a entrada da CEE — é também às principais actividades económicas nacionais, principalmente aos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, mesmo a certos empresários mais abastados, que querem atirar para a falência e o desastre.

A Conferência Nacional do PCP é uma contribuição importante para uma alternativa democrática.

Com base nos seus documentos e conclusões os comunistas portugueses estão em condições de garantir um novo salto qualitativo na luta por um novo governo e uma nova política.

Avintes homenageia

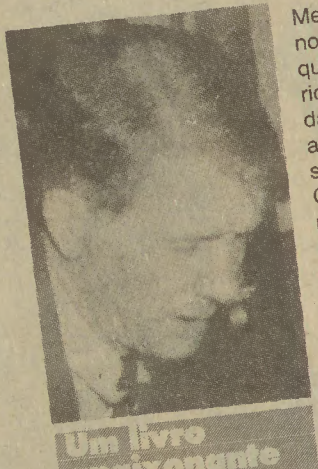
Adriano Correia de Oliveira

Está prevista para o fim-de-semana de 12, 13 e 14 deste mês de Abril, na freguesia de Avintes (concelho de V. Nova de Gaia), donde era natural o conhecido cantor, uma série de iniciativas de homenagem ao saudoso Adriano Correia de Oliveira. A acção é promovida pela Comissão de Freguesia do PCP, pela Associação dos Bombeiros Voluntários de Avintes, Associação Recreativa e Cultural Avintense — Ceifeiras de Avintes, Associação Recreativa Restauradores Avintenses, Banda Musical de Avintes, Futebol Clube de Avintes, Grupo Dramático Mérito Avintense e União Dramática de Avintes.

Com esta homenagem, que decorre sob o lema «Cantar Adriano em Abril», os promotores pretendem homenagear o antifascista e democrata que, integrado nas fileiras do PCP, sempre ao lado dos trabalhadores com a sua guitarra e a sua voz, antes e depois do 25 de Abril, combateu o fascismo, lutou pela liberdade e a democracia, defendeu as conquistas da Revolução.

Do programa constam: no dia 12, a inauguração duma exposição sobre Adriano e um espectáculo de teatro; no dia 13, um jogo de vôlei entre as equipas da velha guarda da União Académica de Avintes, de que Adriano fez parte, e uma sessão solene; no dia 14, uma romagem à campã de Adriano, um desfile pela freguesia dum rancho folclórico e da banda musical de Avintes e ainda um espectáculo de Canto Livre.

edições Avante!

art shields
CRESCI
PARA LUTAR

Um livro apaixonante

Memórias do jornalista norte-americano Art Shields que traçam um panorama rico e concreto da vida e das lutas do povo americano na viragem do século. Com Art Shields percorremos um país de léis-a-lés; o autor viveu com os índios cheroquis, esteve com os esquimós, conheceu os veteranos negros da Guerra da Secessão. A história desconhecida e ocultada de um país que importa conhecer com verdade: os EUA.

Dezenas de ilustrações de Peggy Lipschutz

COLECÇÃO CAMINHOS DA REVOLUÇÃO

**A História falsada
A verdade oculta**

**E. Kulkov
O. Rjchevski
I. Tchelichev**

A VERDADE E A MENTIRA SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Qual o conteúdo concreto da literatura burguesa acerca da 2.ª Guerra Mundial?

Quais os métodos mais típicos para falsificar a História e ocultar a verdade?

Saiba tudo isto e descubra também a verdade sobre a 2.ª Guerra Mundial.

A VENDA

D. Melnikov, L. Tchernaiia

O CRIMINOSO Nº1

O regime nazi e o seu Führer

• Como se tornou possível em pleno século XX a formação do regime nazi?

• Quais as forças que promoveram e apoiaram Hitler e conseguiram desencadear um genocídio maciço?

• Teria Hitler forças transcendentes, demoníacas que explicariam o seu poder sobre os povos alemão?

Este livro descobre a verdadeira personalidade de Hitler baseado em dados documentais e de publicações dos últimos anos.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Portuguesa, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 2.º - 1000 Lisboa Tel. 779828 779825 769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 60 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 693908 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Éva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDICÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa Tel. 778336 775750

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Fevereiro: 40227

PCP

Uma grande iniciativa do PCP para defender e prosseguir Abril!

Conferência Nacional do PCP

a via de **DESENVOLVIMENTO PARA VENCER A CRISE**

Ao som da Internacional e à hora marcada, os 907 delegados tomaram os seus lugares e, na mesa, os membros da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central abriram os trabalhos da Conferência Nacional do Partido. Centenas de convidados, ladeando o vasto recinto, aguardavam o desenrolar da primeira sessão plenária e esperavam a altura em que, nas secções, também eles poderiam intervir nos debates. Culminando um intenso trabalho preparatório que ele próprio mergulhou as suas raízes no esforçado labor quotidiano das organizações do PCP, no estudo e análise dos problemas, a Conferência foi um momento privilegiado, de balanço de conhecimentos, de crítica aturada à situação, de avanço de propostas muito claras e concretas. Com um objectivo central — encontrar e propor uma via de desenvolvimento para vencer a crise. Dois dias depois, ao cabo de muitas dezenas de horas de vivo trabalho, o trabalho não acabaria. Armados com as conclusões, os delegados partiram para as suas terras e organizações com a tarefa importantíssima de as divulgar, de as debater, de lutar pela sua aplicação.

Declarando abertos os trabalhos, o camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política e do Secretariado do PCP, pôs à consideração dos delegados a proposta de composição da Mesa que iria dirigir a Conferência. Aprovada por unanimidade, foram chamados para a Mesa outros membros do Partido — destacados operários, dirigentes e técnicos. Por unanimidade ainda foram aprovadas as propostas de constituição dos vários organismos da Conferência — o Secretariado, a Comissão de Mandatos, a Comissão de Redacção, assim como o Regulamento e a Ordem de Trabalhos. Esta, apenas com um ponto — a Situação Económica Nacional, a Crise e as Soluções — dava pano para mangas. Como se assistiu.

No seu curto discurso introdutório, o camarada Blanqui Teixeira falou dos objectivos da Conferência, das condições económicas, sociais e políticas que a justificavam. E sublinhou que o PCP não se limita a criticar uma determinada situação, mobiliza-se estudando-a e apresentando soluções. Quem assistiu comprovou-o. E, a assistir, além dos convidados, encontravam-se numerosas personalidades e representações nacionais, além dos convidados de partidos irmãos, cujas presenças foram saudadas em nome do Comité Central do Partido.

Com o PCP a crise tem soluções

Não falemos aqui dos grandes temas da Conferência, tão numerosos e diversificados eles foram. Mas as inscrições fronteiras à Mesa, no grande pavilhão de Paio Pires, davam as ideias centrais — Aumento

da Produção, Saneamento Financeiro, Melhoramento das Condições de Vida, Independência Nacional. Ideias desenvolvidas ao longo de uma dezena de horas das sessões plenárias em que foram produzidas mais de quarenta intervenções num ambiente caloroso.

Estudar e levar à prática

Uma das notas dominantes da Conferência foi a grande participação, testemunhada pelo elevadíssimo número de intervenções escritas e orais, tanto em plenário como nas secções, e, simultaneamente, a elevada qualidade e profundidade da abordagem. O estudo dos materiais da Conferência, tendo em vista a sua aplicação, é uma tarefa que se impõe.

Por óbvios motivos de espaço, não nos foi possível nesta edição dar o devido relevo a importantes intervenções registadas no decorrer dos trabalhos, para além das pronunciadas por Álvaro Cunhal e Carlos Costa, o que no entanto faremos na próxima semana.

Entretanto, podemos informar que se prepara para breve a anunciada edição em livro dos materiais da Conferência, a qual proporcionará a todos os interessados um manual fácil e completo de todas as intervenções e conclusões desta importante iniciativa.

so. Os próprios aplausos, sublinhando esta ou aquela passagem, revelaram não só uma sensibilidade e uma atenção e conhecimento em relação às grandes questões que foram abordadas, como mostraram a combatividade e a vontade dos militantes em lutar por uma alternativa cujas soluções foram apontadas no decorrer da Conferência.

Desenrolando-se no plenário, cujas sessões tiveram lugar no pavilhão, decorado sem a sumptuosidade festiva dos congressos, mas mesmo assim com uma decoração que acentuava o entusiasmo revelado

no trabalho, as intervenções começaram com o discurso do camarada Carlos Costa que, após recordar aos participantes os objectivos principais da Conferência se referiu aos trabalhos preparatórios desta iniciativa do Partido, durante os quais, para além do debate das questões mais candentes da situação actual e da elaboração de muitas dezenas de estudos, foi elaborado um documento-base, para aperfeiçoamento do qual já muitas emendas haviam sido introduzidas e que seria ainda alvo de muitas outras durante a Conferência. Depois o fundamental da intervenção — que publicamos na íntegra — foi consagrada à análise da situação económica e às propostas do PCP para a ultrapassar, resultando clara a conclusão: com o PCP, a crise tem soluções.

O «momento exacto»

A Conferência, disse Carlos Costa, realiza-se no momento exacto. Referia-se o camarada à coincidência da crise econó-

mas aprofundada, passaram nas três sessões plenárias.

As relações económicas externas, a política orçamental, as ofensivas contra as nacionalizações e contra a Reforma Agrária, a questão da economia paralela, a política de desenvolvimento regional, foram ainda objecto de intervenções no plenário, seguidas com grande atenção.

Fazendo «o trágico balanço da política de recuperação capitalista», «exemplo mais completo da sua falência», o camarada Domingos Abrantes abordou a situação social dos trabalhadores, sublinhando que não só os salários reais sofreram uma quebra, entre 1977 e 1984, de 21,3 por cento, como se tornou persistente o fenómeno dos salários em atraso — no ano passado mais de 200 mil trabalhadores encontraram-se nessa situação. O desemprego, por seu lado, atingiu centenas de milhares de portugueses, principalmente mulheres e jovens. Depois de traçar o panorama dos sacrifícios impostos aos trabalhadores, que não conduziram à recuperação económica, Domingos Abrantes sublinhou que a recuperação e o desenvolvimento terão de ser acompanhados pelo melhoramento progressivo das condições de vida material e cultural dos trabalhadores.

Outra das questões que suscitou uma atenção muito viva foi tema da intervenção do camarada Carlos Brito, que versou sobre a anunciada integração de Portugal no Mercado Comum. Criticando o facto de as negociações não se terem pautado pela defesa dos interesses nacionais, Carlos Brito insistiu nas consequências desastrosas que tal integração teria para o nosso país. «Na forma como têm sido conduzidas as negociações por Mário Soares», disse, «essas consequências são ainda mais graves».

A Reforma Agrária, um tema que, por razões conhecidas, faz sempre vibrar os militantes do Partido e todos os que combatem em defesa das conquistas de Abril, foi o tema abordado pelo camarada António Gervásio, que chamou a atenção para o facto de não serem possíveis o aumento da produção nacional, o florescimento de uma agricultura moderna e democrática e a própria saída da crise sem a liquidação definitiva do latifúndio e sem a realização completa da Reforma Agrária.

Outra das conquistas de



Abril — as nacionalizações — foi objecto da intervenção do camarada Carlos Ramilhes, que falou da defesa e dinamização do sector empresarial do Estado, da sua influência decisiva no sistema económico nacional por deter os sectores básicos que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e ulterior alargamento da produção agrícola, da pesca e dos vários ramos da indústria.

Centenas de intervenções

A defesa firme e intransigente da independência nacional foi vivamente feita na tribuna pelo camarada Carlos Carvalhas que apontou o facto de tal defesa ser um dos elementos essenciais apontados pelo Partido de uma política alternativa. E definiu o significado, para os comunistas, de independência económica, sublinhando que isso quer dizer que Portugal, nas suas relações externas, se deve pautar pela cooperação, pelas vantagens recíprocas e não pela submissão e entrega.

Mas não só das intervenções em plenário — cuja lista completa se pode ler nesta página — viveu a Conferência. Setenta horas de debate, divididas por dezanove

secções, ocuparam os delegados e, desta vez, também os convidados. Mais de trezentas intervenções escritas e 250 orais foram produzidas nas secções espalhadas pelo edifício — ver artigo neste número — e em instalações expressamente construídas para o efeito, funcionando a secção sobre agricultura no salão de uma colectividade local.

Dois dias, pois, de intenso e profundo trabalho que trouxeram a Paio Pires, vindos de todo o País, os delegados e os convidados. E a discussão transbordava das sessões plenárias e das secções para o tempo dos intervalos e do almoço, no convívio fraternal que mais uma vez se estabeleceu ali, à semelhança de outras realizações nacionais do PCP. Dois dias de labor entusiástico, de combatividade, de esperança na luta por uma alternativa. Após um tão aprofundado debate, não constitui surpresa para ninguém a unanimidade na votação dos documentos, a aclamação que cada um deles suscitou da parte de todos os presentes.

O camarada Carlos Costa, que dirigia a última sessão plenária, pediu desculpas por nem todas as intervenções preparadas terem tido a oportunidade de serem lidas. E, com a con-

cordância de todos, propôs que o encerramento da Conferência do Partido se fizesse já com delegados e convidados no mesmo recinto. As raras cadeiras vagas foram ocupadas, os muitos convidados que se aglomeravam sem lugar invadiram as coxias.

Era o momento do discurso final do secretário-geral do Partido. Durante duas horas, o camarada Álvaro Cunhal, extraiu desta realização as mais importantes conclusões e apontou as tarefas que aos comunistas o Partido propõe. E resumiu, antes do prolongado

aplauso, dos hinos que encerraram a jornada, os traços salientes desta iniciativa do PCP: «A Conferência Nacional foi uma grande realização», disse. «Foi uma grande acção política. Foi uma grande iniciativa de carácter ideológico. Foi um valioso elemento da luta do povo português e de todos os democratas e patriotas, para pôr fim ao Governo de fome, miséria e destruição e para que Portugal retome o caminho da liberdade, da democracia, do progresso e da independência nacional aberto pela revolução do 25 de Abril.»

Números da Conferência

Foram 907 os delegados que participaram nos trabalhos da Conferência Nacional do PCP. Representando todas as regiões e abrangendo pelas suas profissões a generalidade das actividades produtivas e económicas do país — conforme salientou o Relatório da Comissão de Mandatos — os delegados, na sua composição social, representaram «a força determinante para uma "Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise"»:

272 operários industriais — 30,1 por cento; 45 operários agrícolas e pescadores — 15 por cento; 253 empregados — 28 por cento; 11 camponeses — 1,2 por cento; 268 quadros técnicos e intelectuais — 29,8 por cento; 15 pequenos e médios empresários — 1,6 por cento; 42 de outros sectores e actividades profissionais — 4,6 por cento.

Apenas 119 delegados eram mulheres — 13,1 por cento —, percentagem considerada baixa pelo próprio relatório.

Quanto à composição etária, foi sublinhada a importante participação dos jovens, sendo a média de idades de 38,9 anos. Com menos de 20 anos, 3 — 0,3 por cento; entre os 20 e os 30, 156 — 17,3 por cento; entre os 30 e os 40 anos, 409 — 45,2 por cento; entre os 40 e os 50, 232 — 25,6 por cento; com mais de 50 anos, 106 — 11,6 por cento.

Foram apresentadas à Conferência Nacional 375 intervenções escritas. Durante os debates nas secções foram produzidas mais cerca de 250 intervenções orais em 70 horas de trabalho.

O escândalo!

Cerca de um milhar de delegados e mil e quinhentos convidados estiveram em Paio Pires, reunidos numa Conferência Nacional do PCP. Representavam eles não apenas os duzentos mil militantes do Partido, mas um intenso labor, levando à Conferência numerosos estudos e análises sobre a situação económica, financeira e social do País. Trouxeram as suas ideias, as suas propostas para vencer a crise que o País vive. Era, portanto, uma notícia de rara importância da vida nacional, que dizia respeito não só aos militantes de um grande partido — o maior da oposição — e ao mais de um milhão de eleitores que o têm apoiado, mas a todos os trabalhadores, aos democratas, aos patriotas.

No dia da abertura, a Televisão primou pela ausência. Todas as razões que deveriam ter levado aquele órgão de comunicação social estatizado a cobrir pormenorizadamente o acontecimento, tomou-as ela, a RTP, negativamente. Se era do PCP, se era a favor do País e da independência nacional, tal bastava para o mais completo silêncio. No sábado, durante todo o dia nem sombra das câmaras ou dos jornalistas da TV.

No domingo, toda a manhã passou. De tarde, muito tarde e a más horas, uma jornalista fez uma breve incursão na sala do plenário, mandou acender a luz para a gravação mas, a menos de metade do discurso do secretário-geral do PCP, a equipa aviu as malas e cavou dali o mais depressa possível.

Não admira, pois, que a unanimidade e a aclamação sublinhassem o voto de uma moção apresentada na Conferência rejeitando o tratamento que a RTP no sábado deu — não dando! — a esta iniciativa dos comunistas.

«A RTP», diz a moção, «subversivo dos interesses do Governo, não quer mostrar aos portugueses esta importante Conferência do PCP em que estão a ser analisadas por trabalhadores, técnicos e especialistas, as questões fundamentais da situação económica e financeira nacional. A RTP quer esconder dos portugueses esta iniciativa do PCP que, como já aqui foi afirmado, se pode justamente considerar como o maior debate sobre economia nacional até hoje realizado em Portugal».

Palavras justas a que o tratamento posterior da Televisão deu razão. No domingo à noite, um breve apontamento do discurso do secretário-geral do PCP não deu, nem de longe, uma ideia da grandiosidade e amplitude da iniciativa. O mesmo acontecendo, aliás, com a reportagem sobre a Conferência incluída no Teletexto de segunda-feira.

Perante uma tal actuação, o PCP apresentou formal protesto junto do Conselho de Gerência da RTP.

Na segunda-feira, uma nota da SIP, sublinhando que a temática da Conferência constitui reconhecidamente um dos mais graves e instantes problemas nacionais e salientando ter-se tratado do maior debate sobre problemas económicos jamais realizados em Portugal, adiantava:

«Estes dados evidenciam que a ausência da RTP só é explicável por subserviência face ao Governo, sectarismo político estreito e deliberada vontade de impedir que os portugueses conheçam a contribuição efectiva que o PCP dá para a solução dos grandes problemas nacionais. Esta atitude contrasta com a vasta cobertura que a RTP atribui às iniciativas dos partidos do Governo — aos seus permanentes conflitos e guerras internas, assim como a iniciativas sem qualquer significado.»

Com efeito, seria simplesmente ridículo assistir, no sábado como no domingo, por exemplo, às reportagens, notícias e comentários sobre o auto-referendo do PPD. Seria ridículo, se não fosse um verdadeiro escândalo!

(Ler «A Talha de Foice», no Suplemento)

— Sessões plenárias —

10 horas de trabalho 44 intervenções

Divididos por três sessões que se prolongaram por mais de dez horas, os trabalhos do Plenário da Conferência Nacional do PCP registaram um total de 44 intervenções.

Orinados de todo o País, representando os mais diversos sectores de actividade, os oradores (operários industriais e agrícolas, pescadores, trabalhadores de serviços, técnicos, investigadores e cientistas) passaram em revista com grande rigor e profundidade, praticamente todos os grandes problemas que atingem a sociedade portuguesa, nomeadamente os de natureza económica.

A mesa que dirigiu os trabalhos foi sucessivamente presidida durante os dois dias pelos camaradas Blanqui Teixeira, Octávio Pato e Carlos Costa, todos membros do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

A abertura da Conferência, no sábado, coube ao camarada Blanqui Teixeira a que se seguiram, durante toda a manhã, as seguintes intervenções: Carlos Costa, membro do Se-

cretariado e da Comissão Política — Para uma nova política económica; Rosa Maria, dirigente sindical — Cruzada contra as nacionalizações; Joaquim Félix, comissão concelhia da Vidigueira — Ofensiva contra a Reforma Agrária; Carlos Carvalhas, economista, membro do CC — Independência económica nacional; Valdemar Paradelo, economista, membro da DORP — Economia Paralela; Manuel António Pires, secretário da célula do Banco Pinto & Sotto Mayor — Sabotagem e corrupção na banca; Ilda Figueiredo, economista, deputada — Política económica de direita; António Brito, secretário da célula da Sorefame — Situação na Sorefame; Frederico Pereira, dirigente sindical — Indústria Naval; Luís Miranda, economista, membro da célula da EDP — Situação na EDP; António Gervásio, membro da Comissão Política — Reforma Agrária.

O primeiro orador da sessão que preencheu a manhã de domingo foi Vasco Paiva, membro do Comité Central, que fa-

lou sobre Política Agrícola. Seguiram-se os seguintes camaradas: Carlos Silva Carvalho, engenheiro técnico — Política de desenvolvimento industrial; Fernando Marques, economista — Salários em atraso; Dionísio Moisés, trabalhador agrícola — Junção da Volta do Vale; Miranda Ferreira, economista — Política de preços, abastecimento e comércio; Demétrio Alves, EDP — O gás de cidade; Carlos Ramilhes, membro suplente da Comissão Política — Medidas para a defesa e dinamização do sector empresarial do Estado; Helder Borges, do secretariado da célula da CTM — Marinha Mercante, extinção da CTM e CNN; Vítor Neto, membro do CC — Política de turismo; Rego Mendes, engenheiro, membro do organismo de transportes da ORL — Política de transportes; Santos Silva, engenheiro, membro do organismo de direcção do Sector Público — Política global de comunicações; Dantas Ferreira, engenheiro, membro da Comissão de Actividades Económicas (CAE) junto do CC

— Política de construção civil e obras públicas; António Lopes, membro suplente da Comissão Política — Relatório da Comissão de Verificação de Mandatos; Rui Moura, engenheiro, membro do CAE — Política energética; Manuel Neves, membro do organismo de direcção do sector bancário da ORL — Política de Crédito e cambial; Ezequiel Vicente, economista, membro do CAE — Relações económicas com os novos países africanos; João Oliveira, economista — Situação financeira do Estado.

Na terceira e última sessão os trabalhos foram abertos com a intervenção do camarada Fernando Sequeira, engenheiro, membro do CAE, que falou sobre Política de aproveitamento dos recursos naturais, a que se seguiram no uso da palavra os seguintes camaradas: Gorjão Duarte, membro do CC — Política de substituição de importações por produção nacional; Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política — Situação social

dos trabalhadores; Frederico Carvalho, investigador científico — Política tecnológica; Viriato Pina Moura, economista, membro da DORP — Política de relações económicas externas; Agostinho Lopes, membro do CC — Política de desenvolvimento regional; Carlos Brito, membro da Comissão Política e presidente do Grupo Parlamentar — Não à integração no Mercado Comum; Luís Carlos Rodrigues, organismo de direcção do sector bancário da ORL — Crédito mal parado; Carlos Espadinha, pescador, deputado — As condições de trabalho dos pescadores; Octávio Teixeira, economista, deputado — Questão da dívida externa; Eduardo Fernando, célula da EDP, membro da DORP — Participação dos trabalhadores; António Serra, técnico da AGAA-Administração Geral do Açúcar e do Alcool; Francisco Luís, comissão concelhia de Mora — UCP «A luta é de Todos»; Margarida Tengarrinha, membro do CC — Relatório da Comissão de Redacção.

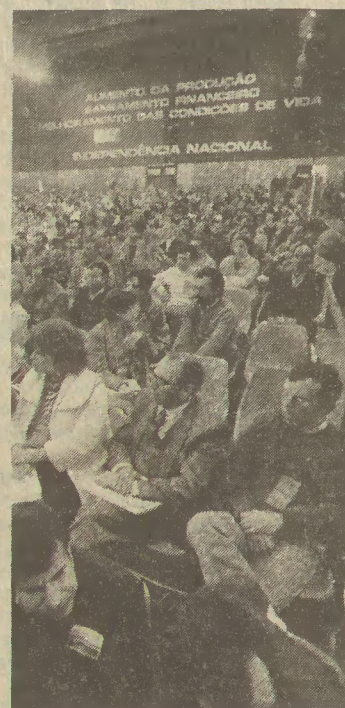
A intervenção de encerra-

mento, que demorou cerca de duas horas a ser lida, coube a Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Por absoluta falta de tempo não foi possível proferir da tribuna cinco intervenções que versavam o Saneamento financeiro das empresas e a política de recuperação e desenvolvimento, a Situação financeira da EPAC, as Consequências para a Rodoviária Nacional da acção dos governos de direita, as Pirâmides Alimentares e a Empresa Torralva.

Do decorrer dos trabalhos foram recebidas várias saudações e mensagens (uma das quais, lida da tribuna, foi enviada pelo Clube de Pessoal da Siderurgia, em cujas instalações se realizaram os trabalhos) e entregues algumas prendas destinadas ao Museu do Partido.

Os delegados aprovaram por unanimidade uma Declaração da Conferência e uma moção de repúdio pela deficientíssima cobertura que a RTP fez dos trabalhos.



PCP

Dezanove
secções

Funcionando em catorze locais diferentes, as dezanove secções que trabalharam na tarde de sábado foram, por si só, um mundo. E, apesar do carácter especializado de todas, onde questões específicas foram analisadas e debatidas, esmiuçando temas que na generalidade foram também abordados em plenário, todas as secções estiveram a abarrotar de gente, com um interesse e uma viva participação que revelaram, por um lado, um grande domínio dos problemas e, por outro, a especialização crescente de numerosos camaradas que, não sendo técnicos, amadureceram, na experiência e no estudo, um conhecimento aprofundado das questões em debate. A par de economistas, engenheiros, professores, funcionários da administração pública, gestores, industriais, entrevistaram pescadores, empregados, serralheiros mecânicos, operários agrícolas. E as intervenções que os nossos repórteres tiveram oportunidade de ouvir, não se detinham em generalidades de carácter político, antes iam direitas ao fundo das questões.

Foi, pois, uma vasta e muito diversificada contribuição. Como o relatório da Comissão de Redacção referiu em plenário, os debates das secções representaram 70 horas de trabalho aprofundando e enriquecendo os temas e, nalguns casos, traduzindo-se esse labor na formulação de numerosas propostas de emendas, muitas das quais vieram a ser introduzidas no texto do documento-base. A participação numerosa no trabalho das secções — e não apenas de militantes do Partido mas também de muitos convidados — especialistas, técnicos e trabalhadores —, foi uma constante. As instalações do próprio Pavilhão não eram à partida suficientes para o número de secções. Houve que «conquistar novos espaços» e contruí-los cá fora e, até, «invadir» o salão da Sociedade Musical 5 de Outubro, gentilmente cedida. Secções houve que ocuparam uma mesma sala, dividindo entre si o tempo.

Quanto aos temas, imaginemos uma grande árvore que era a própria conferência, os seus principais ramos definidos nas secções e, nestas, uma profusa ramificação onde a qualidade e a diversidade foram as tónicas.

Começemos por uma secção, cujo tema, **Indústrias transformadoras ligeiras**, abarcava uma realidade de tal modo rica e variada, que os assuntos previstos para aí serem tratados foram largamente excedidos, registando-se dezenas de intervenções.

Não terá sido por acaso, aliás, que, para o funcionamento desta secção, foi escolhida a própria sala onde se realizaram também as sessões do plenário, com a presença, em permanência de mais de uma centena de participantes. Das indústrias alimentares aos têxteis e às confecções; do mobiliário ao automóvel; do vidro ao papel; dos moldes à transformação de matérias plásticas, as intervenções não só davam um panorama geral de cada ramo de actividade industrial mas, aprofundando as questões, falaram das próprias questões da produção, não se limitando à análise crítica da situação mas

abordando os problemas técnicos da produção e, não raro, adiantando propostas de reorganização e melhoramento da mesma.

Na secção **Pescas**, que se realizou numa sala do subsolo e onde não era fácil arranjar lugar, as diversas intervenções — três dezenas —, escritas ou orais, não se limitaram a falar de «grandes» temas. Com a participação de economistas e de pescadores, de técnicos e de sindicalistas, de industriais e de operários, os vários tipos de pesca foram objecto de análise, mas também se abordaram questões como as lotas, os portos, as relações internacionais e os acordos existentes ou em preparação, as cargas fiscais, a política desastrosa do Governo no sector e propostas globais e sectoriais com vista a resolver os problemas neste ramo de actividade.

Duas outras salas se revelaram pequenas para o interesse

Ir ao fundo dos problemas
num debate vivo e participado

• Mais de 300 intervenções escritas e 250 orais em 70 horas de trabalho

e participação das secções que lá funcionaram e que, mesmo assim, tiveram de dividir entre si os tempos da tarde de sábado. Enquanto as **Indústrias extractivas**, secção que tratava o panorama da riqueza potencial e mal aproveitada em Portugal, sujeita aos critérios de exploração estrangeiros — minérios de ferro, pirites, estanho, volfrâmio e urânio — e afirmava que tal riqueza deverá ser racionalmente explorada tendo em vista os interesses nacionais, na sala ao lado falava-se da **Banca**, alvo de ataques governamentais que visam colocar o sector de novo ao serviço dos monopólios e não do desenvolvimento do País. Os problemas da liquidez, dos investimentos, do cré-

dito, da política cambial, assim como a questão colocada pela abertura da banca privada e os privilégios que lhe são concedidos pelo Governo, foram aprofundados por técnicos, economistas e trabalhadores bancários.

Depois de um intervalo, as mesmas salas iriam ser ocupadas com as secções sobre os **Seguros** e os **Grandes Projectos Nacionais**. Se a primeira delas se revelava mais especializada, apesar do largo campo em que os Seguros actuam, registando-se intervenções analisando a realidade do sector antes e depois de haver sido nacionalizado e pesando a sua importância na economia nacional em diversos aspectos, a segunda, os «gran-

des projectos nacionais», solicitava um interesse mais alargado.

Com efeito, o projecto do Alqueva, uma obra que poderá, a realizar-se, modificar profundamente a vida económica de uma grande região do País, o Alentejo, é por si só um tema que poderia merecer uma secção. E o mesmo se pode dizer de outros temas que foram debatidos aqui, em forma de projectos que sucessivos governos têm adiado ou contrariado — o Projecto Siderúrgico Nacional, o Aproveitamento Integrado das Pirites, a Metalurgia do Cobre.

E vamos daqui às **Questões Sociais**. Naturalmente, esta secção, por tratar de problemas que são o resultado da

política desastrosa do Governo em variados âmbitos da sua actuação, por aprofundar questões que dizem respeito directamente a todos e a cada um de nós, suscitava um interesse geral, visível na sala sempre à cunha e no elevado número de intervenções. Os problemas do desemprego, dos salários em atraso, da degradação das condições de vida, a política do Governo que não só facilita o patronato nas manobras que levam à exploração desenfreada como, no campo laboral, faz sair e prepara legislação com a finalidade de agravar ainda mais essa exploração, foram abundantemente ilustrados com números e exemplos. Num panorama negro onde, ao lado do encerramento tanto de

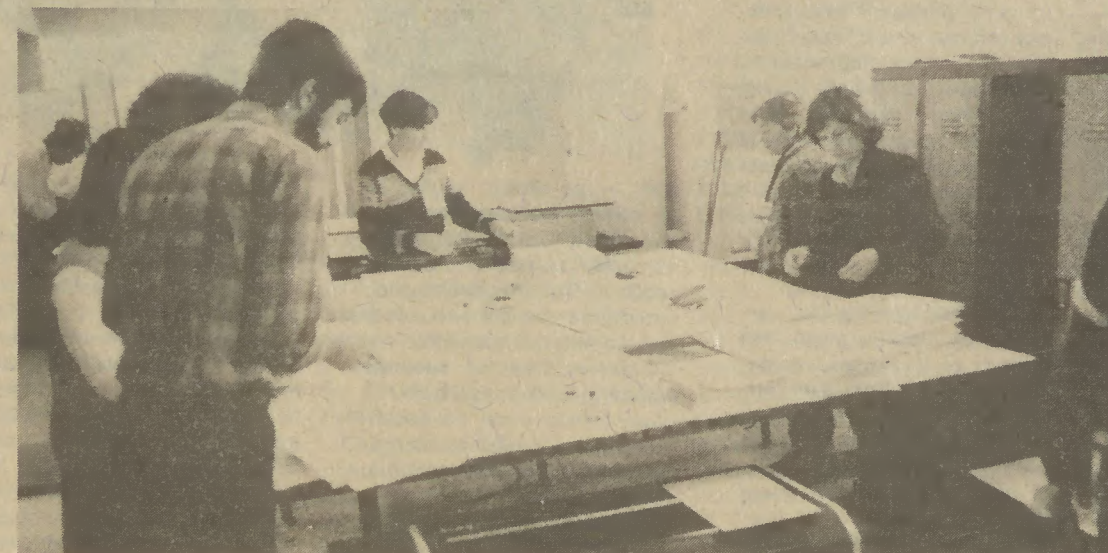
grandes como de pequenas empresas, surgem não só o desemprego como a constante ameaça dessa situação sobre os trabalhadores, a perseguição aos activistas, a exploração da mão-de-obra infantil e ao domicílio, um «verdadeiro mercado de escravos», na expressão de um dos intervenientes.

O tempo dedicado à secção que debateu o tema **Energia** foi escasso, no entender dos intervenientes — duas horas e meia, com dez intervenções escritas e muitas outras contribuições, por vezes divergentes. A discussão abrangeu os recursos energéticos nacionais, aproveitamentos hidroeléctricos, centros produtores de electricidade, energia nuclear,

novas energias (renováveis alternativas), economias de energia, aproveitamento das cinzas das termoelectricas para a indústria, nomeadamente do cimento, actuação do imperialismo no sector energético e ainda o subsector dos petróleos.

Nesta secção, um convidado especial defendeu o Plano Energético Nacional, denunciando em contrapartida o facto dos diferentes governos não o saberem aproveitar, e considerou que a gestão do urânio nacional devia ser feita com qualquer outro minério, posições estas que não obtiveram consenso. Entretanto, alguns camaradas apontaram uma aparente incoerência entre as orientações gerais do

O «segredo» do PCP para que tudo corra bem



Os serviços de apoio ofereceram uma resposta rápida



O serviço de «self-service» montado pelos camaradas do Seixal foi elogiado por todos, não só pela rapidez como foram servidas por dia quase mil refeições, mas também pela qualidade da comida apresentada

Que não é difícil, isso ninguém duvida. Que dá trabalho, é coisa que todos sabem. Mas o que não se faz sem trabalho? Preparar o Pavilhão do Clube do Pessoal da Siderurgia para a Conferência, bem como a Sociedade 5 de Outubro (onde funcionou uma das secções) foi isso mesmo.

No Pavilhão, onde existe uma intensa actividade desportiva, a preocupação dominante foi não interferir com a sua vida normal, pelo que as instalações interiores só foram utilizadas, na quinta-feira anterior à realização da Conferência do PCP, para a montagem da sala.

Aliás, nesta cedência houve a melhor compreensão quer por parte dos professores e atletas, quer ainda por parte da Direcção do Clube de Pessoal da Siderurgia. Outrotanto se verificou por parte da Direcção da Sociedade 5 de Outubro, colectividade quase centenária de Palo Pires.

No Pavilhão, os trabalhos começaram a ser feitos com 15 dias de antecedência, nomeadamente no que diz respeito à terraplanagem de uma zona exterior que foi coberta com areia para enxugar a água da chuva, caso esta se verificasse. E ainda a construção dos pavilhões no exterior que funcionaram como sala de refeitório e salas para secções de trabalho da Conferência e cuja localização, por manifesta falta de espaço, não foi possível localizar no interior do Pavilhão.

Funcionaram, também, duas cozinhas, que alimentavam quatro saídas de «self-servi-

ce», e que nos dois dias da Conferência forneceram cerca de duas mil refeições para delegados e convidados.

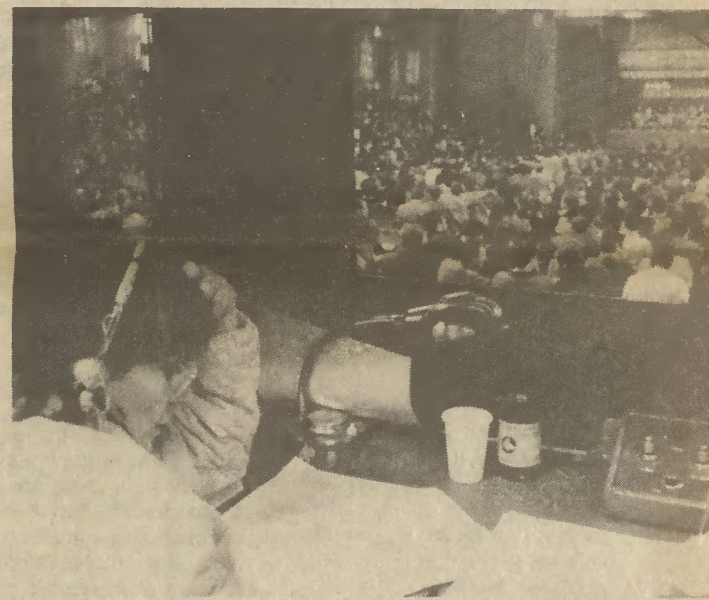
Ainda na zona exterior do Pavilhão funcionaram um bar, para pequenas refeições, sandes, etc., e ainda uma cafeteria. Em ambas nunca houve atropelos e o serviço era rápido, digamos mesmo que era impossível maior eficiência.

Todos estes serviços, bem como os trabalhos de implantação foram assegurados funda-

mentalmente pela Organização do Seixal do PCP.

Vinte e seis cargas de camioneta transportaram para o local o que se tornava necessário, como seja tubos de ferro, bancos, madeiras, toldos, picaretas, enchadas, etc.

Uma solução eficiente foi aplicada aos pavilhões que funcionavam alternadamente como refeitório e salas das secções. Painéis amovíveis permitiam transformar aquele recinto, num curto espaço de poucos minutos, ou numa vasta sala onde as pessoas podiam levar os seus tabuleiros com o almoço, para logo a seguir ficarem divididas nas salas onde se iriam debater os mais diversos temas.



Intervenção de Carlos Costa

Camaradas delegados e caros convidados, A situação económica, financeira e social do País atingiu um ponto de extrema gravidade. Enfrentando tal situação, o Comité Central do nosso Partido convocou esta Conferência Nacional do PCP sobre «A Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise» com três objectivos fundamentais:

1.º — Chamar a atenção do povo português, designadamente de todas as forças democráticas, políticas e sociais, para as causas fundamentais e para a profundidade da crise que avassala o País, degradando dramaticamente as condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral e que ameaça o próprio regime democrático.

2.º — Dar resposta a novos problemas da situação económica e financeira, como é o caso da dívida externa, da iminência da ruptura financeira do sistema bancário ou do flagelo social dos salários em atraso, e responder igualmente a problemas que não sendo novos atingem agora uma gravidade qualitativamente nova, como é o caso, entre outros, a submissão ao imperialismo, a degradação do aparelho produtivo, o desemprego, a inflação, etc.

3.º — Demonstrar, mais uma vez, e agora num momento político particularmente complexo e crítico, que existe, no quadro da Constituição da República, uma política económica alternativa à política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista prosseguida nos últimos nove anos pelos governos do PS, PPD e CDS, que conduziram o País à beira do abismo.

Daqui decorre que o **objectivo desta Conferência** é o de, partindo da análise da evolução e da caracterização da situação económica, financeira e social, comprovar que o factor determinante da crise é a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, e definir as grandes linhas da orientação da política económica e as principais medidas sectoriais da **via de desenvolvimento para vencer a crise**. Não pensamos que o PCP seja o detentor de toda a verdade, nem que seja o único detentor da verdade; mas pensamos, isso sim, que estamos em condições de dar uma importante contribuição positiva para se encontrarem soluções capazes de resolver os grandes problemas nacionais, e que sem a contribuição do PCP e dos trabalhadores os problemas do País não poderão ser resolvidos.

Outra seria a situação do País, bem diferente e bem melhor, se tivéssemos podido ser implementadas as contribuições positivas apresentadas pelo PCP nos IX e X Congressos realizados em 1979 e 1983 — onde se procedeu a análises fundamentais da situação económica e se definiram as grandes orientações para a Recuperação Económica —, realizada em 1977, na «Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado» em 1978, e na «Conferência do PCP — Portugal e o Mercado Comum», realizada em 1980.

Camaradas, A realização desta nossa quarta Conferência Económica, seguindo a metodologia e o estilo de trabalho colectivo de outras iniciativas e realizações similares, foi precedida de um amplo, intenso e participado **trabalho preparatório**, envolvendo organizações do Partido, grupos de estudo, contribuições de trabalhadores, técnicos e especialistas do nosso Partido, e de muitos que, não sendo militantes do PCP, nos colaboraram activamente.

Os trabalhos preparatórios da Conferência beneficiaram, quer da acumulação de conhecimentos provenientes da intensa actividade que neste domínio o Partido tem realizado ao longo de anos, quer da realização, no último ano, de vários Seminários e outras iniciativas promovidas por células de empresa e outras organizações do Partido. Revista de Economia, Comissões de Trabalhadores e outras estruturas unitárias em que militantes comunistas têm tido papel determinante.

No deurso dos trabalhos preparatórios debateram-se as questões mais candentes da situação actual e foram elaborados muitas dezenas de estudos sectoriais abarcando aspectos muito diversificados da situação económica e financeira nacional. Foi elaborado um anteprojecto de documento-base da nossa Conferência que foi posto à discussão nas organizações do Partido e que os delegados puderam certamente analisar e discutir. Da análise e discussão daquele documento resultaram centenas de alterações que se encontram já integradas no projecto de documento-base «A Via de Desenvolvimento para

Vencer a Crise» que agora está nas vossas mãos para apreciação pela Conferência.

Referir-me-ei adiante à natureza dessas alterações.

Como sabeis, a Conferência irá funcionar em três sessões plenárias com a duração prevista de cerca de 10 horas e em 19 secções com um tempo útil de aproximadamente 63 horas. Isto é, se a Conferência se processasse toda ela em plenário demoraria 10 dias, com sete horas diárias de tempo útil para intervenções e debate.

No momento da abertura desta Conferência tinham já sido elaboradas mais de 300 intervenções para serem apresentadas nos plenários e secções. Por isso, podemos desde já dizer que esta Conferência Nacional do PCP será o maior debate sobre questões de economia nacional até hoje realizado em Portugal. Tal facto é uma expressão clara do interesse que os comunistas portugueses dedicam à análise e discussão dos grandes problemas nacionais e é ainda uma demonstração cabal da capacidade e vitalidade da política do PCP e dos trabalhadores.

Camaradas,

O essencial das principais alterações ao anteprojecto de documento-base, consiste, como os camaradas verificarão, no seguinte:

a) Rearruração de matérias constantes do ponto «A Evolução Económica de 1976 a 1984» e do ponto «As Principais Manifestações e Consequências da Crise, Factores do seu Próprio Agravamento» visando eliminar repetições;

b) Actualização de alguns valores e introdução de novas quantificações;

c) Inclusão no ponto «O factor determinante da crise e suas expressões fundamentais» de um novo número, 2.7., relativo aos principais instrumentos da política monetarista ao serviço da política de recuperação capitalista;

d) Maior destaque em algumas das alíneas relativas ao factor determinante da crise, designadamente à cruzada de espoliações e à conspiração económica;

e) Introdução no ponto das grandes linhas para a recuperação e desenvolvimento das direcções prioritárias para a produção agro-pecuária;

f) Introdução no ponto das medidas sectoriais de medidas referentes aos sectores de metalurgias não ferrosas, de química inorgânica de base, de adubos, de comunicações e de seguros. Relativamente a outros sectores foram introduzidos alguns acrescentos e precisões.

Estas e muitas outras pequenas alterações não modificam, porém, nem o conteúdo fundamental do documento-base, nem a sua estrutura básica.

Camaradas,

Como se demonstra no documento-base, a situação de **crise económica, financeira e social do País** vem-se agravando desde 1976. Esse agravamento tem-se verificado de forma cada vez mais acelerada e esta crise atinge, actualmente, um ponto de gravidade extrema.

A produção nacional global, isto é, o **Produto Interno Bruto** evoluiu, entre 1976 e 1984, à taxa média anual de apenas 3%. Para um país fracamente desenvolvido como é o caso de Portugal, pode considerar-se muitíssimo baixa, de quase estagnação. Na verdade, tendo em conta que a população portuguesa, no mesmo período, cresceu a uma taxa não inferior a 0,6%, isto significa que para duplicar o nosso produto interno por habitante seriam precisos 30 anos, isto é, com este ritmo de crescimento só daqui a 30 anos igualaríamos o actual produto por habitante de Espanha, e só daqui a 60 anos atingiríamos o actual produto por habitante de França.

Mas a nossa situação é, na realidade, ainda muitíssimo mais grave: nos últimos quatro anos a taxa de crescimento do produto interno foi somente de 0,4%, o que significa que diminuiu em absoluto o produto interno por habitante. Nos dois últimos anos, foi já o produto interno global que diminuiu em valores absolutos, atingindo essa diminuição -2% em 1984, o que significa uma diminuição de cerca de 60 milhões de contos ao mesmo tempo que a população terá aumentado em 60 mil habitantes. E esta evolução extremamente negativa verifica-se em praticamente todos os sectores da actividade produtiva.

Na **agricultura**, entre 1976 e 1983, a produção estagnou à taxa de 0,25%, e entre 1980 e 1983 diminuiu drasticamente à taxa de -3,7% ao ano.

Nas **pescas**, a produção (pesca descarregada) no período de 1976/1983 diminuiu à taxa de -3% ao ano e no período de 1981/1983 caiu à taxa anual de -6%.

Na **indústria**, nos últimos dois anos a produção diminuiu, em termos absolutos, -2,5% e na construção civil foi de -3% em 1983 e -11% (!) em 1984.

A evolução do investimento, **Formação Bruta de Capital Fixo**, do qual depende a capacidade de produção futura teve uma evolução ainda mais desastrosa. Nos últimos quatro anos o investimento (FBCF), diminuiu à taxa média anual de -5,4%, em 1983 caiu -7,5% e em 1984 registou-se a colossal queda de -20% (!).

É este o futuro de descalabro que o Governo de Mário Soares tem para nós oferecer.

Acompanhando, resultando, e por sua vez impulsionando, a profunda crise do sistema produtivo, a crise manifesta-se igualmente de forma crescentemente acelerada em toda a **situação financeira**.

Nas empresas públicas e privadas verifica-se uma generalizada descapitalização e um elevado nível de endividamento, traduzido em encargos financeiros incompatíveis, levando muitas delas à falência (em 1984 as falências declaradas aumentaram 33%) e muitas outras a situações insustentáveis. Exemplificativo de tal situação é o caso da EDP, cujo passivo atingiu já 700 milhões de contos, como foi recentemente denunciado no Encontro dos trabalhadores da EDP. Os seus encargos financeiros que aumentaram, entre 1983 e 1984, de 68 para 125 milhões de contos, o que equivaleu, neste último ano, a 93% de toda a sua facturação. A dívida da EDP aumentou de 58 milhões de contos em 1979 para 391 milhões em 1983, atingindo em Dezembro de 1984 570 milhões de contos, o que irá implicar encargos financeiros seguramente superiores à sua facturação. Nenhuma empresa pode suportar uma situação destas. Igualmente significativo é o facto de cerca de 70% desta dívida corresponder a empréstimos externos a que a empresa foi forçada a recorrer por imposição dos governos do PS, PSD e CDS, com o objectivo de obterem divisas para cobrir défices externos do País e de degradar ao máximo uma das mais importantes empresas nacionalizadas. A crise financeira alastrou já aos sectores de seguros e da banca, conduzindo a situações de iminente ruptura. A sabotagem sistemática a que as seguradoras nacionalizadas têm estado sujeitas levou à sua gravíssima descapitalização e aviltamento técnico de que já em 1983 resultou um prejuízo global declarado superior a três milhões de contos. O sistema bancário foi deliberadamente conduzido a uma situação tal que a diferença entre os juros recebidos e os juros pagos pela banca comercial passou, entre 1978 e 1983, de um valor positivo de +21 milhões de contos para um valor negativo de -43 milhões de contos. Podemos desde já afirmar com segurança que em 1984 esta situação se agravou substancialmente e que a banca comercial nacionalizada no seu conjunto registou elevados prejuízos. O próprio Banco de Portugal só já apresenta «lucros» quando vende ouro. O descalabro provocado nas finanças públicas pelos governos de recuperação capitalista é igualmente uma realidade. A dívida oficialmente declarada do Estado era, em Dezembro de 1984, de 1800 milhões de contos, dos quais 700 milhões correspondiam a dívida externa. Mas para além desta enorme dívida declarada existe a dívida camuflada do Estado às empresas públicas de cerca de 500 milhões de contos.

Como reflexo de toda esta degradação económica e financeira interna agravaram-se substancialmente os défices da balança comercial e de transacções correntes. O Governo do PS/PSD, e muito particularmente o charlatão Primeiro-Ministro, propagandeiam, a propósito e a despropósito, o pretensio êxito da redução destes défices. A verdade é que, entre 1975 e 1983, o défice da balança comercial passou de 48 milhões para 391 milhões de contos e o défice da balança de transacções correntes aumentou de 21 para 163 milhões de contos. Se é um facto que em 1984 estes défices baixaram respectivamente para 377 e 81 milhões de contos, a verdade é que tais défices foram ainda muito elevados e esta redução é meramente transitória (tal como o foi em 1979) e resultou fundamentalmente da queda brutal do investimento, dos salários reais e do consumo, como se refere no documento-base. Isto é, o «êxito» propagandeado pelo Governo seria tanto maior quanto mais se reduzisse a capacidade produtiva do País e quanto maior fosse a fome e a miséria dos portugueses. Levando as últimas

consequências a lógica absurda do dr. Mário Soares, se durante um ano toda a actividade produtiva parasse e os portugueses deixassem de comer, não haveria défice externo... e o seu «êxito» seria total!

Expressão dos défices acumulados pela economia portuguesa ao longo destes nove anos e da crescente submissão ao imperialismo, é que o FMI é instrumento, a dívida externa portuguesa passou de 31 milhões de contos em 1975 para 91 milhões em Dezembro de 1976 e atingiu em 1984 (à cotação de 31 de Dezembro) cerca de 2500 milhões de contos (15500 milhões de dólares). Isto significa que Portugal actualmente um dos países mais endividados do Mundo. Tudo se passa como se cada família portuguesa de quatro pessoas devesse ao estrangeiro mais de 1120 contos! E ainda que julguem que não estão a pagar os juros desta dívida estão efectivamente a pagá-los através dos preços de muitos produtos, dos impostos, etc. É bem significativo o facto de as tarifas de electricidade terem aumentado nos últimos anos sempre mais do que as taxas médias de inflação: é que os encargos com a dívida externa da EDP têm vindo a pesar fortemente nessas tarifas. A dívida externa portuguesa, à actual cotação do dólar, equivale já ao Produto Interno Bruto de 1984, o que significa que é impagável nos termos em que está negociada.

O serviço da dívida (juros e amortizações) que tem vindo a aumentar a elevadíssimo ritmo nos últimos anos, atingiu em 1984 cerca de 460 milhões de contos, o equivalente a 67% de todo o investimento, o que mostra que a dívida externa se transformou não só num cancro o que vai debilitando toda a economia portuguesa, tornando-a cada vez mais dependente do imperialismo, mas também, e desde já, num sério obstáculo à recuperação e ao desenvolvimento.

A crise económica e financeira caminha a par e passo com a degradação das condições de vida do povo, traduzindo-se na mais **aguda crise social**.

O desemprego, com todo o cortejo de miséria que implica, tem vindo a aumentar de ano para ano, atingindo já 600 mil portugueses aproximadamente 13% da população activa, afectando com particular incidência os jovens e as mulheres.

De 1976 a 1984, a taxa média oficial do aumento dos preços foi de 23,4%, atingindo 25,5% em 1983, e quase 30% em 1984. Os produtos e serviços cujos aumentos são superiores a estas médias são precisamente os de mais amplo consumo ou utilização. Como salienta o documento-base, a inflação atingiu tal velocidade que ameaça «disparar» para valores completamente incontroláveis com efeitos económicos e sociais de verdadeira catástrofe.

No mesmo período os salários reais registaram em ritmo crescente quebras brutais: -23% na agricultura; -29% na construção; e -42% na indústria transformadora e na Função Pública. O salário mínimo nacional para a indústria e serviços teve uma diminuição real de -44,3%. E cada vez maior o número de trabalhadores com contratos a prazo, estimando-se esse número em mais de 500 mil. Um novo e terrível flagelo, o dos salários em atraso, emergiu nesta crise social alastra em cada dia que passa. Seguramente durante o ano de 1984 mais de 200 mil trabalhadores foram atingidos por este flagelo, vivendo situações dramáticas.

A tudo isto acresce a degradação crescente das condições de habitação (que o Governo PS/PSD quer ainda agravar com a mais iníqua lei das rendas), da saúde e do ensino e a deterioração de toda a segurança social, com particular incidência na diminuição real das pensões e reformas daqueles que, tendo suportado toda uma vida de duro trabalho e exploração pelo grande capital e os agrários, são agora sacrificados a uma política de restauração dos monopólios e do latifúndio.

Camaradas,

Os governos do PS, PSD e CDS sempre têm procurado escamotear as verdadeiras causas da profunda crise económica, financeira e social em que mergulharam o País, desculpando-se com a crise do mundo capitalista (a que chamam crise internacional) e responsabilizando a Reforma Agrária, as nacionalizações, os direitos dos trabalhadores e a Constituição da República. Porém, — sem se negarem os efeitos negativos da crise mundial do capitalismo, efeitos tanto maiores quanto maior é a dependência do imperialismo, — tal como se demonstrou nos IX e X Congressos do nosso Partido — se refere no documento-base, o **factor determinante da crise em Portugal** é

Problemas e participado

escritas e 250 orais em 70 horas de trabalho

es projectos nacionais», soltava um interesse mais alarado. Com efeito, o projecto do Alueva, uma obra que poderá, a balizar-se, modificar profundamente a vida económica de uma grande região do País, o lento, é por si só um tema ue poderia merecer uma ecção. E o mesmo se pode izer de outros temas que foram debatidos aqui, em forma de projectos que sucessivos governos têm adiado ou conariado — o Projecto Siderúrgico Nacional, o Aproveitamento Integrado das Pirtes, a Melalurgia do Cobre.

E vamos daqui às **Questões Sociais**. Naturalmente, esta secção, por tratar de problemas que são o resultado da

política desastrosa do Governo em variados âmbitos da sua acção, por aprofundar questões que dizem respeito directamente a todos e a cada um de nós, suscitava um interesse geral, visível na sala sempre à cunha e no elevado número de intervenções. Os problemas do desemprego, dos salários em atraso, da degradação das condições de vida, a política do Governo que não só facilita ao patronato as manobras que levam à exploração desenfreada como, no campo laboral, faz sair e prepara legislação com a finalidade de agravar ainda mais essa exploração, foram abundantemente ilustrados com números e exemplos. Num panorama negro onde, ao lado do encerramento tanto de

grandes como de pequenas empresas, surgem não só o desemprego como a constante ameaça dessa situação sobre os trabalhadores, a perseguição aos activistas, a exploração da mão-de-obra infantil e ao domicílio, um «verdadeiro mercado de escravos», na expressão de um dos intervenientes.

O tempo dedicado à secção que debateu o tema **Energia** foi escasso, no entender dos intervenientes — duas horas e meia, com dez intervenções escritas e muitas outras contribuições, por vezes divergentes. A discussão abrangeu os recursos energéticos nacionais, aproveitamentos hidroeléctricos, centros produtores de electricidade, energia nuclear,

novas energias (renováveis ou alternativas), economias de energia, aproveitamento das cinzas das termoelectricas para a indústria, nomeadamente do cimento, acção do imperialismo no sector energetico e ainda o subsector dos petróleos.

Nesta secção, um convidado especial defendeu o Plano Energético Nacional, denunciando em contrapartida o facto dos diferentes governos não o saberem aproveitar, e considerou que a gestão do urânio nacional devia ser feita com qualquer outro minério, posições estas que não obtiveram consenso. Entretanto, alguns camaradas apontaram uma aparente incoerência entre as orientações gerais do

Conferência Nacional do PCP

DESENVOLVIMENTO PARA VENCER A CRISE



PCP quanto à produção de energia e algumas posições isoladas nas regiões onde se pretendem implantar centros de produção de energia eléctrica.

Na secção dedicada ao tema **Tecnologia**, o debate especializado que ali se travou permitiu caracterizar os traços fundamentais do défice tecnológico e, em particular, a sua expressão na esfera dos bens de equipamento. Quer através das

oitto intervenções previamente preparadas, quer pelo debate que se gerou, a tecnologia como componente importante da economia não foi esquecida nesta Conferência.

A secção que abrangeu as **Relações Económicas Externas** conheceu durante toda a tarde de sábado uma afluência constante de participantes, sem contar com os que ali estiveram ininterruptamente desde o início do debate. Ali foi dito

que dois terços dos bens de equipamento que necessitamos são importados, bem como foi referido que tem aumentado a componente importada daquilo que exportamos, como é o caso dos têxteis. Para além dos casos concretos apontados (os camiões TIR que faziam bicha na fronteira grega quando a Grécia entrou para a CEE e que levavam de tudo, incluindo a imitação de um queijo grego de grande consumo) foram apontadas como imprescindíveis a necessidade da substituição das importações por produtos nacionais, a diversificação nas relações externas, nomeadamente com os países africanos de língua oficial portuguesa, socialistas e árabes, e a alteração da situação da dívida externa que bloqueia o desenvolvimento.

Na secção de **Turismo** um aspecto ressaltou das vivas intervenções feitas em grande parte por trabalhadores do sector, que é o seguinte: nos últimos anos, enquanto se assiste a um aumento da entrada de turistas (entre 80-83 as entradas aumentaram 37% e as dormidas 14%) verifica-se que as receitas oficiais em dólares diminuíram 40%. Alguém está a embolsar este dinheiro. Foi apontada a necessidade do combate à fuga de divisas, bem como acabar com a destruição das riquezas naturais. A análise do turismo interno teve em consideração que é uma manifestação do mercado interno, sendo a garantia de que em tempos de crise assegura parte importante do funcionamento das estruturas.

Outra secção animada foi a que abordou o **Papel das diversas formações económicas**. Aqui se debateu o sector nacionalizado, o sector privado, onde predominam as pequenas e médias empresas, e o sector cooperativo. Das pequenas e médias empresas se disse que deparam com crescentes dificuldades, situação financeira grave, sujeitas à política restritiva e à contenção de consumos, à inflação, à alta taxa de juro. O teor das intervenções confirmou que a iniciativa privada beneficia também da própria dinâmica do

sector empresarial do Estado. Um exemplo foi referido: se a Siderurgia Nacional fosse destruída, imensas seriam as pequenas indústrias e comércio tanto a jusante como a montante, que seriam severamente afectados ou desapareceriam igualmente.

Na secção de **Comércio** e **Preços** muito se falou da baixa de vendas em termos reais a partir, nomeadamente, de 1982, com o ressurgimento dos «fiados», para o que contribuiu a quebra dos salários dos trabalhadores e a existência de uma grande camada da população trabalhadora que tem os salários em atraso ou que está

CP para que tudo corra bem

Que não é difícil, isso ninguém duvida. Que dá trabalho, é coisa que todos sabem. Mas o que não se faz sem trabalho? Preparar o Pavilhão do Clube do Pessoal da Siderurgia para a Conferência, bem como a Sociedade 5 de Outubro (onde funcionou uma das secções) foi isso mesmo.

No Pavilhão, onde existe uma intensa actividade desportiva, a preocupação dominante foi não interferir com a sua vida normal, pelo que as instalações interiores só foram utilizadas, na quinta-feira anterior à realização da Conferência do PCP, para a montagem da sala.

Aliás, nesta cedência houve a melhor compreensão quer por parte dos professores e atletas, quer ainda por parte da Direcção do Clube de Pessoal da Siderurgia. Outrotanto se verificou por parte da Direcção da Sociedade 5 de Outubro, colectividade quase centenária de Paio Pires.

No Pavilhão, os trabalhos começaram a ser feitos com 15 dias de antecedência, nomeadamente no que diz respeito à terraplanagem de uma zona exterior que foi coberta com areia para enxugar a água da chuva, caso esta se verificasse. E ainda a construção dos pavilhões no exterior que funcionaram como sala de refeitório e salas para secções da Conferência e cuja localização, por manifesta falta de espaço, não foi possível localizar no interior do Pavilhão.

Funcionaram, também, duas cozinhas, que alimentavam quatro saídas de «self-servi-

ce», e que nos dois dias da Conferência forneceram cerca de duas mil refeições para delegados e convidados.

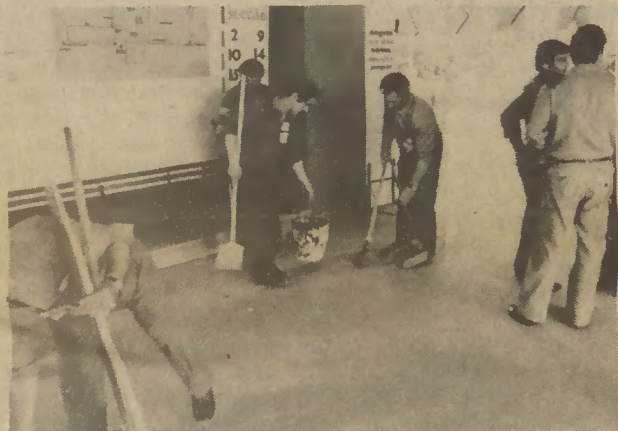
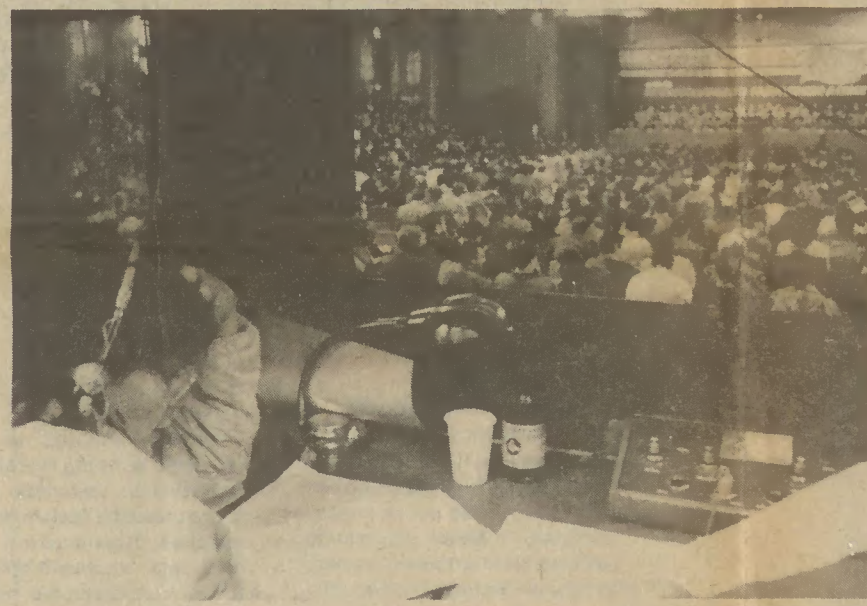
Ainda na zona exterior do Pavilhão funcionaram um bar, para pequenas refeições, sandes, etc., e ainda uma cafetaria. Em ambas nunca houve atropelos e o serviço era rápido, digamos mesmo que era impositivo maior eficiência.

Todos estes serviços, bem como os trabalhos de implantação foram assegurados funda-

mentalmente pela Organização do Seixal do PCP.

Vinte e seis cargas de camião transportaram para o local o que se tornava necessário, como seja tubos de ferro, bancos, madeiras, toldos, picaretas, enchedas, etc.

Uma solução eficiente foi aplicada aos pavilhões que funcionavam alternadamente como refeitório e salas das secções. Painéis amovíveis permitiam transformar aquele recinto, num curto espaço de poucos minutos, ou numa vasta sala onde as pessoas podiam levar os seus talhozeiros com o almoço, para logo a seguir ficarem divididas nas salas onde se iriam debater os mais diversos temas.



Os serviços de tradução simultânea garantiram aos convidados estrangeiros a compreensão de tudo o que se passava na sala. Justo é também falar dos serviços de acompanhamento, apoio e intérpretes destes mesmos convidados estrangeiros: o êxito dum iniciativa como esta Conferência tece-se com múltiplos fios... incluindo as indispensáveis operações de limpeza

política económica

Nas pescas, a produção (pesca descarregada) no período de 1976/1983 diminuiu à taxa de -3% ao ano e no período de 1981/1983 caiu à taxa anual de -6%.

Na indústria, nos últimos dois anos a produção diminuiu, em termos absolutos, -2,5% e na construção civil foi de -3% em 1983 e -11% (I) em 1984.

A evolução do investimento, **Formação Bruta de Capital Fixo**, do qual depende a capacidade de produção futura teve uma evolução ainda mais desastrosa. Nos últimos quatro anos o investimento (FBCF), diminuiu à taxa média anual de -5,4%, em 1983 caiu -7,5% e em 1984 registou-se a colossal queda de -20% (I).

É este o futuro de descalabro que o Governo de Mário Soares tem para nos oferecer.

Acompanhando, resultando, e por sua vez impulsionando, a profunda crise do sistema produtivo, a crise manifesta-se igualmente de forma crescentemente acelerada em toda a **situação financeira**.

Nas empresas públicas e privadas verifica-se uma generalizada descapitalização e um elevado nível de endividamento, traduzido em encargos financeiros incomportáveis, levando muitas delas à falência (em 1984 as falências declaradas aumentaram 33%) e muitas outras a situações insustentáveis. Exemplificativo de tal situação é o caso da EDP, cujo passivo atingiu já 700 milhões de contos, como foi recentemente denunciado no Encontro dos trabalhadores da EDP. Os seus encargos financeiros que aumentaram, entre 1983 e 1984, de 68 para 125 milhões de contos, o que equivale, neste último ano, a 93% de toda a sua facturação. A dívida da EDP aumentou de 58 milhões de contos em 1979 para 391 milhões em 1983, atingindo em Dezembro de 1984 570 milhões de contos, o que irá implicar encargos financeiros seguramente superiores à sua facturação. Nenhuma empresa pode suportar uma situação destas. Igualmente significativo é o facto de cerca de 70% desta dívida corresponder a empréstimos externos a que a empresa foi forçada a recorrer por imposição dos governos do PS, PSD e CDS, com o objectivo de obterem divisas para cobrir défices externos do País e de degradar ao máximo uma das mais importantes empresas nacionalizadas. A crise financeira alastrou já aos sectores de seguros e da banca, conduzindo a situações de imminente ruptura. A sabotagem sistemática a que as seguradoras nacionalizadas têm estado sujeitas levou à sua gravíssima descapitalização e aviltamento técnico de que já em 1983 resultou um prejuízo global declarado superior a três milhões de contos. O sistema bancário foi deliberadamente conduzido a uma situação tal que a diferença entre os juros recebidos e os juros pagos pela banca comercial passou, entre 1978 e 1983, de um valor positivo de +21 milhões de contos para um valor negativo de -43 milhões de contos. Podemos desde já afirmar com segurança que em 1984 esta situação se agravou substancialmente e que a banca comercial nacionalizada no seu conjunto registou elevados prejuízos. O próprio Banco de Portugal só já apresenta «lucros» quando vende ouro. O descalabro provocado nas finanças públicas pelos governos de recuperação capitalista é igualmente uma realidade. A dívida oficialmente declarada do Estado era, em Dezembro de 1984, de 1800 milhões de contos, dos quais 700 milhões correspondiam a dívida externa. Mas para além desta enorme dívida declarada existe a dívida camuflada do Estado às empresas públicas de cerca de 500 milhões de contos.

Como reflexo de toda esta degradação económica e financeira interna agravaram-se substancialmente os défices da balança comercial e de transacções correntes. O Governo do PS/PSD, e muito particularmente o charlatão Primeiro-Ministro, propagandeiaram, a propósito e a despropósito, o pretensio êxito da redução destes défices. A verdade é que, entre 1975 e 1983, o défice da balança comercial passou de 48 milhões para 391 milhões de contos e o défice da balança de transacções correntes aumentou de 21 para 163 milhões de contos. Se é um facto que em 1984 estes défices baixaram respectivamente para 377 e 81 milhões de contos, a verdade é que tais défices foram ainda muito elevados e esta redução é meramente transitória (tal como o foi em 1979) e resultou fundamentalmente da queda brutal do investimento, dos salários reais e do consumo, como se refere no documento-base. Isto é, o «êxito» propagandeado pelo Governo seria tanto maior quanto mais se reduzisse a capacidade produtiva do País e quanto maior fosse a fome e a miséria dos portugueses. Levando às últimas

consequências a lógica absurda do dr. Mário Soares, se durante um ano toda a actividade produtiva parasse e os portugueses deixassem de comer, não haveria défice externo... e o seu «êxito» seria total!

Expressão dos défices acumulados pela economia portuguesa ao longo destes nove anos e da crescente submissão ao imperialismo, de que o FMI é instrumento, a dívida externa portuguesa passou de 35 milhões de contos em 1975 para 91 milhões em Dezembro de 1976 e atinge em 1984 (à cotação de 31 de Dezembro) cerca de 2500 milhões de contos (15500 milhões de dólares). Isto significa que Portugal é actualmente um dos países mais endividados do Mundo. Tudo se passa como se cada família portuguesa de quatro pessoas desse ao estrangeiro mais de 1120 contos! E ainda que julguem que não estão a pagar os juros desta dívida estão efectivamente a pagá-los através dos preços de muitos produtos, dos impostos, etc. E bem significativo o facto de as tarifas de electricidade terem aumentado nos últimos anos sempre mais do que as taxas médias de inflação: é que os encargos com a dívida externa da EDP têm vindo a pesar fortemente nessas tarifas. A dívida externa portuguesa, à actual cotação do dólar, equivale já ao Produto Interno Bruto de 1984, o que significa que é impagável nos termos em que está negociada.

O serviço da dívida (juros e amortizações) que tem vindo a aumentar a elevadíssimo ritmo nos últimos anos, atingiu em 1984 cerca de 460 milhões de contos, o equivalente a 67% de todo o investimento, o que mostra que a dívida externa se transformou não só num cancro que vai debilitando toda a economia portuguesa, tornando-a cada vez mais dependente do imperialismo, mas também, e desde já, num sério obstáculo à recuperação e ao desenvolvimento.

A crise económica e financeira caminha a par e passo com a degradação das condições de vida do povo, traduzindo-se na mais aguda crise social.

O desemprego, com todo o cortejo de miséria que implica, tem vindo a aumentar de ano para ano, atingindo já 600 mil portugueses, aproximadamente 13% da população activa, afectando com particular incidência os jovens e as mulheres.

De 1976 a 1984, a taxa média oficial do aumento dos preços foi de 23,4%, atingindo 25,5% em 1983, e quase 30% em 1984. Os produtos e serviços cujos aumentos são superiores a estas médias são precisamente os de mais amplo consumo ou utilização. Como salienta o documento-base, a inflação atingiu tal velocidade que ameaça «desapara» para valores completamente incontroláveis com efeitos económicos e sociais de verdadeira catástrofe.

No mesmo período os salários reais registaram em ritmo crescente quebras brutais: -23% na agricultura; -29% na construção; e -42% na indústria transformadora e na Função Pública. O salário mínimo nacional para a indústria e serviços teve uma diminuição real de -44,3%. É cada vez maior o número de trabalhadores com contratos a prazo, estimando-se esse número em mais de 500 mil. Um novo e terrível flagelo, o dos salários em atraso, emergiu nesta crise social e alastra em cada dia que passa. Seguramente durante o ano de 1984 mais de 200 mil trabalhadores foram atingidos por este flagelo, vivendo situações dramáticas.

A tudo isto acresce a degradação crescente das condições de habitação (que o Governo PS/PSD quer ainda agravar com a mais iníqua lei das rendas), da saúde e do ensino e a deterioração de toda a segurança social, com particular incidência na diminuição real das pensões e reformas daqueles que, tendo suportado toda uma vida de duro trabalho e exploração pelo grande capital e os agrários, são agora sacrificados a uma política de restauração dos monopólios e do latifúndio.

Camaradas,

Os governos do PS, PSD e CDS sempre têm procurado escamotear as verdadeiras causas da profunda crise económica, financeira e social em que mergulharam o País, desculpando-se com a crise do mundo capitalista (a que chamam crise internacional) e responsabilizando a Reforma Agrária, as nacionalizações, os direitos dos trabalhadores e a Constituição da República. Porém, — sem se negarem os efeitos negativos da crise mundial do capitalismo, efeitos tanto maiores quanto maior é a dependência do imperialismo, — tal como se demonstrou nos IX e X Congressos do nosso Partido e se refere no documento-base, o **factor determinante da crise em Portugal é a**

política de recuperação capitalista, latifundiária e imperialista levada a cabo desde 1976 pelos governos do PS, PSD e CDS.

Nos últimos anos esta política assumiu o carácter de uma verdadeira cruzada de espoliações e de centralização forçada, que através da intervenção coerciva do Estado, sobrepondo-se às próprias leis económicas, transfere para as mãos do grande capital e dos agrários meios financeiros da banca e do Estado, empresas indirectamente nacionalizadas (participadas), partes rentáveis das empresas nacionalizadas e até mesmo algumas empresas nacionalizadas, a mais-valia criada nestas empresas e parte importante da mais-valia gerada nas pequenas e médias empresas privadas, terras, máquinas e gados das UCP's/Cooperativas, e parte igualmente importante da riqueza produzida pelos pequenos e médios agricultores. Esta sim, é a causa fundamental da gravíssima crise económica, financeira e social que o País atravessa.

Esta política de recuperação capitalista, subvertendo os princípios constitucionais vigentes, a ordem económica consagrada na Constituição, nomeadamente os limites das diversas formações económicas, as novas relações de produção criadas, os direitos dos trabalhadores e a independência nacional; provocando a degradação generalizada da economia nacional, é uma autêntica conspiração económica contra o regime democrático. Na verdade, um dos objectivos da degradação e sabotagem da economia é tentar responsabilizar o regime pela crise económica e pelo agravamento das condições de vida da imensa maioria dos portugueses.

A CIP, a CAP, a CCP, o CDS, o PSD e os actuais dirigentes do PS, reclamam já, mais ou menos abertamente, a mudança do regime democrático. Mário Soares, num acto que quis ser simbólico, empunhou uma vez mais a bandeira da mais negra reacção revanchista aliada ao imperialismo. Na cerimónia da inauguração do primeiro banco privado, dito português, onde se fundem o grande capital nacional (antigos e novos grandes capitalistas) com o capital financeiro estrangeiro, Mário Soares declarou guerra aberta às nacionalizações, à ordem constitucional, à própria essência do 25 de Abril. Simbolicamente também, representando os amos a quem serve, Mário Soares tinha por companhia o embaixador dos EUA. A colossal via que os trabalhadores deram nessa altura a Mário Soares foi a melhor expressão da defesa da dignidade e dos interesses nacionais e mostrou uma vez mais a determinação do povo português em defender o regime democrático.

A par da conspiração económica, o Governo PS/PSD promove a repressão, a limitação institucional das liberdades e prepara os instrumentos necessários à instauração de um Estado policial e totalitário.

Em 1974 e princípios de 1975 os grandes agrários e monopolistas levaram também a cabo uma conspiração económica, base da conspiração política, contra o regime nascido com a Revolução de Abril. Agora, é a partir das posições que ocupam no Governo, no aparelho de Estado e nas empresas nacionalizadas, que as forças revanchistas levam a cabo uma nova conspiração económica contra o regime democrático. Tem sido a luta dos trabalhadores e das forças democráticas que tem conseguido defender o regime. Mas é imperativo que as instituições funcionem para que rapidamente seja posto fim a esta nova conspiração. Essa é uma condição indispensável para implementar uma política económica capaz de superar a crise e promover o desenvolvimento.

Camaradas,

A causa fundamental da crise, nas suas expressões principais, é, pois, o ataque às empresas nacionalizadas, intervencionadas e em autogestão: o ataque à Reforma Agrária, aos baldios, aos rendeiros e aos pequenos e médios camponeses; o ataque aos pequenos e médios industriais e comerciantes; a política monetarista e de recessão económica, de drástica restrição do crédito aos sectores atrás mencionados, de altas taxas de juro, de desvalorização do escudo, de inflação; a política de submissão ao FMI, ao Banco Mundial e ao imperialismo americano, de submissão à CEE e à Europa dos monopólios; tudo isto visando a reconstituição do capital monopolista aliado ao imperialismo e o domínio dos grandes agrários e senhorios ricos nos campos.

Tudo isto, como demonstra o projecto de documento-base, provoca a degradação das condições de vida e a redução do mercado

interno, a desarticulação e desorganização das actividades produtivas e dos serviços; o agravamento dos principais défices da economia portuguesa (alimentar, energético e tecnológico bens de equipamento) e por consequência a dívida externa; tudo isto propicia e fomenta a corrupção, as fraudes, as actividades parasitárias, o contrabando e outras actividades de economia subterrânea ou paralela; tudo isto degrada extremamente a administração pública; tudo isto agrava a dependência económica e financeira do nosso país em relação ao imperialismo.

O contínuo agravamento da crise económica, financeira e social conduz o País ao desastre, põe em risco iminente o regime democrático e a soberania nacional.

E, por isso, indispensável e urgente definir e implementar uma nova política económica capaz de superar a crise e promover a recuperação e o desenvolvimento da economia portuguesa.

Camaradas,

A definição de uma **política económica de recuperação e desenvolvimento** tem necessariamente de considerar, por um lado, a situação económica, financeira e social em que o País se encontra e, por outro lado, as relações de produção, as capacidades de produção, os meios financeiros mobilizáveis, os recursos naturais, a força de trabalho e sua qualificação, os conhecimentos e capacidades tecnológicas e científicos. Isto é, a definição de uma tal política tem de partir da nossa realidade concreta e não de «modelos» estereotipados de pretensa aplicação mais ou menos universal, gerados em gabinetes, divorciados da vida real.

Os trabalhos realizados e o debate travado no âmbito da preparação desta Conferência apontam desde já para as **grandes linhas de recuperação e desenvolvimento** que se pretende sintetizar no projecto de documento-base.

A viabilidade dessas grandes linhas exige, contudo, **três condições básicas e prévias** indispensáveis: 1.ª — pôr fim à ofensiva contra as conquistas económicas e sociais da Revolução de Abril; 2.ª — a participação activa e criadora dos trabalhadores na definição e execução da política económica e no processo produtivo; 3.ª — a defesa firme e intransigente dos Interesses e da independência nacionais.

Pôr fim à ofensiva contra as conquistas de Abril, significa, por um lado, o respeito pelas diversas formações económicas (sector nacionalizado e participado, Reforma Agrária, sector privado, pequenas e médias explorações agrícolas, cooperativas e empresas em autogestão) e a dinamização de todas elas em conformidade com as suas dinâmicas próprias; e, por outro lado, a reposição da legalidade constitucional com a devolução às UCP's/Cooperativas das terras e bens que lhes foram roubados, assim como o regresso ao sector público das empresas, partes de empresas e funções que lhes foram subtraídas e o ingresso no património do Estado das empresas criadas em áreas que a Constituição reserva ao sector público.

A participação activa dos trabalhadores significa o seu empenhamento na produção e na produtividade, na poupança de matérias-primas e energia, na conservação dos meios de produção, na introdução de novos processos produtivos e na coordenação e planificação ao nível de empresa, do sector e do País. O controlo de gestão é aspecto essencial desta participação dos trabalhadores e um elemento insubstituível no combate à corrupção.

A defesa firme dos interesses e independência nacionais significa que cesse a submissão ao imperialismo (causa principal do nosso atraso económico histórico), nomeadamente ao FMI, ao Banco Mundial, à CEE, às multinacionais. Que o aproveitamento dos recursos nacionais e das potencialidades nacionais se subordine aos interesses de Portugal e não aos interesses estrangeiros. Que se diversifique as nossas relações económicas externas sempre na base das vantagens recíprocas e do respeito pela soberania nacional.

Camaradas,

Assentando nestas três condições prévias, e tendo em conta as realidades nacionais, **uma nova política económica** deverá prosseguir, como se refere no projecto de documento-base, as seguintes **grandes linhas de orientação**: a) aumento da produção nacional; b) saneamento financeiro das empresas, do Estado e do País; c) melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral.



PCP quanto à produção de energia e algumas posições isoladas nas regiões onde se pretendem implantar centros de produção de energia eléctrica.

Na secção dedicada ao tema **Tecnologia**, o debate especializado que ali se travou permitiu caracterizar os traços fundamentais do défice tecnológico e, em particular, a sua expressão na esfera dos bens de equipamento. Quer através das

oito intervenções previamente preparadas, quer pelo debate que se gerou, a tecnologia como componente importante da economia não foi esquecida nesta Conferência.

A secção que abrangia as **Relações Económicas Externas** conheceu durante toda a tarde de sábado uma afluência constante de participantes, sem contar com os que ali estiveram ininterruptamente desde o início do debate. Ali foi dito

dactilografando intervenções que a todo o momento têm alterações. Ou ainda a tarefa dos tradutores que em simultâneo vão tornando compreensíveis para os convidados estrangeiros as intervenções que são proferidas no plenário. Sem esquecer os Bombeiros Voluntários do Seixal e tantos outros que deram o seu contributo.

Em resumo, um trabalho anónimo, mas nem por isso menos importante para a realização dos trabalhos da Conferência. E é deste contributo de todos que surgem, quase imperceptíveis, as iniciativas do Partido Comunista Português. O segredo, se ele existe, é só este.



Os serviços de tradução simultânea garantiram aos convidados estrangeiros a compreensão de tudo o que se passava na sala. Justo é também falar dos serviços de acompanhamento, apoio e intérpretes destes mesmos convidados estrangeiros: o êxito dum iniciativa como esta Conferência tece-se com múltiplos fios... incluindo as indispensáveis operações de limpeza

que dois terços dos bens de equipamento que necessitamos são importados, bem como foi referido que tem aumentado a componente importada daquilo que exportamos, como é o caso dos têxteis. Para além dos casos concretos apontados (os camiões TIR que faziam bicha na fronteira grega quando a Grécia entrou para a CEE e que levavam de tudo, incluindo a imitação de um queijo grego de grande consumo) foram apontadas como imprescindíveis a necessidade da substituição das importações por produtos nacionais, a diversificação nas relações externas, nomeadamente com os países africanos de língua oficial portuguesa, socialistas e árabes, e a alteração da situação da dívida externa que bloqueia o desenvolvimento.

Na secção de **Turismo** um aspecto ressaltou das vivas intervenções feitas em grande parte por trabalhadores do sector, que é o seguinte: nos últimos anos, enquanto se assiste a um aumento da entrada de turistas (entre 80-83 as entradas aumentaram 37% e as dormidas 14%) verifica-se que as receitas oficiais em dólares diminuíram 40%. Alguém está a embolsar este dinheiro. Foi apontada a necessidade do combate à fuga de divisas, bem como acabar com a destruição das riquezas naturais. A análise do turismo interno teve em consideração que é uma manifestação do mercado interno, sendo a garantia de que em tempos de crise assegura parte importante do funcionamento das estruturas.

Outra secção animada foi a que abordou o **Papel das diversas formações económicas**. Aqui se debateu o sector nacionalizado, o sector privado, onde predominam as pequenas e médias empresas, e o sector cooperativo. Das pequenas e médias empresas se disse que deparam com crescentes dificuldades, situação financeira grave, sujeitas à política restritiva e à contenção de consumos, à inflação, à alta taxa de juro. O teor das intervenções confirmou que a iniciativa privada beneficia também da própria dinâmica do

sector empresarial do Estado. Um exemplo foi referido: se a Siderurgia Nacional fosse destruída, imensas seriam as pequenas indústrias e comércio, que exportamos, como é o caso dos têxteis. Para além dos casos concretos apontados (os camiões TIR que faziam bicha na fronteira grega quando a Grécia entrou para a CEE e que levavam de tudo, incluindo a imitação de um queijo grego de grande consumo) foram apontadas como imprescindíveis a necessidade da substituição das importações por produtos nacionais, a diversificação nas relações externas, nomeadamente com os países africanos de língua oficial portuguesa, socialistas e árabes, e a alteração da situação da dívida externa que bloqueia o desenvolvimento.

Na secção de **Comércio e Preços** muito se falou da baixa de vendas em termos reais a partir, nomeadamente, de 1982, com o ressurgimento dos «fiados», para o que contribui a quebra dos salários dos trabalhadores e a existência de uma grande camada da população trabalhadora que tem os salários em atraso ou que está



na situação de desemprego. No sector de preços, face à redução do poder de compra das populações e ao crescimento dos níveis de inflação foi sugerido, entre as muitas medidas apontadas, a fixação de períodos mínimos de actualização de preços, a obrigação da afinação dos mesmos nos produtos embalados e a criação de um sistema regular de informação aos consumidores.

As potencialidades de todas as regiões do País, o levantamento dos principais problemas existentes; o papel positivo e o empenhamento do poder local democrático — pese embora as dificuldades — na

resolução dos problemas existentes, constituíram algumas das principais questões que estiveram no centro do debate que durante cinco horas ininterruptas animou a secção **Desenvolvimento Regional**.

Conforme foi sublinhado à nossa equipa de reportagem, os trabalhos puseram em evidência o papel negativo dos organismos desconcentrados (as Comissões Coordenadoras Regionais — CCR's) cuja acção é caracterizada pela intromissão e ingerência nos problemas do Poder Local e pela incapacidade de contribuir para o desenvolvimento regional dentro da sua área.

debate vivo e espontâneo, animado por cerca de quatro dezenas de intervenções, permitiu um grande aprofundamento e enriquecimento das questões relativas a esta matéria.

Com contributos e opiniões provenientes de camaradas ligados a diferentes sectores foi possível analisar com algum detalhe questões ligadas à habitação, como sejam a sua qualidade e deficiências, as diversas formas de promoção, o papel das várias formações económicas, o papel das autarquias e a recuperação do parque habitacional.

Nas obras públicas as intervenções produzidas incidiram

insuficientes) para a construção — habitação e obras públicas — fazendo adequar melhor a quantidade efectiva e física das realizações à disponibilidade financeira, minimizando custos parasitas, fruto de deficiência e incompetência do planeamento.

A abordagem de praticamente todos os sectores básicos da indústria transformadora constituiu, por seu turno, o traço dominante do debate na secção **Indústrias de base** que envolveu perto de meia centena de oradores e no decorrer do qual se registaram momentos de grande nível e profundidade sob o ponto de vista técnico, económico e político.

Os intervenientes apreciaram designadamente as indústrias dos cimentos, metalúrgias, pasta para papel, refinação de petróleo, petroquímicas, adubos, naval, metalomecânica e material eléctrico, as quais têm um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria.

Particularmente realçada a política de catástrofe seguida pela direita nestes importantes sectores e o peso determinante que nele tem o Sector Empresarial do Estado (SEE).

Duas intervenções, uma caracterizando o sector e outra apreciando as políticas e a actuação dos governos de direita, introduziram o debate na secção de **Transportes**, debate bastante participado e vivo mas que por razões de tempo — havia que ceder o espaço a outra secção — teve de terminar às 17,30 horas.

Seguiu-se o tratamento de três grandes temas (transportes interiores, marinha mercante, portos e transportes aéreos) cuja discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

Apesar de ter sido uma secção bastante participada e com um papel decisivo no quadro das forças produtivas da indústria, a discussão em cada caso foi precedida por intervenções previamente preparadas.

política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista levada a cabo desde 1976 pelos governos do PS, PSD e CDS.

Nos últimos anos esta política assumiu o carácter de uma verdadeira cruzada de espoliações e de centralização forçada, que através da intervenção coerciva do Estado, sobrepondo-se às próprias leis económicas, transfere para as mãos do grande capital e dos agrários meios financeiros da banca e do Estado, empresas indirectamente nacionalizadas (participadas), partes rentáveis das empresas nacionalizadas e até mesmo algumas empresas nacionalizadas, a mais-valia criada nestas empresas e parte importante da mais-valia gerada nas pequenas e médias empresas privadas, terras, máquinas e gados das UCP's/Cooperativas, e parte igualmente importante da riqueza produzida pelos pequenos e médios agricultores. Esta sim, é a causa fundamental da gravíssima crise económica, financeira e social que o País atravessa.

Esta política de recuperação capitalista, subvertendo os princípios constitucionais vigentes, a ordem económica consagrada na Constituição, nomeadamente os limites das diversas formações económicas, as novas relações de produção criadas, os direitos dos trabalhadores e a independência nacional; provocando a degradação generalizada da economia nacional, é uma autêntica conspiração económica contra o regime democrático. Na verdade, um dos objectivos da degradação e sabotagem da economia é tentar responsabilizar o regime pela crise económica e pelo agravamento das condições de vida da imensa maioria dos portugueses.

A CIP, a CAP, a CCP, o CDS, o PSD e os actuais dirigentes do PS, reclamam já, mais ou menos abertamente, a mudança do regime democrático. Mário Soares, num acto que quis ser simbólico, empunhou uma vez mais a bandeira da mais negra reacção revanchista aliada ao imperialismo. Na cerimónia da inauguração do primeiro banco privado, dito português, onde se fundem o grande capital nacional (antigos e novos grandes capitalistas) com o capital financeiro estrangeiro, Mário Soares declarou guerra aberta às nacionalizações, à ordem constitucional, à própria essência do 25 de Abril. Simbolicamente também, representando os anos a quem serve, Mário Soares tinha por companhia o embaixador dos EUA. A colossal vaia que os trabalhadores deram nessa altura a Mário Soares foi a melhor expressão da defesa da dignidade e dos interesses nacionais e mostrou uma vez mais a determinação do povo português em defender o regime democrático.

A par da limitação da produção económica, o Governo PS/PSD promove a repressão, a limitação inconstitucional das liberdades e prepara os instrumentos necessários à instauração de um Estado policial e totalitário.

Em 1974 e princípios de 1975 os grandes agrários e monopolistas levaram também a cabo uma conspiração económica, base da conspiração política, contra o regime nascido com a Revolução de Abril. Agora, é a partir das posições que ocupam no Governo, no aparelho de Estado e nas empresas nacionalizadas, que as forças revanchistas levam a cabo uma nova conspiração económica contra o regime democrático. Tem sido a luta dos trabalhadores e das forças democráticas que tem conseguido defender o regime. Mas é imperativo que as instituições funcionem para que rapidamente seja posto fim a esta nova conspiração. Essa é uma condição indispensável para implementar uma política económica capaz de superar a crise e promover o desenvolvimento.

Camaradas,

A causa fundamental da crise, nas suas expressões principais, é, pois, o ataque às empresas nacionalizadas, intervencionadas e em autogestão; o ataque à Reforma Agrária, aos baldios, aos rebanhos e aos pequenos e médios camponeses; o ataque aos pequenos e médios industriais e comerciantes; a política monetarista e de recessão económica, de drástica restrição do crédito aos sectores atrás mencionados, de altas taxas de juro, de desvalorização do escudo, de inflação; a política de submissão ao FMI, ao Banco Mundial e ao imperialismo americano, de submissão à CEE e à Europa dos monopolistas; tudo isto visando a reconstituição do capital monopolista aliado ao imperialismo e o domínio dos grandes agrários e senhores ricos nos campos.

Tudo isto, como demonstra o projecto de documento-base, provoca a degradação das condições de vida e a redução do mercado

interno, a desarticulação e desorganização das actividades produtivas e dos serviços; o agravamento dos principais défices da economia portuguesa (alimentar, energético e tecnológico bens de equipamento) e por consequência a dívida externa; tudo isto propicia e fomenta a corrupção, as fraudes, as actividades parasitárias, o contrabando e outras actividades de economia subterrânea ou paralela; tudo isto degrada extremamente a administração pública; tudo isto agrava a dependência económica e financeira do nosso país em relação ao imperialismo.

O contínuo agravamento da crise económica, financeira e social conduz o País ao desastre, põe em risco iminente o regime democrático e a soberania nacional.

E, por isso, indispensável e urgente definir e implementar uma nova política económica capaz de superar a crise e promover a recuperação e o desenvolvimento da economia portuguesa.

Camaradas,

A definição de uma **política económica de recuperação e desenvolvimento** tem necessariamente de considerar, por um lado, a situação económica, financeira e social em que o País se encontra e, por outro lado, as relações de produção, as capacidades de produção, os meios financeiros mobilizáveis, os recursos naturais, a força de trabalho e sua qualificação, os conhecimentos e capacidades tecnológicas e científicas. Isto é, a definição de uma tal política tem de partir da nossa realidade concreta e não de «modelos» estereotipados de pretensa aplicação mais ou menos universal, gerados em gabinetes, divorciados da vida real.

Os trabalhos realizados e o debate travado no âmbito da preparação desta Conferência apontam desde já para as **grandes linhas de recuperação e desenvolvimento** que se pretende sintetizar no projecto de documento-base.

A viabilidade dessas grandes linhas exige, contudo, **três condições básicas e prévias** indispensáveis: 1.ª — pôr fim à ofensiva contra as conquistas económicas e sociais da Revolução de Abril; 2.ª — a participação activa e criadora dos trabalhadores na definição e execução da política económica e no processo produtivo; 3.ª — a defesa firme e intransigente dos interesses e da independência nacionais.

Pôr fim à ofensiva contra as conquistas de Abril, significa, por um lado, o respeito pelas diversas formações económicas (sector nacionalizado e participado, Reforma Agrária, sector privado, pequenas e médias explorações agrícolas, cooperativas e empresas em autogestão) e a dinamização de todas elas em conformidade com as suas dinâmicas próprias; e, por outro lado, a reposição da legalidade constitucional com a devolução às UCP's/Cooperativas das terras e bens que lhes foram roubados, assim como o regresso ao sector público das empresas, partes de empresas e funções que lhes foram subtraídas e o ingresso no património do Estado das empresas criadas em áreas que a Constituição reserva ao sector público.

A participação activa dos trabalhadores significa o seu empenhamento na produção e na produtividade, na poupança de matérias-primas e energia, na conservação dos meios de produção, na introdução de novos processos produtivos e na coordenação e planificação ao nível de empresa, do sector e do País. O controlo de gestão é aspecto essencial desta participação dos trabalhadores e um elemento insubstituível no combate à corrupção.

A defesa firme dos interesses e independência nacionais significa que cesse a submissão ao imperialismo (causa principal do nosso atraso económico histórico), nomeadamente ao FMI, ao Banco Mundial, à CEE, às multinacionais. Que o aproveitamento dos recursos nacionais e das potencialidades nacionais se subordine aos interesses de Portugal e não aos interesses estrangeiros. Que se diversifique as nossas relações económicas externas sempre na base das vantagens recíprocas e do respeito pela soberania nacional.

Camaradas,

Assentando nestas três condições prévias, e tendo em conta as realidades nacionais, uma **política económica** deverá prosseguir, como se refere no projecto de documento-base, as seguintes **grandes linhas de orientação**: a) aumento da produção nacional; b) saneamento financeiro das empresas, do Estado e do País; c) melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral.

a) **O aumento da produção nacional**, através da dinamização e desenvolvimento da indústria, da agricultura e das pescas e da maior eficiência dos transportes, deve ter como um dos seus objectivos prioritários a redução dos défices alimentar, energético e tecnológico-bens de equipamento, o que, na nossa situação concreta, implica necessariamente a produção nacional de produtos importados.

A **dinamização e desenvolvimento industrial**, tendo em conta o presente e o futuro do País, passa pela máxima utilização possível da capacidade produtiva instalada, pela recuperação, dinamização e criação de um vasto conjunto de sectores da indústria que vai desde a indústria extractiva à electrónica, tal como se refere nas medidas sectoriais do projecto de documento-base.

Mas, neste momento, a concentração de esforços deverá privilegiar o relançamento da **construção civil**, a reactivação e desenvolvimento das **indústrias metalomecânicas e electromecânicas** e o planeamento e avanço para a concretização dos **grandes projectos de interesse nacional**.

A construção civil, pelo volume de emprego que cria, directa e indirectamente, pela baixa componente importada que requer, pelo efeito dinamizador que tem noutros sectores, pela sua indispensável participação na concretização dos grandes projectos e para responder, entre outros, a um dos mais graves problemas nacionais, o da habitação.

A metalomecânica e a electromecânica, porque sendo sempre base essencial do desenvolvimento económico, contribuirão para a redução do défice tecnológico-bens de equipamento, dinamizarão outras indústrias e serão indispensáveis para a concretização dos grandes projectos.

Os grandes projectos, porque correspondem ao aproveitamento de grandes riquezas e potencialidades nacionais, serão componentes necessárias à transformação de Portugal num país desenvolvido. Alguns destes grandes projectos, de que o Alqueva é exemplo típico, contribuirão, não só para diminuir o défice energético, como para reduzir o défice alimentar e modernizar a agricultura.

A **dinamização e desenvolvimento da agricultura** implica o prosseguimento da Reforma Agrária, a defesa dos pequenos e médios agricultores, o fomento do cooperativismo e a adopção de um conjunto complexo de medidas referido no projecto de documento-base. O aumento da produção agro-pecuária deve ser prioritariamente dirigido para sectores que mais reduzam o défice alimentar e/ou que mais se adaptem aos nossos solos e clima: cereais, forragens, oleaginosas, açúcar, produções horto-frutícolas, produção animal e produção florestal (que exclui a desordenada e generalizada eucaliptação do País a que se vem assistindo).

A **dinamização e desenvolvimento das pescas**, que implica a modernização da frota, a exploração racional da nossa Zona Económica Exclusiva e outras medidas, corresponde não só ao aproveitamento de uma grande riqueza, como contribuirá significativamente para melhorar a dieta e reduzir o défice alimentares.

A **maior eficiência dos transportes** implica a racionalização e coordenação de todo o sistema, merecendo neste momento particular atenção os transportes ferroviários e marítimos.

b) A segunda grande linha de orientação de uma nova política económica é o **saneamento financeiro das empresas, do Estado e do País**. A crise financeira sendo, no essencial, uma consequência da crise económica exige desde logo o combate às causas fundamentais da crise económica já anteriormente referidas. Mas exige igualmente medidas de fundo específicas, designadamente o combate à desorganização geradora de desperdício de recursos financeiros, o ataque à inflação, à desvalorização do escudo e à redução das taxas de juro. Exige ainda o combate à descapitalização fraudulenta das empresas públicas; o aumento dos capitais próprios das empresas públicas e recuperação dos seus elevados créditos (incluindo o crédito mal parado da banca); a redução dos défices do Orçamento do Estado, a contenção, controlo e redução da dívida externa; e um conjunto de outras medidas, as mais importantes das quais constam do projecto de documento-base.

A dívida externa, pela sua elevada dimensão e pelas nefastas consequências económicas e financeiras que está a provocar, exige a

sobre as deficiências e carências nos diversos âmbitos, sobre a promoção quer ao nível das autarquias quer do Poder central e ainda a ausência do planeamento.

Questões como a política de solos e rendas bem como os aspectos ligados aos avanços tecnológicos (rentabilidade e custos na construção civil e importação de tecnologia, entre outros) foram também alvo do interesse dos participantes.

Analisando a problemática do financiamento à habitação e construção a secção concluiu que é possível gerar melhor os fundos disponíveis (apesar de

orientação que exige o planeamento sectorial, integrado no quadro de planeamento global.

Escasso foi também o tempo de que dispôs a secção **Comunicações** para analisar os aspectos globais da política de comunicações dos últimos governos e em particular a de Mário Soares, as formas de combater os aspectos negativos dessa política e as propostas alternativas.

Mesmo assim foi possível, com grande rigor, apreciar as intervenções de fundo que introduziram a secção — linhas gerais de orientação dos CTT e TLP; estrutura do sector; novas tecnologias; situação económica e financeira; a indústria de material de telecomunicações —, a que se seguiu um debate que enriqueceu as áreas em discussão e em que participaram cerca de 15 pessoas.

Na colectividade 5 de Outubro, situada a escassos metros do local da Conferência, funcionou a secção **Agricultura**. No seu vasto salão, sempre repleto de gente interessada — característica, aliás, comum a todas as secções — foram abordadas questões respeitantes à Reforma Agrária, florestas, produção animal, cereali-cultura, beterraba, horticultura e fruticultura.

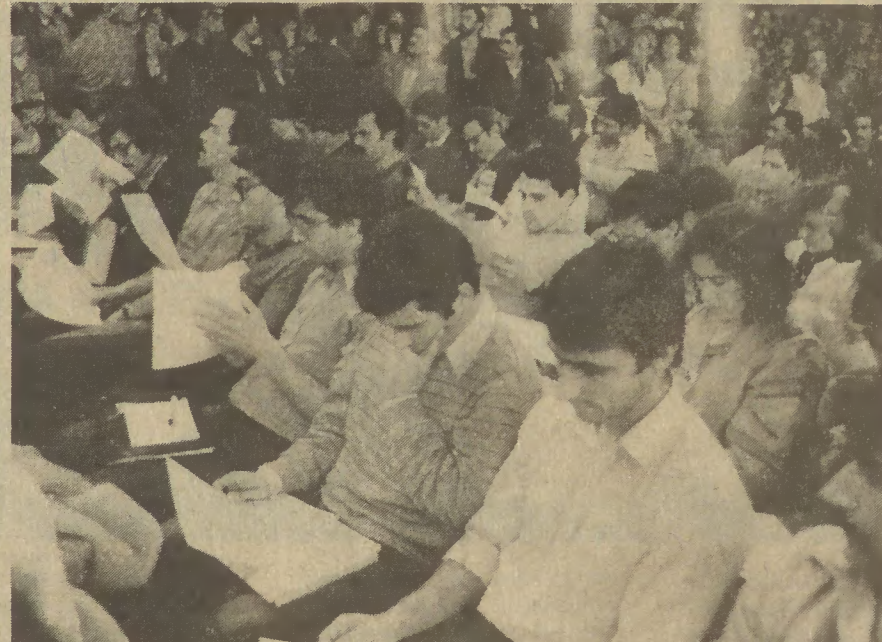
Na discussão, em que intervieram perto de meia centena de trabalhadores e técnicos ao longo de quase cinco horas de trabalhos, avultaram aspectos ligados à produção e comercialização do leite e ao estado sanitário dos efectivos pecuários; à utilização e gestão democrática dos baldios; à produção e comercialização do vinho.

No final, em conversa informal com elementos da mesa, foi-nos sublinhado o intenso trabalho preparatório, grande parte dele colectivo, que esteve por detrás das intervenções escritas, a reflectir um profundo conhecimento e um grande domínio dos problemas bem como de todas as matérias em debate. Uma constante, afinal, que pudemos constatar em relação ao trabalho das dezenove secções, bem definida do estilo e do âmbito desta grande iniciativa do Partido.

PCP



Conferência Nacional do PCP

aviado
DESENVOLVIMENTO
PARA VENCER A CRISE

Convidados estrangeiros falam ao «Avante!»

Como vem sendo habitual em diversas iniciativas do Partido, a Conferência Nacional do PCP contou com a presença de representantes de partidos irmãos.

As delegações estrangeiras de partidos comunistas e operários, tanto de países capitalistas como socialistas da Europa, prestaram ao «Avante!» breves declarações sobre as suas impressões da Conferência e a situação económica dos respectivos países. Um contributo enriquecedor do conhecimento mútuo que se pretende aprofundar.

Para o camarada do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), Heinz Lehmann, a realização da Conferência, neste momento actual evidencia, uma vez mais, os sérios esforços do PCP para mostrar uma via concreta e convincente para a solução dos fundamentais problemas socioeconómicos de Portugal.

Considerando que os documentos apresentados durante os trabalhos constituem o resultado de investigações marxistas-leninistas criadoras, de um amplo trabalho colectivo e uma ampla discussão democrática, o camarada do PSUA manifestou-se impressionado pelos conhecimentos profundos, pelas capacidades de análise objectiva e pelo grande entusiasmo revolucionário manifestado pelos participantes.

Na RDA, onde as questões levantadas pelo socialismo real são bem diversas, o principal objectivo é ultrapassar as metas estabelecidas no plano económico. Neste contexto, diz-nos o camarada do PSUA, apolam-nos no crescimento notável da economia conseguido no ano passado. Como é sabido, o 35.º ano da existência do primeiro Estado dos operários e camponeses em solo alemão mostrou-se como o mais bem sucedido na construção da sociedade socialista desenvolvida.

O rendimento nacional da RDA aumentou, em 1984, 5,3 por cento, prevendo-se para o corrente ano um crescimento semelhante. Como nos foi dito, a luta por um aumento da produtividade do trabalho entra numa nova fase, visando o aproveitamento ainda melhor e mais rápido da ciência e técnica mais modernas para a eficaz implementação de novos processos tecnológicos e de produção. Existem, por outro lado, fortes incentivos para o aumento da produtividade a partir da emulação socialista, em que se empenham os 9,3 milhões de membros da FDGB (Federação Livre dos Sindicatos Alemães).

Mas, como foi salientado, importa sublinhar que a luta económica do PSUA tem um papel fundamental na questão central do mundo actual — a defesa da Paz.

O nosso Partido e o nosso povo, assegurou o camarada da RDA, estreitamente unidos com a URSS e os outros países socialistas, orientam a sua acção na profunda convicção de que quanto mais forte for o socialismo, mais certa e segura será a Paz no mundo.

Após manifestar a sua convicção de que o PS se prepara, em Portugal, para subverter as estruturas económicas criadas após o 25 de Abril, a camarada Angelina Soergel, do Partido Comunista Alemão (DKP), recordou que a solução dos problemas económicos é um dos aspectos decisivos para o futuro de qualquer país, designadamente o nosso. Sem essa solução, afirmou, não se pode vencer a crise nem fazer virar a perspectiva política de um Portugal socialista.

Isto explica, na opinião da camarada da RFA, a importância da Conferência do PCP, que a impressionou pela amplitude do intercâmbio de informações trocadas, pela seriedade das análises e propostas feitas, pela participação activa de tantos camaradas e pela firmeza manifestada tanto nas denúncias como nas alternativas apresentadas para o saneamento e recuperação da economia.

Também a RFA enfrenta sérias dificuldades económicas, não obstante ser uma das prin-

tada no concreto, com as condições específicas de desenvolvimento em Portugal, após a vitória da Revolução de Abril de 1974.

No aspecto político, a Conferência acentuou as principais formas de luta dos comunistas portugueses, da classe operária e de todos os trabalhadores para a realização da alternativa económica do PCP, para o desenvolvimento de Portugal por uma via democrática, em conformidade com a Constituição do país, pela demissão do actual governo PS/PSD.

No aspecto ideológico, a Conferência mostrou claramente a superioridade absoluta das ideias comunistas sobre a ideologia burguesa.

No aspecto social, a Conferência apontou que a resolução de todas as questões: do desemprego, dos trabalhadores com contratos a prazo, dos salários em atraso, de controlo sobre os preços e outros, podem ser alcançados somente através da alternativa económica do PCP para o desenvolvimento do país.

Afirmando-se profundamente impressionado com a ampla participação de operários, camponeses, engenheiros, cientistas em todas as fases do trabalho, o camarada salientou a unidade existente no PCP, referindo-se depois à própria situação económica na Bulgária.

Situação que classificou de dinâmica e estável, reflectida nos últimos quatro anos pelo crescimento médio anual do produto social de cerca de 4,5 por cento.

Os principais problemas que o PCB enfrenta na área da economia, disse, ligam-se com as questões da revolução técnico-científica. Em Fevereiro deste ano o CC do PCB analisou esses problemas em plenário, pronunciando-se pela aplicação dos resultados da revolução técnico-científica na produção e noutros sectores, para a aceleração do desenvolvimento económico e social e a continuação do aumento do nível de vida do povo e a satisfação das suas crescentes necessidades materiais, espirituais e sociais e a criação de condições para o desenvolvimento e multifacetado desenvolvimento de todos os membros da nossa sociedade.

Para o camarada Karel Lukas, do Partido Comunista da Checoslováquia, a Conferência foi uma iniciativa com um significado excepcional, cuja importância se evidenciou por dois aspectos principais: a análise profunda e científica dos problemas económicos do país e a capacidade do PCP em levar essas informações às massas trabalhadoras, mobilizando-as para a luta por uma alternativa democrática.

Destacando a actualidade do tema da Conferência, o camarada checoslovaco sublinhou ainda a grande determinação dos comunistas e trabalhadores portugueses na conjugação de esforços para impedir a concretização dos planos antipopulares do Governo PS/PSD, defendendo e consolidando as conquistas da revolução de Abril.

A problemática dos resultados do desenvolvimento económico da terra, afirmou o camarada do PCC, é hoje na Checoslováquia largamente discutida, sobretudo porque os comunistas e trabalhadores checoslovacos entram este ano no último período do 7.º plano quinquenal e preparam para 1986 o 17.º Congresso do PCC.

É com satisfação que informamos ter alcançado os resultados previstos no 16.º Congresso e no plano quinquenal, o que na prática significa que se registou uma nova subida do nível de vida do nosso povo, se acelerou a dinâmica da produção industrial e se conseguiram importantes resultados na produção agrícola, tal como a auto-suficiência na produ-

ção de cereais, um considerável excedente na produção de carne e outros produtos de origem animal.

Após ter salientado que a dívida externa da Checoslováquia é hoje de apenas 400 milhões de dólares, o que em relação ao potencial económico do país é uma quantia insignificante, o camarada Karel Lukas fez notar que são estas realidades que permitem aos trabalhadores da Checoslováquia olhar o futuro com confiança e optimismo.

Fiquei agradavelmente surpreendido por ver que um Partido Comunista dedicava uma tal atenção ao debate e à análise de política económica — afirmou ao «Avante!» o camarada Aimé Halbeht, do Partido Comunista Francês.

Devo dizer, confessou, que nós ainda não realizamos uma iniciativa deste género no PCF. Pelo que, como é lógico, a realização dos trabalhos do nosso 25.º Congresso e as necessidades da luta contra a crise nos devam levar a inspirar-mo-nos na vossa ideia, tanto na sua forma muito aberta como no conteúdo; ou seja a ligação entre a política e a economia tem sido negligenciada entre nós.

O que não significa, obviamente, que os camaradas franceses não se preocupem com as questões económicas. Na sua actividade, como referiu Aimé Halbeht, procuram favorecer a intervenção dos trabalhadores na gestão de empresas e bancos; esclarecer os trabalhadores sobre os critérios de rentabilidade financeira em detrimento das despesas com o emprego. Nós avançamos com novos critérios que invertem a lógica: gastar mais com o emprego, as qualificações, a promoção para economizar as despesas em capital.

Na opinião do PCF, com a criação de empregos, a formação profissional e as novas tecnologias, podemos avançar para um novo tipo de crescimento, a procura do aumento da produtividade através da elevação das capacidades dos trabalhadores e a redução dos desperdícios e poupanças de capital nas produções e nas empresas.

Melhorando a eficácia das nossas produções, os custos, a qualidade, encontraremos novos mercados e alivaremos a pressão externa.

Mas, como sublinhou o camarada francês, para pôr em prática tais medidas é necessária a intervenção dos assalariados nas gestões financeiras das empresas e dos bancos, a utilização dos novos direitos adquiridos, novas relações entre as diferentes categorias, novas formas de cooperação entre as empresas em França e de Estado a Estado, de forma a limitar o domínio das multinacionais e os seus critérios de exploração das empresas e nações.

Após ter salientado a importância da Conferência do PCP para o povo português, o camarada Spyros Magliveras, do Partido Comunista da Grécia, afirmou-se convencido de que a solução dos principais problemas provocados pela crise capitalista em Portugal depende, de forma decisiva, do desenvolvimento do movimento de massas e da sua orientação progressista e democrática.

O significado da Conferência, disse, é inseparável do facto de que hoje, mais do que nunca, a luta contra a crise capitalista está directamente ligada à luta por um governo democrático que possa levar a cabo uma política alternativa democrática, assente na luta do movimento de massas contra a burguesia monopolista e o imperialismo.

Considerando que a sua participação na Conferência con-

tribuiu para o enriquecimento da política do PCG na luta contra a crise capitalista, o camarada Magliveras acentuou as semelhanças existentes entre Portugal e a Grécia no que se refere ao nível do desenvolvimento económico e aos problemas que ambos os países enfrentam com a participação na CEE.

A forma como a Conferência foi organizada e as suas conclusões, afirmou, são elucidativas da dificuldade e complexidade das questões políticas e económicas em debate e também da impossibilidade de as resolver sem o PCP.

A Grécia, que enfrenta muitos problemas semelhantes aos de Portugal, vive uma crise que, de acordo com o PCG, faz parte da crise do sistema capitalista monopolista de Estado. Isto significa, que não podemos combater os problemas económicos e sociais provocados pela crise se não promovermos medidas de

pregados que é já de três milhões.

Chamando a atenção para o recrudescimento do terrorismo, o que sucede sempre que se registam situações difíceis em Itália, com o objectivo de dividir a classe operária e de tentar enfraquecer o PCI e a democracia, o camarada Ciofi afirmou que os comunistas estão mobilizados e coesos para enfrentar mais esta batalha, em vésperas de eleições locais e do referendo popular contra os cortes no mecanismo de indexação salarial.

O nosso objectivo, disse, é criar no país um grande e vasto movimento político de massas. Mas para derrotar, com êxito, a ofensiva neoliberal, na Europa e em cada um dos países, é indispensável, em nossa opinião, ter presente três condições: que a classe operária seja capaz de alargar as alianças sociais; que tome em mãos, corajosamente, a bandeira da

Aos trabalhos da Conferência assistiram convidados dos seguintes Partidos comunistas e operários da Europa: Partido Socialista Unificado da Alemanha — Heinz Lehmann — Vice-chefe do Departamento Internacional, e Manfred Bleskin; Partido Comunista Alemão — Angelina Soergel — membro do Instituto para os Estudos Marxistas; Partido Comunista da Bélgica — Anne Drumaux — membro do Grupo de Economia Marxista; Partido Comunista Búlgaro — Ivan Iliev — colaborador do Secretário-Geral para as Questões Económicas; Partido Comunista da Checoslováquia — Karel Lukas — da Secção Internacional do P. CCh; Partido Comunista Francês — Aimé Halbeht — membro do CC, chefe de Redacção de «Economie et Politique»; Partido Comunista da Grécia — Spyros Magliveras — membro da Secção Económica do CC; Partido Operário Socialista Húngaro — Lajos Szuhay — membro da Secção de Economia junto do CC; Partido Comunista Italiano — Paolo Ciofi — membro do CC, membro do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais; Liga dos Comunistas da Jugoslávia — Anzel Cemski — membro do CC e Voislav Maletic — funcionário no CC; Partido Operário Unificado Polaco — Marek Holdakowski — chefe da Secção Económica do CC; Partido Comunista Romano — Ion Circei — membro do CC, e Ioan Dan Stefan — da Secção das Relações Exteriores; Partido Comunista da União Soviética — Igor Guriev — vice-director do Instituto das Relações Económicas da Academia de Ciências Sociais, e também da Revista Internacional — Serguei Tsoukassov, secretário da Redacção.

Fizeram-se também representar nos trabalhos da Conferência representantes das seguintes missões diplomáticas em Portugal: República Democrática Alemã, Bulgária, Checoslováquia, Coreia, Cuba, Hungria, Jugoslávia, Polónia, União Soviética, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Nigéria, Líbia, Holanda, Grécia, França, Espanha, México, Nicarágua, China e Índia.

carácter antimonopolista e anti-imperialista.

Por exemplo, prosseguiu, não podemos resolver o problema do desemprego e da inflação se não limitarmos primeiro a influência do capital monopolista. Para tal impõe-se a tomada de medidas como a nacionalização das principais indústrias de base; o investimento público para reestruturação e modernização dos sectores produtivos da economia; o controlo operário dos sectores não nacionalizados; a protecção do mercado interno, etc.

É evidente, salientou, que estas orientações são incompatíveis com a nossa situação de membros da CEE. Para pôr em prática uma política antimonopolista e anti-imperialista que permita combater os efeitos da crise, é necessário a saída do nosso país da CEE. E também a redução drástica das despesas militares, que nada têm a ver com as necessidades reais da nossa defesa nacional, mas que nos são impostas pelo programa militar da NATO.

Penso que com esta Conferência o PCP se afirmou ainda mais como uma força decisiva, imprescindível para a renovação de Portugal, para garantir aos trabalhadores e ao país um novo desenvolvimento — palavras do camarada do PC Italiano Paolo Ciofi, que não escondeu a sua admiração pela vivacidade e interesse dos trabalhos da Conferência.

Trabalhos e debates que de certo modo retomam questões que também se fazem sentir em Itália onde, como nos disse, se regista hoje uma confrontação bastante aguda e em certos aspectos dramática em que estão em jogo conquistas fundamentais dos trabalhadores, enquanto cresce o número de desem-

ciativa de interesse, pois o seu tema está hoje no centro das atenções de quase todos os partidos progressistas e democráticos dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento.

Sublinhando a difícil situação económica que se vive no mundo, os camaradas Anzel Cemski e Voislav Maletic defenderam a necessidade e urgência do estabelecimento de novas e diferentes relações económicas entre os países, em bases mais equitativas. Segundo afirmaram, é justamente nesse sentido que se empenha a Jugoslávia, que tem atravessado nos últimos anos também dificuldades no campo da economia.

Seguimos portanto com atenção e interesse — disseram os representantes da LCJ — as reflexões dos comunistas portugueses para a resolução dos problemas actuais do desenvolvimento económico de Portugal. Estamos certos de que a nossa participação na Conferência vai contribuir para melhorar e aprofundar as boas relações de cooperação existentes entre a LCJ e o PCP.

Impressionado com a amplitude, seriedade e profundo conhecimento das realidades manifestadas pelos participantes na Conferência, o camarada Marek Holdakowski, do Partido Operário Polaco, considerou que esta importante iniciativa coloca uma vez mais em relevo o papel decisivo dos comunistas portugueses na resolução dos complexos problemas socio-económicos do país.

Problemas e dificuldades que a Polónia conhece bem, sobretudo se se tiver em atenção o período de 1980/81, marcado por uma profunda crise económica resultante, em grande parte, de um ataque deliberado das forças anti-socialistas internas e externas.

A nossa situação hoje já não é a mesma, diz o camarada Holdakowski, recordando que o crescimento económico foi retomado, a uma taxa de 4-5% ao ano. O socialismo na Polónia deixou de estar ameaçado, o processo de normalização continua a avançar.

E como avançar significa, entre outras coisas, programar o futuro, os camaradas polacos estão a levar a cabo a preparação de um plano económico cujo objectivo é o fortalecimento das bases do desenvolvimento da Polónia socialista até ao ano de 1990.

Não menos importante, dizem, é a continuação da aplicação de medidas para o aumento da produtividade, através de várias reformas, que se ligam directamente com o programa de desenvolvimento a longo prazo, com o reforço do socialismo na Polónia e com o estreitamento das relações de cooperação económica com os países socialistas irmãos.

Para o camarada Igor Guriev, do Partido Comunista da União Soviética, a Conferência do PCP tem vários significados importantes. Em primeiro lugar, analisa concreta e especificamente o estado da situação económica do país, apresentando uma verdadeira análise científica de tão complexo fenómeno.

Em segundo lugar, no projecto de documento-base e nas intervenções são definidas as vias concretas para a resolução democrática do conjunto dos problemas económicos-sociais com que se defrontam os trabalhadores portugueses. Em terceiro lugar, o Partido Comunista mais uma vez demonstra representar a força que, não só de uma forma mais correcta e profunda reflecte os verdadeiros interesses nacionais, como também apresenta claramente as vias de concretização destes interesses.

O enorme significado político da Conferência é ainda reforçado pelo facto de ultrapassar os limites nacionais, considerando o camarada Guriev, referindo-se às dificuldades económicas e sociais do mundo capitalista. A alternativa democrática — diz — que os comunistas dos diferentes países, e neste caso concreto o PCP, contrapõem à agressão social do capital financeiro adquire, sem dúvida, enorme significado internacional.

O camarada soviético, que reviveu na Conferência os inesquecíveis sentimentos intensamente ligados à Revolução de Abril, na luta, firmeza e entusiasmo dos participantes, referiu-se depois à situação económica da URSS marcada, como afirmou, pela capacidade de desenvolvimento constante.

Em 1984 — disse — o ritmo de crescimento da produção industrial na URSS ultrapassou os 4%. Este aumento foi garantido na sua quase totalidade pelo aumento da produtividade do trabalho; mais de 10 milhões de pessoas receberam apartamentos novos, o salário real aumentou cerca de 3%. Para quem considere estes números modestos, sublinho que há que ter em conta que se trata de um crescimento contínuo ao longo de décadas, sem crises nem sobressaltos.

Isto não significa, faz notar o camarada Guriev, que na URSS não existam problemas na esfera económica. O PCUS, nos seus documentos e resoluções aponta para a necessidade de acelerar a transição para um método intensivo de desenvolvimento da economia. Isto é necessário, particularmente, para atingir o nível de produtividade de trabalho mais elevado do mundo que, por seu turno, é indispensável para alcançar o nível de vida mais elevado.

São tarefas difíceis, sublinha o camarada do PCUS, cuja resolução está ligada com as nossas dificuldades fundamentais.

Uma das teses anticomunistas usadas afirma que da vida dos partidos comunistas parece estar ausente a democracia e a livre troca de opiniões. A Conferência Nacional do PCP constitui um novo e magnífico exemplo que claramente repudia estas calúnias do inimigo de classe.

Palavras de Serguei Tsoukassov, secretário da Revista Internacional, que não escondeu a sua satisfação por assistir a tão ampla e livre discussão dos problemas económicos e sociais, por constatar a profundidade científica da análise feita, pelo carácter construtivo e inovador das propostas e conclusões.

Constitui, afirma, um verdadeiro tesouro em experiência colectiva, em pensamento colectivo de milhares e milhares de comunistas: é na verdade o estilo comunista de trabalho.

Após salientar que o PCP demonstrou de novo ter um papel insubstituível na resolução dos problemas nacionais, o camarada Tsoukassov afirmou-se profundamente impressionado com o carácter prático do debate, a preocupação dos comunistas com os problemas sociais e o espírito de unidade e coesão que predominou sempre durante os trabalhos.

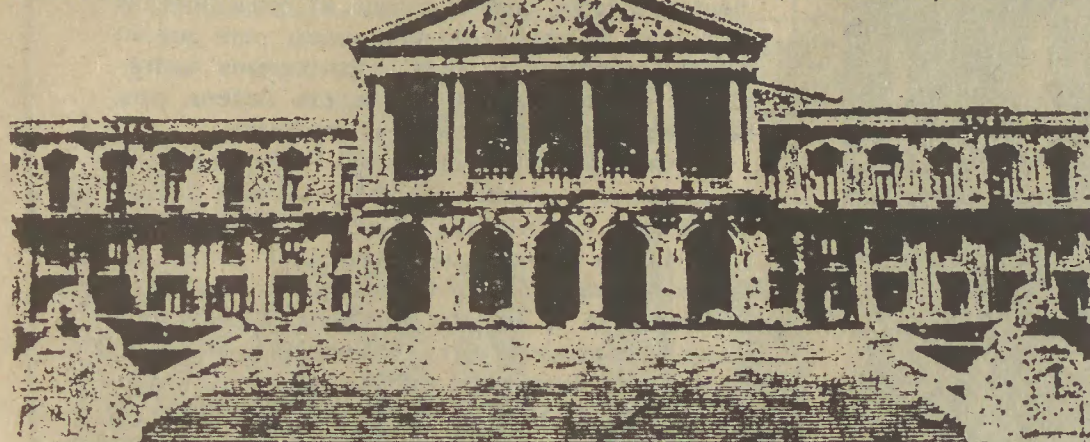
O colectivo internacional da revista dos Partidos Comunistas e Operários «Problemas da Paz e do Socialismo» — disse — Sauda a Conferência Nacional do PCP e os seus frutuóssos resultados. Como irmãos, desejamos aos comunistas portugueses grandes êxitos no seu abnegado trabalho e heróica luta em defesa dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores do país, pelos ideais da paz, democracia e socialismo.

Assembleia da República

É altura de dizer: basta!

Ultrapassando tudo e todos (o PCP e o CDS não estavam representados na reunião de líderes parlamentares que tomou a decisão) a Assembleia da República vai debater a questão da adesão à CEE já nos próximos dias 10 e 11.

O mais grave é que certamente no debate não vão ser conhecidas as gravosas condições impostas, pela eventual



adesão (isso o povo português vai sentir na pele) mas em contrapartida vamos assistir a uma campanha política por parte do PS e do PSD, cada um a ver se abacha mais louros pela integração.

Entretanto, aproveitando o nono aniversário da Constituição da República o deputado socialista Jorge Lácio perpetrou uma intervenção que mais não foi do que uma «facada» no texto fundamental da República.

Na resposta dada pelo deputado comunista José Magalhães, este acentuaria: «O discurso apaixonado do sr. deputado Jorge Lácio vem confirmar que para os membros do comité eleitoral do dr. Mário

Soares a Constituição não passa de uma moeda de troca a negociar, a agenciar; a leiloar consoante aquilo que for conveniente. Verdadeiramente, a única Constituição que têm é o próprio dr. Mário Soares!».

Ainda na terça-feira foram aprovados alguns diplomas, nomeadamente a criação da Ordem de Camões, e contou-se a discutir a lei da rádio, debate que se caracterizou pelo tom morno. A Assembleia entrou de férias da Páscoa.

Nas sessões anteriores o Parlamento aprovou na generalidade, com a abstenção do CDS, um projecto de lei apresentado pelo PCP que visa garantir à mulher grávida o direito ao acompanhamento pelo futu-

ro pai durante o trabalho de parto.

Foi a deputada comunista Zita Zeabra que fez a defesa deste projecto de lei, referindo que «não pretende o Grupo Parlamentar do PCP obrigar nada a ninguém: pretendemos apenas criar o direito a que também nos hospitais públicos, quando o desejem e as con-

mais um texto já de si gravoso para a esmagadora maioria do povo português, ou seja as casas antigas passariam a ter o regime de renda livre nos futuros arrendamentos.

Na sessão de perguntas ao Governo, Zita Seabra indagou sobre a situação social e económica do distrito de Aveiro. E face às banalidades proferidas pelo ministro Amândio de Azevedo a deputada comunista tirou a conclusão:

«O Governo não se sente responsável pelas empresas em situação difícil e pela situação dos seus trabalhadores. Então que Governo é este que só se sente responsável pelas empresas rentáveis e geridas? Para isso não há necessidade de Governo. É escandaloso ainda que, numa situação social como esta, «todos os dias se ouça que a grande preocupação é pagar as indemnizações ao grande capital e que a estes trabalhadores se diga: nós não temos nada a ver com isso».

Entretanto, na sessão de terça-feira o plenário debateu os recursos apresentados pelo MDP/CDE e pelo PCP contra a admissibilidade do projecto de lei Capucho, alegando uma evidência: está ferido de inconstitucionalidade. Tal projecto de lei visa restringir a liberdade de expressão, nomeadamente no que diz respeito à afixação de cartazes e murais. PS e PSD consideraram que não senhor, tal projecto era constitucioníssimo.

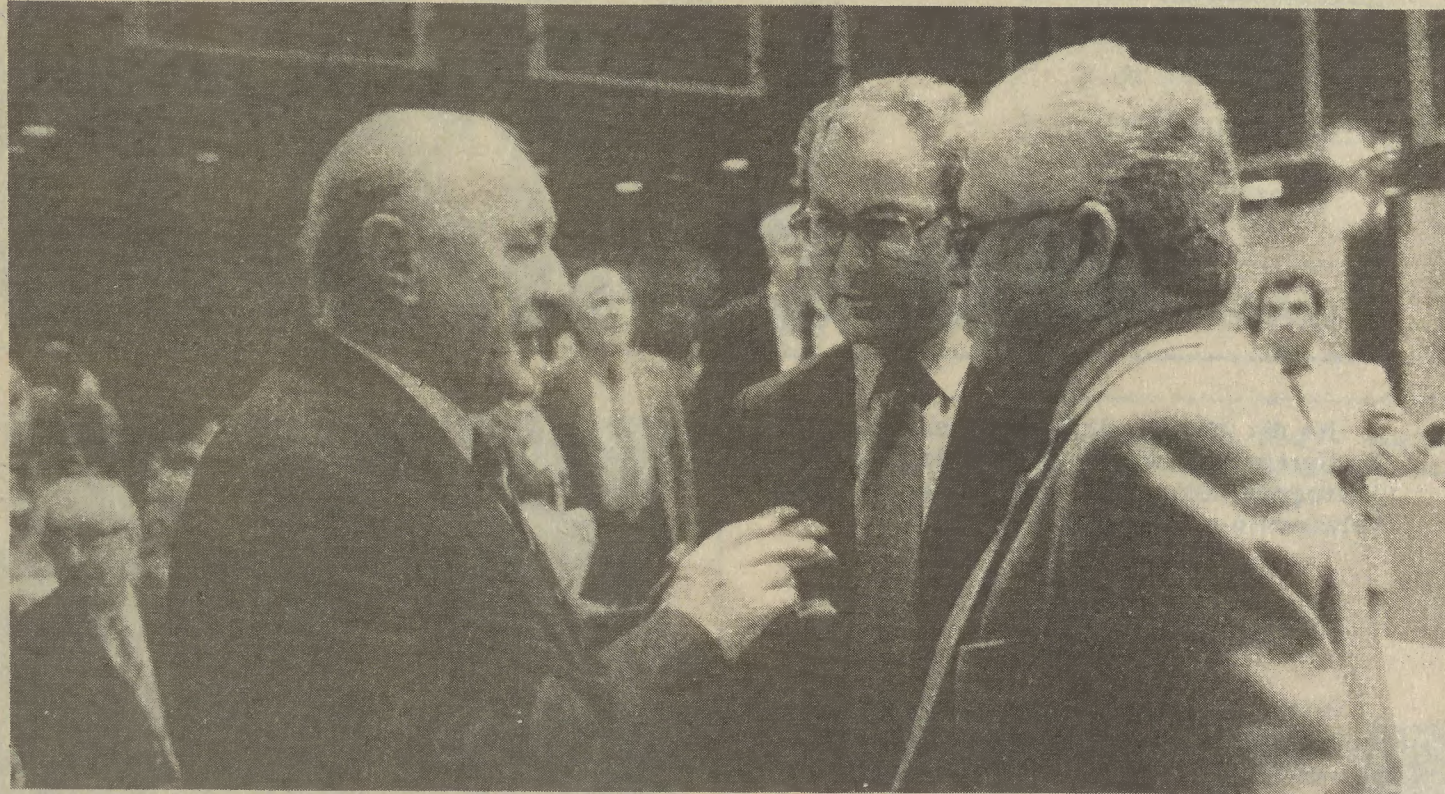
E assim foi mais uma semana na Assembleia da República com a maioria PSP/PSD a tentar destruir cada vez mais a liberdade do povo português. Não é já altura de dizer basta?

dições clínicas o permitam, os casais possam viver o parto a dois».

Juntamente com o seu camarada de bancada Vidigal Amaro, que fez igualmente a defesa do projecto de lei, Zita Seabra acrescentaria: «Nos nossos hospitais a mulher entra só, vai para um serviço que não conhece, com pessoas que nunca viu, é pouco ou nada informada do que se passa com o seu próprio corpo, ficando assim sozinha, isolada, durante horas e horas, apenas, quando muito, acompanhada por outras mulheres tão sós e tão angustadas como ela».

Entretanto, na Comissão que debate a lei das rendas PS e PSD procuram agravar ainda

PCP



Carlos Brito com Janos Kadar, eleito secretário-geral do Partido Operário Socialista Hungaro

13.º Congresso do PSOH

«Firme prosseguimento da construção do socialismo»

Os camaradas Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central e presidente do Grupo Parlamentar do PCP, e Sérgio Teixeira, membro do Comité Central, constituíram, conforme informámos no último número, a delegação do Partido Comunista Português que assistiu aos trabalhos do 13.º Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro, realizado no novo Palácio dos Congres-

sos de Budapeste e inaugurado para o efeito.

Transmitindo a sua opinião sobre os trabalhos do órgão máximo do PSOH, o camarada Carlos Brito dir-nos-ia:

«Foi um Congresso de trabalho onde não foram escondidas as dificuldades e, pelo contrário, foram discutidas com muita franqueza, bem como as vias para a sua superação.»

«Mas tudo isto» — acrescentou o camarada Carlos Brito — «no quadro de uma grande unidade em torno das grandes conquistas revolucionárias do povo húngaro e do firme prosseguimento da construção do socialismo.»

Das numerosas delegações estrangeiras presentes, intervieram na Tribuna do Congresso as delegações do Partido Comu-

nista da União Soviética, do Partido Comunista Português e do Partido dos Trabalhadores da Etiópia.

A delegação do PCP teve um encontro breve com o camarada Janos Kadar que, no final do Congresso, foi eleito secretário-geral do Partido Socialista Operário Húngaro, tendo sido eleito para o cargo do secretário-geral adjunto o camarada Karoly Nemeth.

Internacional

Lutar pelo desarmamento

A comissão preparatória das comemorações do 40.º aniversário da ONU decidiu que as iniciativas a levar a cabo para assinalar o evento devem contribuir, sobretudo, para o aumento real do contributo da comunidade das nações à luta pela eliminação do perigo da guerra nuclear e pela cessação da corrida armamentista.

Também o marechal Costa Gomes, que recentemente participou na reunião do presidium do Concelho Mundial da Paz, em Moscovo, afirmou em entrevista à agência soviética «Tass» que todos os povos devem apoiar o não à guerra das estrelas, aprovado naquele encontro. Os partidários da paz, disse Costa Gomes, consideram muito justamente que a preparação da louca guerra das estrelas por parte do Pentágono ameaça enormemente a humanidade.

A militarização do espaço, sublinhou o ex-presidente da República, não obstante as falsas designações de Washington quanto ao carácter «pacífico» desse objectivo, elevará inevitavelmente a corrida armamentista a um nível perigosíssimo.

PCE destitui Santiago Carrillo

A Conferência Nacional do Partido Comunista Espanhol (PCE), decidiu destituir o ex-secretário-geral, Santiago Carrillo, de porta-voz do PCE no Congresso de Deputados e dar um prazo de 15 dias a 19 membros do Comité Central, apoiantes de Carrillo, para que rectifiquem as suas posições, sob pena de se auto-excluírem dos órgãos de direcção do Partido.

Em conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira Santiago Carrillo reiterou, com as suas afirmações, o propósito de se auto-excluir do partido, afirmou Andreu Claret, porta-voz do PCE.

É evidente, disse Claret, que não pode estar no Comité Central do PCE quem fala, de facto, em nome de uma plataforma política e organizativa criada à margem do nosso partido e em confronto com a Conferência Nacional que acaba de celebrar-se.

Poder local

Treinar em Loures

Parece que o Governo PS/PSD anda a treinar no concelho de Loures o gesto ditatorial. Desta vez o secretário de Estado dos Desportos, Miranda Calha, reeditou no mesmo local e um ano depois (sessão de encerramento do Torneio Internacional de Futebol Infantil da Pontinha) a desfaçatez de impedir o uso da palavra ao representante do presidente da Câmara Municipal, o vereador da Cultura, Desporto e Juventude, Duarte Nunes. Há tempos o próprio Primeiro-Ministro Mário Soares procedeu de igual modo com o presidente da Câmara Municipal de Loures, Severiano Falcão, na inauguração das novas instalações da Cometa em Famões-Odivelas, exigindo a sua retirada da mesa de honra e impedindo-o de intervir.

O anticomunismo cega-os. Só que têm o azar de o País estar cada vez mais de olhos abertos...

Mais uma de Mesquita Machado

Mesquita Machado, presidente da Câmara Municipal de Braga, volta a fazer das suas. Agora pretende — ele e o seu PS, com o apoio do PSD e CDS locais — impedir a realização da Festa da Alegria no Parque Municipal de exposições de Braga, atitude que um comunicado da DORAM do PCP, dirigido à população do Minho, acusa de especulatória e pretender, «através do abuso ilegal dos poderes que estão conferidos a Mesquita Machado como presidente da Câmara e do Conselho de Administração do Parque, vingar-se do PCP pelas denúncias que este tem realizado da corrupção, ilegalidades e compadrio existentes na Câmara de Braga», ao mesmo tempo que «tenta impedir a realização da maior iniciativa de carácter politico-cultural da região» e «a crescente influência e prestígio do PCP», a força política mais coerente e fiel na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral, das liberdades e da democracia.

A decisão de Mesquita Machado é liminarmente considerada pela DORAM como ilegal e inconstitucional, nomeadamente «por constituir uma discriminação das actividades politico-partidárias, face a outras actividades, em instalações de carácter público (decisão, inclusivé, contrária à situação vivida nas outras cidades)», «por ter como único objectivo atingir o PCP (já que nenhuma outra força política utilizava o parque) e, por isso, constituir uma decisão deliberada de perseguição e discriminação política», «por ter sido realizada nas costas dos órgãos municipais a quem compete a sua discussão e decidir (ainda que, na limitação dos direitos politico-partidários, não o pudessem fazer por ser contrário à Constituição)» e «por ser ainda «contrária à opinião, registada em acta, da comissão de feiras do PMEB que propunha a entrada em vigor do novo regulamento em 1 de Janeiro de 1986».

Mesquita Machado é também acusado pela DORAM de mentir para justificar a decisão de que é o maior responsável quanto fala de «degradação» do parque, já que a Festa da Alegria nunca o degradou e no fim de cada Festa «os pavilhões foram sempre entregues impecavelmente limpos, como o podem testemunhar os trabalhadores do parque e muitas outras pessoas». Além disso «a Festa da Alegria, nestes sete anos, com uma utilização efectiva num total de 21 dias, contribuiu para o parque municipal de exposições e,

O ANC não renuncia à luta armada

O presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Oliver Tambo, afirmou à televisão zambiana que os patriotas sul-africanos não renunciarão à luta armada enquanto as autoridades de Pretória continuarem a tentar preservar o vergonhoso sistema de apartheid. A nossa meta final, disse, é a constituição de um Estado democrático em que representantes de todas as raças desfrutem de direitos iguais.

A população negra da África do Sul, que está firmemente decidida a lutar contra o jugo racista, tem vindo a intensificar desde o princípio do ano os movimentos de protesto contra a política de apartheid. Incapazes de conter a vaga popular de contestação, as autoridades de Pretória desencadearam uma série de manobras repressivas que provocaram já largas dezenas de mortos e centenas de feridos, incluindo diversas crianças.

Nova farsa eleitoral em El Salvador

O partido democrata-cristão do presidente salvadoreño, Napoleon Duarte, voltou a maioria nas «eleições» gerais realizadas em El Salvador no passado fim-de-semana. A farsa eleitoral, em que estiveram em confronto os partidários dos «democratas-cristãos» e os partidários da extrema-direita simbolizada por D'Aubuisson, decorreu sob a vigilância de mais de dez mil efectivos armados que, junto às urnas, se encarregaram de garantir a «ordem».

Embora ainda não se conheçam os resultados oficiais, as previsões apontam para um elevado índice de abstenção, como de resto tem sucedido em anteriores farsas eleitorais, apesar dos «esquadrões da morte» terem lançado uma verdadeira campanha de intimidação ameaçando matar quem não fosse às urnas.

Também a exemplo de outras farsas, os partidos oficiais não se pouparam a acusações mútuas de fraudes.

portanto, para o município de Braga, com 4244 500 escudos e constituiu, nos dias da sua realização, uma importante fonte de negócio para muitos comerciantes, restaurantes e pensões da cidade».

E o comunicado termina afirmando que «Mesquita Machado e seus pares estão no direito de não gostarem dos comunistas, o que não podem e, através da utilização abusiva do Poder, impedir que o PCP exerça as suas actividades e iniciativas consignadas na Constituição para todos os partidos políticos legalmente constituídos», anunciando que a DORAM do PCP «promoverá, nos dias 12, 13 e 14 de Julho, em Braga, a 8.ª Festa da Alegria, caso seja revista a decisão tomada, ou em locais públicos da cidade a serem anunciados brevemente e já devidamente comunicados ao Governo Civil do Distrito».

Cascais: até ficarem sem Câmara

Segundo informa a APU local, a última sessão pública da Câmara de Cascais esteve particularmente animada: presentes mais de 200 munícipes (alguns pela 4.ª e 5.ª vez) para tentarem ver resolvidas questões que vêm colocando há anos e todas da responsabilidade directa da presidente da Câmara ou da maioria PSD/PS. Alguns números e nomes: do Bairro das Covelas (Freguesia de S. Domingos de Rana) estiveram 140 pessoas a reclamar a construção da estrada Zambujal-Tires, pretensão de 20 anos e cuja obra já foi adjudicada por duas vezes e nunca iniciada por deficiência dos Serviços da Câmara na condução do processo; moradores dos bairros das Lagarteiras, Matarraque, 16 de Novembro, Penha Longa, Cruz da Popa, Lameiras e Amoreira lá estiveram pela enésima vez a reclamar contra as péssimas condições dos acessos e arranjos interiores, ausência de saneamento básico, poluição, etc.; representantes do «Teatro Joana», companhia virada para o teatro infantil, foi pela 2.ª vez solicitar o apoio até agora negado.

Todas as intervenções referiram as promessas eleitorais do PSD e exigiram o seu cumprimento. É claro que as obras não se realizam, como até agora não se realizaram — mas as promessas, essas não de saltar da cartola autárquica do PPD com mais força do que nunca. Até um dia ficarem sem público, sem espectáculo... e sem Câmara.

Pesca artesanal no Algarve: a solidariedade

Uma moção aprovada por unanimidade no plenário da APU do Algarve acerca da luta dos pescadores da pesca artesanal, após considerar que «face a uma intensificação da fiscalização por parte das autoridades marítimas que assume aspectos repressivos», o que «impede estes pescadores de se fazerem ao mar e põe em perigo a sua subsistência e dos seus familiares», «apoia o solidarizar-se com a justa luta dos pescadores» e «exige do Governo PS/PSD, único responsável pela situação criada, a tomada das necessárias e indispensáveis medidas que vão ao encontro das suas justas reivindicações».

5.ª Assembleia dos comunistas do concelho da Marinha Grande

«Com o PCP na defesa do concelho e da democracia» — foi com este lema que decorreu no passado dia 24 de Março a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia da Marinha Grande, do PCP. Em foco estiveram as questões da vida partidária, a vida das populações naquele laborioso concelho do distrito de Leiria, as lutas dos trabalhadores, a situação social, económica e cultural, as batalhas eleitorais que se aproximam e, naturalmente, as perspectivas e as propostas do PCP pra um futuro melhor.

Demonstrando a cada passo um profundo conhecimento das realidades que marcam a vida nas duas freguesias que constituem este concelho de enraizadas tradições de luta — Vieira de Leiria e Marinha —, a Assembleia debateu a situação nas indústrias de vidros, de plásticos e de moldes, «que continuam a ser as actividades económicas principais, englobando no conjunto 70 por cento do total da população activa», salientando a propósito a intervenção da C. Concelhia:

«A política desastrosa levada à prática pelos sucessivos governos de direita (...) mais não tem feito do que agravar a crise crónica que afecta a indústria vidreira, alargada, por via da política de recuperação capitalista, a todos os sectores, o que levou a fome

a muitos lares, criando instabilidade social e a generalização dos conflitos(...)».

Com efeito, a tribuna da Assembleia foram levados através de intervenções dos delegados os diversos problemas que se vivem na indústria vidreira, metalúrgica e de plásticos, tanto no documento principal aprovado, como nas intervenções das células de empresa, nomeadamente da Manuel Pereira Roldão, Tomé Feteira, Ivima, CIVE, Dámaso Luís dos Santos e Valverde.

A situação do pequeno comércio, a importância das colectividades e os seus problemas, a luta e o movimento das mulheres e da juventude, o trabalho dos professores e uma saudação da Direcção Regional de Leira mereceram espaço de relevo no debate realiza-

do pelos comunistas da Marinha Grande.

No plano orgânico, também se registaram intervenções de especial interesse. Alguns exemplos: a experiência da célula dos trabalhadores comunistas da Câmara Municipal, a frente da informação e propaganda, a evolução da organização na freguesia de Vieira de Leiria e o trabalho de fundos a nível concelho.

A Assembleia aprovaria ainda moções de solidariedade com a Reforma Agrária e de repúdio pelas tentativas do Governo de alteração das leis do trabalho.

Concretizando um dos seus objectivos principais, a Assembleia, que decorreu na colectividade da «Ordem», elegeu a Comissão Concelhia do Partido, constituída por 25 elementos (3 mulheres e 22 homens).

Entre os participantes nesta Assembleia, que dedicou também especial atenção ao trabalho autárquico e às eleições que se aproximam, estavam-se os camaradas Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e António Orcinha, membro suplente da C.

Política, a quem coube a intervenção de encerramento. Nas palavras do dirigente comunista, o destaque para a análise da vida política nacional e as conclusões da recente reunião do Comité Central. Dos múltiplos casos de corrupção que o Governo e a sua «maioria» apadrinham, até às batalhas políticas que vão mobilizar o vivo empenhamento dos democratas, passando pela referência documentada à grave situação económica e social, o discurso de António Orcinha constituiu uma boa base de reflexão e também de intervenção no sentido do esclarecimento político que é necessário levar às massas, rompendo o bloqueio imposto pelos órgãos de Comunicação Social.

Nas palavras do camarada Orcinha esteve igualmente presente a confiança que anima a organização concelhia da Marinha Grande. Quase 8 mil votos na democracia. Uma força política organizada com mais de 2 mil membros. Uma determinação sem tréguas na defesa da democracia, das liberdades e do futuro do concelho, sempre com os trabalhadores.

Lisboa: encontro distrital de Saúde no próximo dia 13

Está marcado para o próximo dia 13 em Lisboa um encontro distrital de Saúde promovido pelo PCP e que reunirá mais de 200 técnicos do sector e militantes nas autarquias, movimento sindical e outros com responsabilidades na área da Saúde. São objectivos principais do encontro fazer o ponto da situação quanto ao funcionamento dos serviços de Saúde do distrito, o levantamento das principais carências e a apresentação de medidas para a sua solução. A necessidade de dar voz ao descontentamento popular com a actual política de Saúde do Governo PS/PSD será certamente tema dominante do debate em perspectiva, o qual permitirá elaborar um «caderno reivindicativo» distrital no que se refere a meios humanos e materiais, humanização dos serviços, melhoria do seu funcionamento, dignificação do exercício profissional dos trabalhadores da Saúde e respeito pelo direito constitucional à Saúde da população.

Évora: reunião concelhia de quadros

A situação política nacional e local e a preparação das eleições para as autarquias foram os principais temas em debate na recente reunião de quadros do PCP do concelho de Évora. No primeiro tema os militantes comunistas condenaram vigorosamente a «nova escalada na ofensiva contra a Reforma Agrária», «a crescente degradação do sector produtivo», a política que permite esse escândalo dos salários em atraso (no concelho de Évora só quatro empresas devem mais de 100 000 contos de salários aos trabalhadores), as leis laborais na forja e o insuportável custo de vida.

«Os comunistas de Évora», salienta o documento das conclusões referindo-se ao outro tema debatido, «estão convictos que a votação na APU será consolidada e aumentada para todos os órgãos autárquicos e decidiram trabalhar para ganhar o único órgão onde a APU não detém a maioria (no concelho): a Assembleia de Freguesia de S. Pedro, de actual maioria PSD».

Vitória: mais de 57 mil contos!

Segundo o último apuramento — 28 de Março —, a campanha de recolha de fundos para o Centro Vitória (compra do edifício e as necessárias obras de restauro) ultrapassava já os 57 mil contos (57 083 206\$40). As iniciativas continuam e vai avançar agora em

Abril uma nova rifa para sortear no Santo António, com brindes de grande valor: 1.º — um automóvel; 2.º — viagem de 8 dias à URSS para duas pessoas; 3.º — um minicomputador.

Festa da Primavera em Almada

A organização da freguesia de Almada leva a efeito esta noite (quinta-feira), a partir das 21 e 30 horas, um convívio democrático intitulado «Festa da Primavera». Além da dança das cadeiras e do cravo, não faltarão prémios, surpresas e petiscos. Entretanto, de 6 a 28 deste mês estará patente no C. Trabalho Alberto Araújo, na Rua Capitão Leitão, 41-B, em Almada, uma exposição subordinada ao tema «O PCP e o 25 de Abril». Falando ainda de Almada, salienta-se o intenso trabalho que decorre actualmente na fase preparatória da 4.ª Assembleia da Organização Concelhia, marcada para 20 e 27 deste mês, sob o lema «em unidade e luta reforçar o Partido, prosseguir Abril». O projecto de relatório-resolução, documento fundamental para dinamização do debate preparatório da Assembleia, merecerá especial destaque na próxima edição do «Avante!».

Exposição-venda na Casa do Alentejo

Inaugura-se no próximo dia 9, às 18 e 30 horas, na Casa do Alentejo, em Lisboa, uma exposição-venda de Artes Plásticas, cujos resultados reverterão para a aquisição do Centro de Trabalho Vitória.

A exposição estará patente ao público, todos os dias, de 9 de Abril a 3 de Maio, entre as 16 e as 22 horas.

Participam mais de 80 artistas plásticos, nomes dos mais importantes da pintura e escultura portuguesas, a par com diversos jovens valores das artes plásticas. A oferta de mais de uma centena de obras tornou possível esta iniciativa.

Registaram-se ainda outras ofertas de amigos e militantes do Partido que, não sendo artistas plásticos, quiseram associar-se a esta realização do



Sector de Artes e Letras da Organização Regional de Lisboa do PCP.

PCP

Conferência
Nacional
do PCPvia de
**DESENVOLVIMENTO
PARA VENCER A CRISE**

Proclamação da Conferência Nacional

No dia 30 e 31 de Março realizou-se uma Conferência Nacional do Partido Comunista Português dedicada ao tema «a via de desenvolvimento para vencer a crise».

1

A Conferência Nacional do PCP, fez uma análise exaustiva da situação e dos problemas económicos, financeiros e sociais do País. Estudou atentamente os problemas existentes. No seguimento dos trabalhos da Conferência, o PCP propõe ao País não só as grandes linhas da «via de desenvolvimento para vencer a crise», como medidas circunstanciadas de carácter sectorial.

Cinco conclusões fundamentais ressaltam plenamente demonstradas dos trabalhos da Conferência Nacional:

A primeira: A situação económica, financeira e social atinge extrema gravidade que exige pronta solução.

A segunda: A causa fundamental da crise que o País atravessa é a política de desestabilização e destruição seguida nos últimos nove anos, tendo como objectivo fundamental a restauração dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifúndios.

A terceira: A permanência do Governo PS/PSD não só conduziu a economia a um desastre e o povo à miséria, como ameaça directamente de liquidação todas as conquistas de Abril, o regime democrático e a independência nacional.

A quarta: Existe uma política alternativa capaz de fazer o País sair da crise e de resolver os graves problemas nacionais.

A quinta: É urgente e possível, conforme o povo reclama, a demissão do Governo PS/PSD e uma solução institucional para a crise conduzindo à formação de um governo que ponha em prática uma política alternativa, democrática e patriótica.

Estas cinco conclusões constituem o essencial da caracterização da crise, das perspectivas de desenvolvimento da situação e das tarefas que se colocam ante o povo português, ante todos os democratas e patriotas.

Estas cinco conclusões exprimem as duas faces contraditórias da situação actual: por um lado, a extrema gravidade da situação e os perigos reais do seu ainda maior agravamento; por outro lado, a possibilidade real de uma política económica nacional e de uma mudança política democrática no corrente ano de 1985.

2

Conforme com o seu objectivo e a sua ordem de trabalhos, a Conferência Nacional definiu a política económica que o PCP propõe ao País.

A política económica que o PCP propõe:

— é uma política de estabilização e de estabilidade;

— é uma política de confiança em Portugal e no povo português;

— é uma política de real dinamização e recuperação económica, financeira e social;

— é uma política capaz de fazer o País sair da crise, de resolver os mais graves problemas nacionais, de abrir um processo de desenvolvimento económico e de progresso social.

A Conferência Nacional do PCP concluiu que qualquer política de efectiva recuperação económica e financeira tem necessariamente como pressupostos:

— o fim da ofensiva de destruição da organização económica consagrada na Constituição (designadamente das nacionalizações e da Reforma Agrária);

— a estabilidade das diversas formações económicas existentes na economia portuguesa;

— a dinamização sem discriminações das empresas nacionalizadas, das empresas privadas, das UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária, das pequenas e médias empresas, das cooperativas de produção e empresas em autogestão;

— o empenhamento e a participação dos trabalhadores;

— a defesa intransigente da democracia e dos interesses e independência nacionais.

A Conferência Nacional do PCP concluiu que qualquer política de efectiva recuperação económica e financeira tem de pôr termo imediatamente à guerra de desestabilização e destruição que o grande capital conduz contra as outras formações económicas; tem de pôr termo imediatamente ao assalto a toda a economia portuguesa pelos antigos e novos monopolistas e pelo imperialismo.

A gravidade da crise exige a convergência, num grande esforço nacional e patriótico, de todas as estruturas e sectores da economia portuguesa, a complementaridade das actividades das empresas nacionalizadas, das empresas privadas e das outras formações económicas, a mobilização planificada de todos os recursos, energias, capacidades e potencialidades nacionais com vistas a salvar o País do desastre para que está a ser arrasado.

A estabilização e a estabilidade económica financeira e social são indispensáveis para vencer a



crise. E a actual política contra-revolucionária é por natureza, pela sua prática e pelos seus efeitos, subversiva e desestabilizadora.

3

A Conferência Nacional do PCP indica «três grandes linhas para a recuperação e o desenvolvimento».

1.ª O aumento da produção nacional (questão vital para a saída da crise) — através da dinamização das actividades económicas, da mais elevada utilização da capacidade produtiva, do aumento da produtividade, da criação de postos de trabalho, da poupança de matérias-primas e energia, do relançamento dos projectos de desenvolvimento.

2.ª O saneamento financeiro (do Estado, das empresas, da economia portuguesa) — que exige, a partir da nomeação de gestores competentes, isentos e honestos e do combate à corrupção, a drástica redução do défice do Orçamento, a salvaguarda dos bancos da situação de ruptura, o relançamento das actividades das empresas, a produção nacional de produtos importados, a diminuição dos défices alimentar, energético e tecnológico e a renegociação da dívida externa a partir da firme defesa dos interesses nacionais.

3.ª O melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral (salários, emprego, benefícios sociais, habitação, saúde, ensino) — compatível com a recuperação económica e a poupança nacional de recursos, que se deve entender fundamentalmente como a limitação radical dos consumos supérfluos e sumptuários, a economia de matérias-primas e energia, o combate às actividades parasitárias, especulativas e fraudulentas.

A Conferência Nacional do PCP, dentro destas três grandes linhas, definiu (com sólida documentação e tratamento circunstanciado) uma política industrial, uma política agrícola, uma política de pescas, uma política de transportes, uma política

energética, uma política financeira, bancária, de crédito, orçamental e cambial.

A Conferência Nacional do PCP salientou que a política económica que o PCP propõe é uma política para ser realizada no quadro do regime democrático-constitucional e da independência nacional. Pronunciou-se pela defesa firme e a consolidação necessária da democracia política. E por uma política nacional e patriótica — incompatível com as ingerências do FMI, com a integração no Mercado Comum, com as condições de capitulação aceites pelo governo, com as concessões económicas, financeiras, diplomáticas e militares ao imperialismo, nomeadamente ao imperialismo norte-americano.

A Conferência Nacional do PCP não se limitou a indicar orientações gerais. Indica medidas concretas que constam dos materiais da Conferência (documento-base, relatórios e mais de 300 intervenções).

Estes materiais, que brevemente serão publicados, constituem uma contribuição do PCP para a definição de uma política económica capaz de fazer o País sair da crise e de assegurar, no quadro da democracia e da independência nacional, o progresso económico e social do País.

Desde agora constituem documentos básicos para o estudo da situação e dos problemas da economia nacional e da política capaz de resolvê-los.

4

A Conferência Nacional do PCP, examinando a gravíssima crise de ordem económica, financeira e social, salientou as suas consequências trágicas nas condições de vida dos portugueses.

A Conferência Nacional do PCP apela aos trabalhadores, aos pequenos e médios agricultores, às mulheres, aos jovens, aos intelectuais e quadros técnicos, aos pequenos e médios comerciantes e in-

dustriais, aos reformados, aos pensionistas, aos deficientes, a todos quantos sofrem as consequências da política de restauração monopolista, para que se unam, reforcem as suas organizações unitárias e intensifiquem a luta em defesa dos seus interesses concretos e imediatos.

A Conferência Nacional do PCP, examinando os planos e projectos já anunciados pelo Governo PS/PSD, concluiu que o Governo, sentindo que o seu fim se aproxima, se coloca numa posição de aberta rebeldia contra a Constituição, a legalidade e o regime e se apronta para tentar liquidar nos meses mais próximos as nacionalizações, a Reforma Agrária e os direitos dos trabalhadores.

A Conferência Nacional do PCP apela a todos os portugueses e portuguesas para fazerem corajosamente frente às novas ofensivas criminosas, não deixarem avançar a contra-revolução, intensifiquem a luta, redobrem a resistência, não permitirem que, nos últimos meses da sua existência, um governo antipopular, antidemocrático e anticonstitucional liquide as conquistas democráticas do povo português alcançadas com a Revolução de Abril.

A Conferência Nacional do PCP insiste na urgência de pôr cobro à política de destruição, fome e miséria do Governo PS/PSD; de impedir que o Governo e a sua actual maioria de deputados na Assembleia da República completem a ruína do País e ponham em causa (como projectam e anunciam), as liberdades e direitos dos cidadãos, a democraticidade das eleições, o regime e o Estado democrático, a independência nacional e a segurança dos portugueses.

Existem soluções institucionais para uma mudança democrática a curto prazo:

— a demissão do Governo

— a dissolução da Assembleia da República

— a realização de eleições gerais antecipadas

A Conferência Nacional do PCP apela a todas as forças sociais e políticas, a todos os sectores do poder e do Estado que condenam a actual política e o actual Governo, a todos os democratas e patriotas, para que, nesta hora grave da vida nacional, na medida das suas forças e possibilidades, intervenham activamente na grande batalha política em curso, para que estas três soluções sejam rapidamente alcançadas.

A Conferência Nacional do PCP, partindo de um exame aprofundado da situação nacional, manifestou a confiança em que, com as inevitáveis alterações do quadro partidário e assegurando a democraticidade das eleições, os partidos do Governo — o PS e o PSD — sofrerão grande derrota. É possível mudar radicalmente a arrumação e correlação das forças partidárias na futura Assembleia da República, criando uma base institucional para um governo com uma política democrática e nacional.

A Conferência Nacional do PCP sublinha ser condição essencial para uma alternativa democrática o reforço da influência social, política e eleitoral do PCP e da sua representação na Assembleia da República.

A Conferência Nacional do PCP, examinando as condições sociais, políticas e institucionais para a formação de um governo democrático e nacional, concluiu que a solução que melhor corresponde à necessidade da mobilização e conjugação de todas as capacidades, energias e esforços do País para vencer a crise, é a formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional — qualquer que seja o resultado das eleições.

A Conferência Nacional do PCP, salientando que sem o PCP e sem os trabalhadores os problemas nacionais não poderão ser resolvidos, confirma que o PCP está aberto a examinar a viabilidade institucional, política e social de um tal governo.

5

Finalmente a Conferência Nacional do PCP confirmou, pelos seus trabalhos e pelas suas conclusões, que o PCP, com a classe operária e as massas populares, é um partido necessário, indispensável e insubstituível para a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral, das conquistas de Abril, da democracia e da independência nacional, e para a solução democrática dos problemas nacionais.

Confirma que o reforço do PCP e da sua influência é do interesse, não apenas dos comunistas, mas de todos os democratas e patriotas.

A Conferência Nacional do PCP confirma que o PCP, pela sua actividade, pela sua luta, pela seriedade dos seus processos e a nitidez dos seus objectivos, está e saberá estar à altura das suas responsabilidades. Está e saberá estar à altura da confiança que nele depositam os trabalhadores, amplos sectores da população, os democratas e patriotas que põem como crédito supremo das suas opções, os interesses do povo português e da Pátria portuguesa.

Paio Pires, Seixal, 31 de Março de 1985

A Conferência Nacional
do Partido Comunista Português

Suplemento

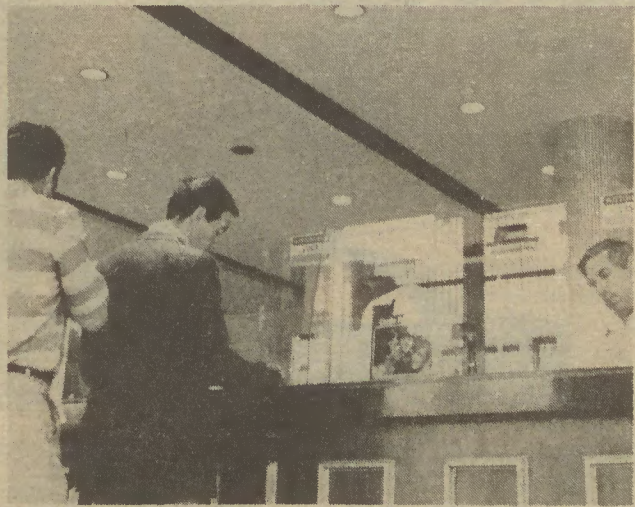
Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 588
4 de Abril de 1985
Suplemento n.º 152
Não pode ser vendido
separadamente

Desenvolve-se a luta de massas



Pág. 7



**Eleições
nos Bancários
dia 30**

**Apostar
na vitória
e... ganhar**

Págs. 2/3

**O Arquipélago
da APU
no concelho
de Lisboa**



**Marvila
Ajuda
Alcântara**

Págs. 4/5



**Santo André
de Vilar de Perdizes**

**Depois
do Parque Infantil
segue-se a Casa
do Povo**

Pág. 6

a Talhe de FOICE

Um ninho com ovos de serpente

No fim da emissão do **Telejornal**, a locutora leu o parecer do Conselho de Comunicação Social, onde se verberava a discriminação de que o Partido Comunista é alvo nos noticiários da televisão. Tal discriminação não foi sequer minimamente contestada pela RTP — nem podia ser, de tal modo a evidência se mete pelos olhos dentro.

Isto aconteceu na sexta-feira, dia 29. Embora até esse momento o **Telejornal** não tivesse encontrado **nunca** dez segundos vagos para uma referência à Conferência Económica do PCP, a começar no dia seguinte, ficámos à espera de sábado para ver se, afinal, ao menos aparecia **o senhor Está a Realizar-se**.

E veio sábado. **Telejornal** abre com uma vasta reportagem sobre o referendo no PSD — o Rebelo, o Machete, o Capucho, os sorrisos, as poses, os papelinhos na fenda da urna, até uma piscadela-de-olho rebeliana à escrutinadora! de tudo se viu naquele loonnnnngo «acontecimento nacional» em circuito interno, mas atirado à cara do País por uma Televisão definitivamente sem a noção do ridículo.

Depois, outra reportagem sobre a reunião do Conselho Político do CDS, numa aconchegada salinha ao Caldas. Imagens de ambas as reportagens seriam repetidas no **último jornal**, antes de **Columbo** — e muito teria o Columbo a descobrir se desse um pulinho a este país...

Quanto à reportagem da Conferência Nacional do PCP iniciada nesse dia, **Telejornal** guardou o mais completo silêncio. Seria para dar razão ao parecer do Conselho de Comunicação Social (lido ali mesmo, no dia anterior, a verberar a discriminação da RTP para com o Partido Comunista), ou apenas para mostrar que os pareceres do Conselho de Comunicação Social lhe entram por um ouvido e lhe saem pelo outro?!...

Mas enfim — pensou o telespectador ultrapaciente — não façamos juízos precipitados. Pode ser que não venha **o senhor Está a Realizar-se** e venha amanhã **o senhor Realizou-se**...

E veio domingo, com o **Telejornal** a decorrer na sensaboria do costume: o Soares no Solar de Mateus, num discurso sem nexo a revelar uma terrível fadiga mental; uma reunião surrealista de grupelhos republicionários; conferência de imprensa do CDS; a prisão de um chefe de Mafia; os bancários do PS, os trabalhadores sociais-democratas, a semana japonesa, o futebol... Perfeitamente inacreditável! A respeito da Conferência Económica do PCP nem uma palavra! NADA! Verdadeira provocação — que viria a assumir forma mais provocatória. É que, perto da meia-noite, no último boletim informativo, perdida no redemoinho de noticiário menor, surge... a «reportagem» da Conferência Económica do PCP!!!! Merecendo 53 segundos — o tempo da provocação!

Isto para uma Conferência que durou dois dias; que reuniu milhares de pessoas; onde foram produzidas centenas de intervenções; onde se analisou a fundo a situação económica do País através de uma iniciativa (sem precedentes na actividade de quaisquer outros partidos, grupos ou governos nacionais) promovida pela força política que é «apenas» a maior da oposição e a que, sem contestação possível, desenvolve a mais intensa actividade político-partidária em Portugal; onde — num País em crise profunda — se analisou a crise com a profundidade reconhecida dos comunistas; onde um partido que — quer gostem quer não gostem — possui uma ligação sem paralelo aos problemas sociais, políticos, laborais, económicos e culturais do nosso povo, se debruçou sobre as mais candentes questões económicas que nos desafiam e ameaçam; onde estiveram representados 13 partidos políticos estrangeiros e 24 missões diplomáticas em Portugal — **pois uma conferência desta envergadura mereceu, da RTP, 53 segundos de atenção à beira da meia-noite!!!**

Para que o «serviço» fique completo só falta agora, no calor do escândalo, dar mais umas horas num debate qualquer — ou no próprio **Telejornal**, como há dias aconteceu — ao dr. Mário Soares para que ele venha, desafojado, acusar mais uma vez o PCP, perante o País, de «não apresentar alternativas» nem «soluções» para a crise que ele cria e já nem se dá ao trabalho de gerir, pois deixa-a apenas correr...

Isto não é uma Televisão: é um ninho com ovos de serpente. A melindrosa situação não respeita apenas aos comunistas. Se deixamos que as serpentes saiam dos ovos, não serão apenas os comunistas, mas todos os democratas, a sofrer as consequências. Acordemos todos — enquanto é tempo.

■ U.

■ Albano Lima

Eleições nos Bancários dia 30 Apostar na vitória e... ganhar

Alexandrino Augusto Saldanha, do Banco Português do Atlântico (BPA) e José Luís Ucha Pereira, do Fonsecas & Burnay (BFB), elementos da lista de unidade que concorre às eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI) reafirmam ao «Avante!» a absoluta necessidade de retomar a via da unidade e pôr aquela associação sindical ao serviço dos bancários. Na sua qualidade de militantes do PCP, membros de organizações sindicais de base (locais de trabalho) e do Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa, Saldanha e Ucha Pereira sublinham o esforço que já começou e vai desenvolver-se de modo a afastar da direcção do SBSI elementos comprometidos, sem remédio, em golpes profundos nos interesses, direitos e garantias dos trabalhadores da banca — de toda a banca. Asseguram-nos que a sua confiança na vitória se baseia em realidades concretas e muito precisas dentro do panorama actual das instituições de crédito, da análise do fenómeno divisionista, preocupações e anseios mais sentidos pelos bancários. As eleições estão marcadas para 30 do corrente.

Fruto de ampla unidade, a lista candidata sob a epígrafe «**com todas as vontades, um futuro em segurança**», reúne vinte trabalhadores experimentados, dispostos a contribuir durante e depois da campanha com a sua actividade e just mérito para que se desmoronem as expectativas golpistas e «ratonas» dos caciques ugélistas senhores de um «**regulamento eleitoral**» engendrado para fazer funcionar uma chapelada, se virem que as coisas não correm à sua feição, sobretudo nos pequenos locais de trabalho, nas agências bancárias com menos de 20 trabalhadores.

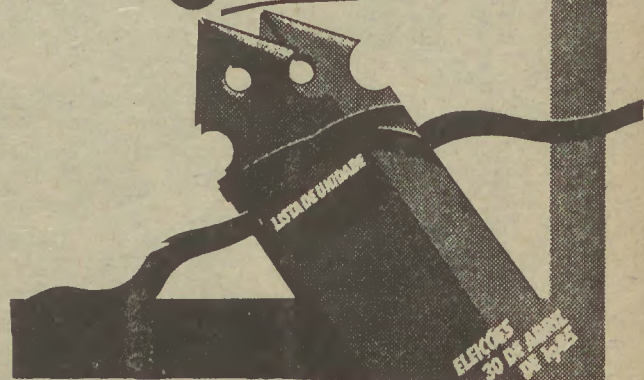
Recusar a chapelada

Num encontro de duas horas, Saldanha, Ucha Pereira e o «Avante!», com a franqueza habitual entre trabalhadores, não se limitaram a assinalar ponto por ponto as perspectivas realistas de um bom resultado na campanha e na votação da candidatura de unidade. Clareza houve também quanto aos perigosos obstáculos que a UGT lhe semeará no caminho.

— **Obstáculos normais numa campanha eleitoral democrática?**

— Nesse caso tudo estaria certo, convieram. O que não está de modo nenhum certo, nem tem nada de democrático é fazer depender os resulta-

Com todas as vontades
Um futuro em Segurança



Orientar a campanha eleitoral para o esclarecimento e a participação em todos os locais de trabalho da área do Sindicato

dos das eleições de um regulamento eleitoral cheio de veneno.

— Sabemos que a actual direcção recorrerá a tudo, mas o tempo dos Bórgias já lá vai.

— Já não há, nem na televisão, fitas dessas, mas a UGT montou o palco para um espectáculo do género e — atenção! — pode fazê-lo. Dispõe de um regulamento eleitoral que exige forte fiscalização democrática. Um mínimo de desatenção facilita uma chapelada. Repare-se que nos locais com menos de vinte trabalhadores filiados no SBSI (e não são tão poucos como isso, aqui no Sul e Ilhas) esse regulamento da responsabilidade da direcção permite fechar as urnas e contar os votos logo que se dê por terminado o acto eleitoral.

— Antes do período normal da votação?

— Permite-se mais do que isso. Permite-se que nesses locais de tra-



Com a nacionalização da banca o crédito passou a ser entendido como um bem público, orientando-se no sentido de contribuir para a manutenção do emprego, o equilíbrio da balança de pagamentos, o apoio ao investimento, permitindo a criação de novos postos de trabalho e diminuindo a dependência externa da economia portuguesa. Estes e outros critérios foram subvertidos a partir do primeiro governo constitucional, que, ao colocar o critério da rentabilidade das operações como primordial face à finalidade das mesmas, veio permitir a expansão do crédito especulativo e facilitar a sua obtenção para objectivos não coincidentes com os interesses do País



— Um momento: como é isso das reformas?

— É que os trabalhadores bancários — e talvez sejam os únicos a dispor dessa garantia — conquista aliás — e não com esta direcção UGT — têm as reformas atribuídas pelas empresas onde trabalham, reformas que são atribuídas de acordo com os salários à data da aposentação e com direito a aumentos iguais aos dos trabalhadores no activo. Ora, sabe-se que a média das pensões da Segurança Social é uma miséria. Mas a direcção UGT recusa-se a tomar posição sobre isso — mesmo a tomar posição, já não dizemos — seria pedir muito — a mobilizar as forças do sindicato contra essa e as outras ameaças que pendem sobre o futuro imediato dos seus associados.

— Não se pode falar, pelos vistos, em direcção sindical...

— Pode, pode; simplesmente cremos que a maioria dos trabalhadores bancários e principalmente aqueles que conhecem bem a vida do seu Sindicato não vão continuar dispostos a permitir que uma direcção sindical se confunda com agentes de um Governo que pretende retirar-nos, não apenas regalias específicas da classe dos bancários, mas o próprio direito ao trabalho, à estabilidade do emprego, etc.

Daremos os exemplos aparte. A campanha eleitoral começa no próximo dia 8. Muito trabalho haverá a fazer em toda a área do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Voltaremos a falar desta campanha eleitoral. ■

balho mais pequenos os resultados sejam conhecidos e divulgados logo que todos os filiados no SBSI aí tenham votado.

— Os que estiverem presentes no dia 30.

— Claro; e sabendo nós como nas agências com uns quinze, vinte bancários, a influência do gerente pode ser decisiva em muitos casos, todo o cuidado com a fiscalização do acto eleitoral será pouco.

— Isto é: num processo normal, qualquer urna, seja em que local de trabalho for, só deveria ser fechada e escrutinada quando terminasse a votação em toda a área do Sindicato. É perfeitamente legítima esta reivindicação; pois assim se pode chamar a uma exigência como esta.

— Certo; e temos motivos muitos sérios para reear que um regulamento apresentado como sendo para facilitar a vida aos bancários, que querem participar no acto eleitoral sem incómodos de deslocação, não venha a facilitar o incómodo maior de os trabalhadores bancários terem que suportar uma direcção destas por mais dois anos.

Dizemos claramente uma direcção destas com toda a conotação negativa que tem essa expressão, porque, embora o «Avante!» não tenha espaço para contar a história de cabo a rabo, convém lembrar, já hoje, que a

actual direcção do SBSI está comprometida, quanto mais não seja pelo silêncio, com todo o processo de desnacionalização da banca e — muito mais do que isso — com o respeito aos trabalhadores bancários, especificamente, quanto aos seus direitos — está metida até ao pescoço em todos os golpes que facilitam, e de que maneira, a redução dos níveis do emprego e a eliminação de postos de trabalho.

— Desemprego, na banca?

— Sim, o processo é conhecido: para o referir em poucas palavras, tenham presente os que nos lerem que o chamado «redimensionamento» previsto e aplicado logo que possível, se este Governo tiver tempo, conduzirá à perda de postos de trabalho. E a actual direcção do SBSI, diante dessas e de outras ameaças muito precisas, faz o jogo dos seus amigos partidários, aposta nos partidos do Governo, está mais interessada em discutir «postas» no aparelho do Estado do que em representar efectivamente os associados do SBSI face a ameaças tão objectivas como o perigo de os bancários perderem as suas reformas, integrando-as na Segurança Social, como pretende a respectiva secretária de Estado; de verem degradar-se, como já hoje acontece, os serviços de assistência na doença — os SAMS —; de ficarem apenas com as férias garantidas quando já não tiverem vontade de as gozar.

Pano para mangas

Uma conversa de duas horas dá pano para mangas, mas o espaço escasseia. Sem prejuízo de nova abordagem, deixemos entretanto resumidos a seguir alguns apontamentos relacionados com a pré-campanha eleitoral para o SBSI.

• **Unidade:** Não a todo o custo, mas assumida inteiramente, abrangendo todos os trabalhadores que nada têm a ganhar com a identificação prática da actual direcção UGT com o Governo PS/PSD; tanto na lista como nos apoios à candidatura de unidade figuram todas as correntes representativas que se opõem à orientação actual do Sindicato e lutam pela dignificação do SBSI.

• **Candidatura:** Por ordem alfabética: Direcção: Alexandrino Augusto Saldanha (BPA); António Fa-

zenda Coimbra (BESCL); António Ferreira Guedes (UBP); Carlos Jorge Moura Lourenço (BPA); Daniel Isidro Figueiras Cabrita (BTA); Eduardo Manuel E. da Fonseca (BPSM); José Luís Ucha Pereira (BFB); Manuel Luís Maninhas Rato (BESCL); Manuel Rogério D. Ferreira (Montepio); Maria de Fátima C. Q. Amaral (CPP); Maria Fernanda Lobão Dias (BBI); Mário Ramos Pais Rodrigues (CGD); Nicolau Pinto Eduardo (BFB); Ulisses M. Matos Silva Garrido (UBP); Vasco da Gama Maia Seródio (BTA). Mesa da Assembleia Geral: Carlos Neri Sousa Gomes de Araújo (BP); José Luís Lança da Silva (BNU); Rui Manuel Guerra dos Santos (CPP); Sebastião José Terra Fagundes (BNU); Teresa Nunes Rosa (CPP). As iniciais que seguem os nomes são as dos estabelecimentos bancários a que pertencem

os membros da lista que se apresenta sob o lema «Com todas as vontades / Um futuro em segurança».

• **Acções:** Realce para os contactos nos locais de trabalho em toda a área abrangida pelo SBSI, incluindo os Açores e a Madeira; pré-candidatura: proveitoso trabalho de preparação, incluindo dois encontros na Faculdade de Letras de Lisboa, em 8.12.84 e 2.2.85; neste último, como o anterior com centenas de presenças, foi apresentada pela primeira vez e aprovada a lista de unidade que concorre em todas as delegações ou secções do SBSI, incluindo as Regiões Autónomas (pela primeira vez em Portalegre, Castelo Branco e Ponta Delgada).

• **Lista UGT ou...** Na altura do encontro de que

resultou este trabalho, ainda não era conhecida a lista a apresentar pela direcção actual. Pereira Lopes, presidente da direcção cessante, presidente da UGT e deputado pelo PSD à Assembleia da República, deixava bem claro, durante uma reunião dos TSD (Trabalhadores Sociais-Democratas) no Hotel Ritz, em Lisboa, que suspenderia (mas não renunciaria) o seu mandato de deputado para encabeçar a lista UGT, ou PS/PSD, TSD ou tendência PS... Teria assim garantido o seu lugar de deputado, bem pago por sinal, no caso de algum «acidente» com a sua lista e levar à derrota. Põe-se até a hipótese de Pereira Lopes não encabeçar a comprometida lista UGT, sendo substituído por Arménio Santos — outro deputado, por sua vez também do PSD. Trocas... Balrocas. ■

■ **Henrique Custódio**

O arquipélago da APU no concelho de Lisboa

Enquanto o Governo de Mário Soares festeja quase todas as semanas com champanhe a adesão à CEE que afinal é ou não é, há nesta cidade de Lisboa quem trabalhe em prol da comunidade num esforço quotidiano que não vem na televisão, não se enfarpela nem entorna brindes para cima do Orçamento.

Não falamos, evidentemente, do pouco Governo que resta por aí a habitar Ministérios e Secretarias enquanto o outro anda em «missão» pelo estrangeiro — esse, quando trabalha, não é de certeza em prol da comunidade. Referimo-nos ao trabalho desenvolvido na frente autárquica no Concelho de Lisboa pelas dezenas de eleitos da Aliança Povo Unido e, neste caso, aos responsáveis pela gestão das nove Freguesias da capital geridas pela APU — Charneca, Ameixoeira, Beato, Marvila, S. Miguel/St.º Estêvão (Alfama), Carnide, Alcântara e Ajuda.

As realizações produzidas nestas autarquias e a actividade regular que as anima davam, a serem totalmente descritas, para encher o «Suplemento» do «Avante!». Tal facto, sendo em si mesmo significativo, ganha particular relevo quando sabemos que toda essa actividade se produz a mais das vezes a remar contra boicotes e indiferenças, falta de verbas e recusa de apoios por parte de quem, na Câmara Municipal de Lisboa ou no Governo, tem legal obrigação de prestar assistência e conceder meios.

Ajunte-se o pormenor de toda essa actividade da APU nas Freguesias de Lisboa onde está em maioria relativa ser desenvolvida em todas as frentes, embora respeitando urgências e prioridades e tendo ao seu dispor pouco mais que muita dedicação, engenho, iniciativa e capacidade de mobilização das populações.

Continuamos hoje um conjunto de reportagens sobre as nove Freguesias APU do Concelho de Lisboa, dando naturalmente relevo às que não foram até agora tratadas.

Como é o caso de **Marvila**, uma Freguesia de 50 000 habitantes cuja Junta movimentava cifras anuais superiores a 5000 contos e por isso fica obrigada, como qualquer Câmara, a

andar com a contabilidade pelo Tribunal de Contas. Só que o significativo não está nisso, mas **por trás disso**. E por trás disso pesam encargos com um Jardim Infantil totalmente suporta-

Marvila Alcântara e Ajuda a linguagem do trabalho

do pela Junta e que é o único, público, para uma população de 50 000 habitantes, está a dinamização das Actividades dos Tempos Livres (ATL) numa Freguesia onde mais nada há

nesse campó, avultam os encargos com 23 trabalhadores a quem paga 700 contos/mês de vencimentos e tudo o que, antes, era suportado pela ADSE.

Só isto dava para asfixiar a Junta de Marvila, como depreendemos da conversa com o seu presidente, camarada **Fernando Martins**, dado que as verbas entretanto descentralizadas pela Câmara Municipal de Lisboa parecem anedotas de mau gosto — e ainda por cima «contadas» tarde e a más horas. Mas o que a CML de Abecasis e seus aliados PS não conseguem é fugir à persistência dos autarcas da APU e à firmeza com que estes vão colocando os problemas e impondo soluções.

Por isso Marvila tem muito que contar, no sector de obras e melhoramentos — e direito a justificado orgu-

lho por parte da Junta APU e das populações que com ela têm colaborado. Uma listagem a «seco» desses trabalhos — que visitámos — dá o seguinte: construção de uma rampa para deficientes, de uma mini-rede de esgotos na Quinta dos Morgados, de dois parques infantis (está um terceiro aprovado) e reparações em mais três, apoios à população em materiais para reparação de barracas e em cinco casas particulares, reparações nas escolas (sem se recorrer à ridícula verba de 62 200\$00 dados pela Câmara para «apoio» às nove escolas da Freguesia, tendo esse dinheiro sido dado às mesmas para material escolar), obras de reparação no edifício da Junta e remodelação do Jardim Infantil (que funciona nas suas instalações), apoio às cooperativas através de cedência de materiais, reparação da iluminação dos salões de festas do Vale Fundão e do Bairro do Relógio, reparação dos balneários da Salgada com o apoio da população e da Comissão de Moradores e colocação de um novo telheiro para tanques, vedação do parque infantil da quinta do Chalé (também com a ajuda da população, nomeadamente com mão-de-obra voluntária). Conseguiu-se ainda a legalização do Lote 49 da Zona I de Chelas (70 famílias que lá vivem), realojamento de 13 famílias do pátio do Bonas, mais 12 do Pátio do Jaime, mais cinco com casos de doenças graves e mais três, vítimas de acções de despejo, e uma infinidade de melhoramentos em diversos pontos particularmente carenciados da Freguesia que vão da instalação de marcos do correio a sanitários, arruamentos, redes de água, chafarizes, simples torneiras, cabines telefónicas, redes de iluminação, etc.

Mas não foi só no campo de obras e melhoramentos que a Junta de Marvila empenhou esforços. A sua acção na alfabetização, juventude, cultura e desporto merece referência, ainda que breve, dada a escassez de espaço.

Quanto à alfabetização, o curso deste ano está a funcionar em quatro grupos, com a Junta a subsidiar duas bolsinhas para apoiar a única profes-



MARVILA — O trabalho voluntário (foto à esquerda, em cima), o aproveitamento das instalações da Junta para o único Jardim infantil público da Freguesia (à esquerda, em baixo), ou provas desportivas onde participam milhares de atletas («corta-mato Marvilabril/85», na foto à direita, em baixo) são apenas algumas das ilustrações possíveis do intenso trabalho com e para as populações realizado pelas autarquias APU



ALCÂNTARA — O Presidente da República foi à inauguração da primeira sede de Junta projectada e construída em Lisboa após o 25 de Abril (na foto, observando a exposição da Freguesia lá patente); ali ficou a funcionar um centro de dia (foto em baixo) e dali, de uma gestão APU virada para as populações, partiu uma dinamização nunca vista (na foto à direita, em cima, aspecto da Romaria de Alcântara reanimada pela Junta APU)



sora que o Ministério destacou para a Freguesia. Estão inscritos 70 alunos, entre os quais, pela primeira vez, apareceram 26 com idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos, com alguns deles sem sequer saberem fazer o nome. A «explicação» para isto é muito simples e pode perceber-se através do seguinte dado: no ano lectivo de 1982/83, nas nove escolas primárias de Marvila, o insucesso escolar rondou entre os 26,5% e os 50,6%, sendo apontada como principal causa do insucesso o baixo nível cultural do país...

Quanto à «Juventude, Cultura e Desporto» (para o que a Junta dispõe de pelouro próprio, com animador cultural), basta recordar a MARVILA-BRIL/84 — notável conjunto de actividades culturais, desportivas e de lazer realizadas na Freguesia ao longo do ano e movimentando milhares de participantes e «utentes», em colaboração íntima com as escolas e as estruturas populares existentes — e o Programa de Actividades previsto para 1985 integrado no Ano Internacional da Juventude e que já realizou um campeonato de ténis de mesa (50 participantes), um de futebol de salão, os Campeonatos Regionais de Corta-Mato e o Corta-Mato MARVILA-BRIL/85 (1000 participantes), estando previstas ainda dezenas de iniciativas.

sagem, não gastou ali um tostão (tal como o Governo) e chegou ao desplane de demorar sete (7) meses a dar-lhe o número da porta!

Mas em vão: a nova sede da Junta acabou por abrir e lá está, aproveitada criteriosamente para servir as populações. Tem a funcionar um Centro de Dia (que não havia na Freguesia), um salão polivalente (onde se pratica ginástica de manutenção, aeróbica e

aprendizagem de ballet), aguardando-se para breve a abertura, também nas instalações da sede, da 4.ª Conservatória do Registo Predial e um Cartório Notarial, que vai beneficiar toda a Zona Ocidental da cidade. Vão ser igualmente inauguradas a «Sala da Juventude» (no seu Dia Internacional) e uma biblioteca, tal como se prevê a futura utilização desportiva do vasto terraço do edifício (para o que a

Junta já fez balneários e casas de banho).

Outra obra urgente — e que esteve parada enquanto a Junta de Alcântara foi AD — construção do mercado anexo ao edifício da sede e que este novo executivo conseguiu pôr de novo em marcha.

É claro que a sede da Junta, a racionalização dos seus espaços e a dinamização de actividades no seu interior não esgotaram a capacidade de intervenção do executivo APU. As actividades normais em qualquer autarquia Povo Unido — trabalhos em escolas, parques infantis, arruamentos, redes de água e esgotos, balneários, apoio a colectividades, recuperação de habitações, colaboração com centros paroquiais, parques de jogos e desportivos, etc — têm seguido, em Alcântara, o seu curso normal. Basta andar por lá e ver. Tudo, como sempre, enfrentando boicote e indiferenças por parte de quem de direito...

umas palavras ainda para as actividades culturais na Freguesia. Para além do apoio às colectividades e clubes com verbas e equipamento, a Junta abriu caminhos interessantes neste campo: está em curso o levantamento histórico da Freguesia e estudo com vista (entre outras) ao restauro da Capela de Santo Amaro, reactivou-se a realização anual da Romaria de Santo Amaro, deu-se o apoio à apresentação de duas peças teatrais escritas pelos moradores de Alcântara e levadas à cena no Centro Social e Paroquial e na ASA, (com um total de 1200 espectadores), realizaram-se duas mini-festas do livro e uma Exposição sobre Alcântara no edifício da Junta e ainda uma visita guiada aos painéis de Almada Negreiros na Gare Marítima de Alcântara.

Ajuda: a importância da entreaajuda

A Freguesia da Ajuda, com os seus 35 000 habitantes e 22 000 eleitores, é uma das «veteranas» APU desde 1979 (quando foi arrebatada ao PS), posição que tem vindo a ser consolidada ao longo do tempo e sobretudo de um trabalho que, por estar à vista e ter a ver com o quotidiano das pessoas, é o melhor atestado eleitoral. Mais uma vez se ilustra a lógica da

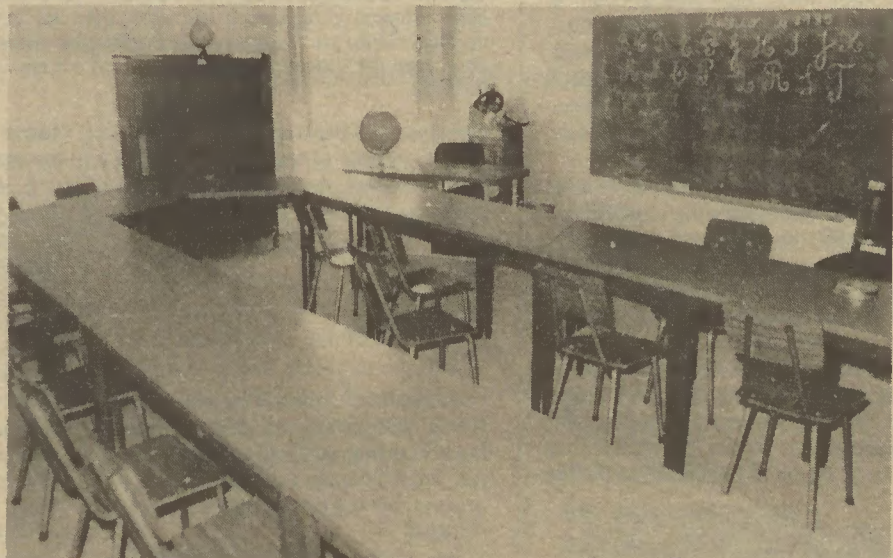
dinâmica APU: a de entrar nas campanhas eleitorais para propor trabalho e a resolução de problemas que, cumpridos, nunca são mero suporte eleitoral para o escrutínio que se segue, mas tão só o caminho aberto de uma actividade que prossegue e as populações entendem dever prosseguir.

O camarada António Brás, presidente desta Junta desde 1979, após nos explanar alguns aspectos significativos da vida da Freguesia — que há uns anos era uma das que «terminavam» a cidade — faria um balanço que mais uma vez veio ilustrar a preocupação (e a capacidade) da APU em intervir em todas as áreas significativas da vida das comunidades com quem trabalha. E lá estão os cinco novos parques infantis construídos com o esforço conjunto da Junta com as populações, suprimindo carências gritantes, como lá estão gradeamentos, abrigos de passageiros, muros de suporte de terras, redes de protecção, arranjos nas escolas, ruas, passeios, etc. A sede da Junta — património de inestimável utilidade para a Freguesia — já lá tem um investimento de 1300 contos em obras que a ampliaram e lhe redimensionaram os espaços para actividades culturais onde avulta a alfabetização (para além de todas as estruturas que fazem parte de qualquer Junta dinâmica).

Esta Freguesia é o maior viveiro de prática de andebol do País, informaria, a rir, António Brás, que explicou ser na verdade notável a vasta e intensa prática desta modalidade desportiva na Ajuda, com muitos valores a saírem dali para os clubes da primeira linha. Notável é também o esforço da Junta em apoiar clubes, colectividades e organizações populares da zona nas suas quase sempre difíceis condições de sobrevivência, o que bem se pode avaliar pelo seguinte dado: a Junta de Freguesia de Alcântara já concedeu, nos dois mandatos da APU, qualquer coisa como 4000 contos de subsídios para obras — e equipamentos nas colectividades e instituições privadas de solidariedade social, o que é uma verba importante, sobretudo se considerarmos as dificuldades de tesouraria e de financiamento impostas às autarquias APU pela Câmara Municipal de Lisboa e pela política antiautárquica do Governo.

As actividades culturais e desportivas têm sido outra preocupação, e são de realçar, entre o abundante trabalho produzido, todas as comemorações que ali se têm feito, dinamizadas ou apoiadas pela Junta, e que sempre congregaram o interesse e a participação populares, ganhando relevo e tradição na Freguesia. Estão neste caso o 25 de Abril, os diversos Dias Mundiais (da Árvore, da Criança, da Mulher, etc.), os Natais (a Festa do ano passado dinamizou mais de 1000 crianças) e até o Carnaval, que este ano deu brado na Freguesia. Depois há o teatro, o cinema, os colóquios, os cursos de encenação patrocinados pela Junta, as iniciativas desportivas, etc., etc., sempre com e para a população.

Com a APU, a Freguesia da Ajuda tem sabido ajudar-se a si mesma. Assim o Governo e a Câmara tivessem o mesmo espírito! ■



AJUDA — Os investimentos na reestruturação da sede da Junta (foto da esquerda) ascenderam a 1300 contos e já produziram frutos (sala de alfabetização, à direita), enquanto o trabalho virado para todas as frentes tem, progressivamente, dado respostas precisas a questões urgentes; quanto ao acompanhamento da cultura e desporto, sempre presente em qualquer gestão APU, tem na foto em baixo (espectáculo de teatro para crianças) uma expressiva ilustração na Freguesia da Ajuda

Alcântara — Sede nova, vida nova

Como nos referiu o camarada José Godinho, presidente da Junta de Freguesia de Alcântara (conquistada pela APU em 1982, arrebatando-a à AD), um dos pontos de honra da gestão da Aliança Povo Unido nesta Autarquia está no acabamento e imposição do funcionamento da sede da Junta, a primeira a ser projectada e construída depois do 25 de Abril em Lisboa.

Edifício imponente construído de baixo dos pilares da ponte 25 de Abril, mereceu a honra da presença do Presidente da República na sua inauguração e dispõe de instalações bem mais vastas do que pode parecer a quem lhe olhe apenas a fachada. O seu acabamento fez-se neste mandato da APU e graças à forte pressão exercida pela autarquia, em conjunto com os moradores, junto da Câmara Municipal de Lisboa que, diga-se de pas-

■ **Torres Rodrigues**

Santo André de Vilar de Perdizes

Depois do parque infantil segue-se a Casa do Povo

— para além de outras coisas que foram feitas

Da Freguesia de Santo André de Vilar de Perdizes, na zona do Barroso, a poucos quilómetros da raia com a Galiza, já se disse que a APU ganhou as eleições, em Maio do ano passado. O que ainda não se disse foi o que a APU fez nestes meses que passaram. E, mesmo que tenha sido pouco, foi muito face ao abandono a que as terras de Trás-os-Montes continuam votadas.

Fomos lá numa tarde fria do mês de Março, por estradas que só por boa vontade podem ter esse nome. Os homens, as mulheres e as crianças despegavam do trabalho do campo, se é que há horário para aquele tipo de trabalho. No regresso, já noite cerrada, quando pensávamos que os nossos anfitriões feitas as despedidas iriam dormir, que aquela gente levanta-se cedo, ainda ouvimos quem dissesse: «Então boa noite, que vou acomodar a fazenda». Trata-se de ir cuidar dos animais, dar de comer ao gado, ver se aos bichos nada lhes faltaria durante a noite.

O vento agreste enregelava os cintadinos, em flagrante contraste com os homens da aldeia que com camisololas não muito grossas enfrentavam o bafo frio, enquanto os visitantes lhe viravam costas: «É o Larouco» — diziam-nos, como que a desculpar-se daquela falta de hospitalidade que não é própria da gente transmontana. E ao fundo via-se a serra daquele nome, causadora do vento gélido que «afagava» os homens e lambia as casas de granito.

Apesar dos gemidos da suspensão do carro, fomos até ao parque infantil. No terreno quase fronteiriço vai-se erguer a Casa do Povo, aspiração das gentes de Santo André. Um camarada de Chaves mede o terreno para de-

pois fazer o desenho do edifício. Os membros da Junta de Freguesia dão as suas opiniões de como querem que seja a casa.

Quando está tudo de acordo e tomados que foram os apontamentos necessários, não resistiu a nossa curiosidade: «Isto no papel é fácil! Mas quando é que vai estar pronta?».

Ninguém se mostra embaraçado. Que até Agosto deste ano está concluída. Pedra não falta — esclarece outro. E quanto à mão-de-obra toda a população dará o seu contributo, é a opinião unânime.

Do alto vemos passar grandes rebanhos de ovelhas que regressam do pasto — as vezeiras, como lhes chamam aqui. Vivendo uma vida comunitária, também os rebanhos são guardados à vez, por cada uma das famílias.

A esta hora tardia o parque infantil já está deserto. Mas apesar disso algumas palavras para o recordar. Outra grande aspiração da população, a sua construção fez parte do programa eleitoral da APU. O compromisso era construí-lo no espaço de seis meses. Contudo, volvido que foi um mês ele ali está mercê da solidariedade da Câmara Municipal de Palmela.

Já está murado e nos últimos tempos foram plantadas oito árvores de fruto. «É o melhor parque do concelho!» — exclamam com orgulho. Faz a alegria do rapazio, mesmo daqueles cujos pais, quando a APU ganhou, diziam que não deixavam os filhos irem para lá brincar.

E a mulher do senhor Albino Vides, secretário da Junta, dizia-nos: «Ainda ontem eu perguntava: para onde vais Luís? E fugia-me aqui pela porta. Vou para o parque — respondeu-me o cachopo».

Presunto vinho e pão

E quando o convite surgiu para irmos para casa do Secretário da Junta, Albino Vides, ninguém se fez roga-

do. Tão depressa lá entrámos e já a mesa estava posta, com os canjirões de vinho a condizerem com o número de pessoas, o pão de centeio e o presunto, encetado na ocasião, com uma cor a que não estamos habituados a ver na cidade dentro das embalagens de plástico em que é vendido.

Difícil dilema, que nem os gregos antigos seriam capazes de idealizar: comer ou falar? Optámos por agradecer a gregos e a troianos. Numa mão a lasca de presunto (que alternava com o copo de vinho ou a côdea de centeio), na outra a esferográfica.

Parece um forno

João Barros Monteiro é o Presidente da Junta eleito pela APU. Antes ocupara aquele mesmo cargo, mas eleito pelo PS. «Nunca tive o menor apoio. Agora, mal fui eleito, deram-me logo a lei para eu saber com que linhas me coso».

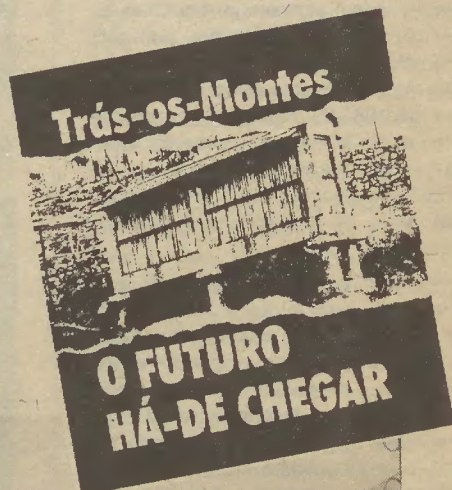
Homem forte, daqueles a quem o trabalho não intimida, desafia-nos algumas das obras já realizadas. Na escola primária puseram quatro aquecedores eléctricos — dois por cada sala. «Parece um forno, ainda ontem lá estive».

Ainda na escola, renovaram as fotografias do casal que doou a escola — emigrantes no Brasil que não se esqueceram da sua terra e a Junta, por sua vez, também não se olvidou. «As fotografias estavam tão velhas que não se via nada».

Na Ribeira Brava, um local da povoação, já está a pedra para fazer o tanque onde as mulheres podem lavar e o gado beber. Deram um subsídio de 15 contos para a Comissão de Festas

de S. Brás — a festa religiosa da Freguesia. O Forno do Povo, onde toda a população coze o seu pão foi iluminado. Mas isto, que a verdade é para se dizer, é iniciativa que vem da Junta anterior e só agora foi feita.

O Forno do Povo, que mais parece uma catedral, tal o seu tamanho, é todo construído em granito. Também ali funciona o sistema comunitário de acender o forno e cozer o pão. Disso



Quando soube que o parque infantil ia para a frente a Câmara de Montalegre quis entregar o terreno a um particular, só que o mesmo estava matriculado na Repartição de Finanças de Portalegre como sendo propriedade da Junta de Freguesia e assim o parque infantil é hoje uma realidade para as crianças da terra

falaremos um dia destes quando houver tempo para ali voltar, sem pressas para conviver no dia-a-dia com as pessoas.

A Casa do Povo

Metemo-nos depois à conversa com Albino Vides, eleito da APU e Secretário da Junta. Joaquim Fernandes Pires, Presidente da Assembleia de Freguesia também vai dando umas achegas.

Dos projectos ainda em curso e que prevêem concluir este ano, ressalta um tanque na parte cimeira da aldeia e um pontilhão no Poço do Carvalho, sobre o ribeiro, «que ali está muito mal de se passar».

Mas a Casa do Povo é a aspiração maior, neste momento, porque o que a gente da aldeia queria, isso sim, era um pontão que fizesse a ligação entre a Freguesia e Solveira, tornando mais próxima e acessível a vila de Montalegre. E se não põem de parte esta ideia — «a ponte é que nos fazia falta» — só por não a poderem concretizar desde já, não vão ficar de braços cruzados.

Como a Casa do Povo é coisa que faz falta vá de meter ombros à tarefa. E quando se fala disto a conversa anima-se, todos têm a sua opinião:

«As janelas têm de ser de alumínio, já que é a Casa do Povo». «E há-de ser vermelho! Não há alumínio vermelho, da cor do nosso Partido?». «Nada disso, que a Casa do Povo é de toda a aldeia, comunistas e não comunistas. O que há-de

ter é uma placa a dizer que foi construída com o apoio do PCP».

E assim se queda a discussão, a contento de todos e da própria aldeia. Já agora vamos explicar o porquê destas opiniões.

A Junta tem cerca de 500 contos e recebeu da AECOD (Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas) 350 contos que primitivamente eram para a construção da referida ponte. Como é inviável de momento, face ao seu elevado custo, avançou-se com a Casa do Povo e daqui a ideia de pôr a placa.

Albino Vides diz que a Casa tem de estar pronta até Agosto. Canteiro de profissão não o assusta a tarefa de partir a pedra necessária para que as paredes se ergam. «E há-de ter uma sala de reuniões, para funcionamento da Junta e dos serviços de saúde». — «E uma casa de banho, para os médicos que aí vierem».

Muito mais havia para falar de Santo André de Vilar de Perdizes onde, ao contrário do que dizia o PPD, na sua campanha eleitoral, depois da vitória da APU o número de católicos continua a ser igual ao número de habitantes. Dizia também o PPD que «ninguém conseguirá alterar a religião do bom povo desta terra», referindo-se à presumível vitória da APU. Estava enganado o PPD. O que a APU queria mudar e isso parece estar a conseguir são as condições de vida do povo de Santo André. Sem muito prometer, já alguma coisa foi fazendo. E muito mais estão dispostos a fazer os homens e mulheres daquela terra se houver tempo para isso — ou seja, que o mandato se renove nas próximas eleições ■



Envergando uma camisola bordada, o Presidente da Junta, João Barros Monteiro. À sua esquerda, o Presidente da Assembleia de Freguesia, Joaquim Fernandes Pires e o Secretário da Junta, Albino Vides. Desenganam-se os que pensam que à mesa é só local para comer

Plenário da Inter

Apoio efectivo às acções de massas



Plenário Nacional de Sindicatos convocado pela CGTP-IN confirmou o apoio a uma série de acções para este mês. O meio milhar de sindicalistas presentes dirigiram-se depois da sessão ao Ministério do Trabalho para entregar as conclusões do Plenário ao ministro, que chamou a polícia de choque.

Os 140 sindicatos, uniões e federações com representação no Plenário efectuado no Teatro Aberto, na passada sexta-feira em Lisboa, decidiram apoiar activamente a jornada de 18 e 19 do corrente em defesa do sector empresarial do Estado (empresas públicas, nacionalizadas e participadas); o mesmo foi decidido em relação à Reforma Agrária (concentrações e paralisações) entre 18 e 20 do corrente; e ao tribunal de opinião pública sobre salários em atraso, que decorrerá no Porto, no sábado da próxima semana. Nos períodos de 8 a 13 de Abril e de 15 a 20 do mesmo mês, a Inter apoiará, activamente também, uma série de acções que desembocam nas «grandes jornadas de mas-

sas em torno do 25 de Abril e do Primeiro de Maio». Destacam-se plenários regionais e sectoriais a efectuar por ramos de actividade.

Reclamada pelo Plenário a demissão urgente deste Governo, pois não há uma única razão para que ele se mantenha, o Plenário da CGTP-IN sublinhou a necessidade de prosseguir com a luta incansavelmente, encontrando «as formas de acção que em cada momento se impuserem para impedir a concretização dos objectivos e projectos inconstitucionais do Governo PS/PSD».

Entre esses objectivos e projectos o Plenário destacou a série de diplomas que o Executivo se propõe aplicar e que os sindicalistas designam

por «pacote laboral» e «pacote agrário», incidindo principalmente sobre as leis da greve e dos despedimentos, trabalho temporário e contratos a prazo, no primeiro caso; e no boicote e destruição completa da Reforma Agrária, no segundo.

O ministro não recebe

A exigência do pagamento normal dos salários e das remunerações em dívida, bem como a recusa da lei das rendas, a defesa dos direitos das mulheres e dos jovens foram também objecto das resoluções do Plenário que designou o Governo actual como «fiel representante, defensor e executante das exigências do grande capital internacional e da reacção interna». O Governo, que utiliza «de forma abusiva e antidemocrática o aparelho de Estado», deve ser demitido «em tempo útil», reafirma o Plenário, e «não

Reunido para discutir e aprovar o relatório e contas de 1984, analisar a situação político-sindical e decidir sobre as acções a desenvolver, o Plenário Nacional da CGTP-IN cumpriu a ordem de trabalhos que teve como temas principais as leis antilaborais do Governo PS/PSD, que pretende «liberalizar» os despedimentos, o *lock-out* (limitando o direito à greve) e o emprego precário; os novos ataques à Reforma Agrária e ao sector empresarial do Estado; o projecto de aumento das rendas de casa; a situação da juventude. A luta contra essas perigosas ameaças está intimamente ligada à luta pela demissão indispensável do Governo PS/PSD.

depois de ter concretizado todo o seu plano antidemocrático».

O ministro do Trabalho, Amândio de Azevedo (PSD), chamou a polícia de choque, vinte minutos depois de uma representação dos sindicalistas presentes no Plenário terem entrado no átrio do Ministério do Trabalho, em Lisboa. A delegação da CGTP-IN pretendia apenas fazer a entrega de uma cópia da resolução acabada de aprovar durante a sessão plenária, na tarde de sexta-feira, 29.

Manuel Lopes, da comissão executiva e do conselho nacional da CGTP, que confirmou a intervenção de Amândio de Azevedo junto da PSP, lamentou que o ministro tenha chamado a polícia «quando os cerca de 500 dirigentes sindicais» pretendiam apenas levar ao seu conhecimento «a posição do Plenário face aos projectos governamentais» sobre legislação do trabalho. ■

■ A. L.

Movimentação sindical

Aumentam os conflitos É indispensável responder

■ A extinção das Juntas atinge milhares de postos de trabalho

Assinalada no plano interno pela preparação de diversas acções de luta, que de certo modo antecipam o 25 de Abril e o 1.º de Maio, a movimentação sindical em empresas, sectores e regiões incide principalmente no sector empresarial do Estado e nas leis antilaborais que o Governo tenciona aprovar. Empresas com fortes ligações ao SEE, como a Torralta, J. Pimenta, CNN e CTM; as tentativas de encerramento dos organismos de coordenação económica; e a prolongada acção contra direitos elementares dos trabalhadores, como o direito ao salário no fim do mês, foram recentemente motivo para intervenções combativas e tomadas de posição públicas de organizações pertencentes ao movimento sindical unitário e representativo dos trabalhadores (ORT's).

A FEPACES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, ao referir-se aos projectos de diplomas governamentais sobre «retribuições em dívida aos trabalhadores» e «piquetes de greve e *lock-out*» afirma, em exposição enviada ao Ministério do Trabalho, que, no primeiro caso, apenas assistiria aos trabalhadores «o direito de perderem o posto de trabalho». De facto, a ser aprovado o projecto, a alegada possibilidade de recurso ao seguro de desemprego não teria aplicação à «larga maioria dos trabalhadores» que não reuniram «as condições impostas por lei para receber o seguro», pois «basta pensar nos inúmeros casos em que as entidades patronais não enviam sequer contribuições para a Segurança Social», o que torna impossível o acesso àquela «regalia» — ainda mais problemática, aliás, quando se trata de empresas que não pagam salários. Como iriam pagar as contribuições à SS? E sem elas o seguro não funciona. A FEPACES considera demagógico o projecto do Governo.

Legalização do lock-out

Quanto ao segundo projecto sobre o qual se pronunciou, a Federação «considera-o carecido de fundamento constitucional». A matéria sobre piquetes de greve e *lock-out* é da competência da Assembleia da República, por se tratar de direitos e liberdades. Tornar a greve inócua para o patronato, violando a Constituição, é um dos objectivos do Governo, que tenta dissuadir os trabalhadores e os sindicatos de recorrerem à paralisação laboral quando a entendam indispensável, «reduzindo assim, extraordinariamente, o alcance desse direito fundamental». O projecto, que só na aparência estabelece mecanismos de prevenção contra o exercício do *lock-out*, não atribui à Inspecção do Trabalho os necessários poderes e competência para «ela própria reprimir o *lock-out* em tempo útil». A IT limitar-se-ia a instaurar, quando entendesse, «autos de notícia» para entregar «à habitual morosidade dos tribunais» que, quando

se pronunciassem, já «o *lock-out* teria produzido os seus efeitos», adverte a FEPACES, que recentemente chamou a atenção para o facto de os trabalhadores do comércio, escritórios e serviços terem sofrido em 1984 uma quebra de 12 por cento nos salários contratuais.

Contra a extinção de organismos do Estado

A mesma Federação sindical do ramo de escritórios, comércio e serviços e a Federação dos Sindicatos da Função Pública intervinham, entretanto, junto da Presidência da República «com o objectivo de expor as consequências económicas e sociais gravíssimas» que decorreriam da «extinção dos organismos de coordenação económica».

Objectos de cobiça do grande capital (sobretudo a Junta Nacional dos Produtos Pecuários) nesses organismos, além da JNPP, estão incluídas a Junta Nacional das Frutas, a Junta Nacional do Vinho, o Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos.

A Empresa Pública de Abastecimento de Cereais — EPAC — a terceira entre as maiores unidades empresariais do País — está por sua vez há anos sob a ameaça de desaparecer, engolida pelos interesses do lucro privado nacional e estrangeiro.

Além de outras diligências junto de membros do Governo e do conselho

de gerência da EPAC, as Federações de sindicatos convocaram as ORT's (organizações representativas dos trabalhadores) das empresas incluídas nos processos para uma reunião no próximo dia 9, terça-feira, às 15 horas, no Auditório do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa.

J. Pimenta deve 750 mil contos aos trabalhadores

Embora tenha recebido — só em 1983 — 346 782 contos do Governo para «manutenção dos postos de trabalho», a J. Pimenta (entretanto transformada em grupo de empresas) deve

10 meses de salários em média a cada trabalhador. «Estimando em mais de 750 mil contos» o total das dívidas salariais, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa, que emitiu recentemente um comunicado sobre o assunto, diz ainda que «o resultado do exercício de 1983 mostra um défice de 1,2 milhões de contos»; que todo o património da empresa está penhorado ou hipotecado; que o número de trabalhadores passou de 2800 em 1979 para uns 350 em 1985; que a «culpabilidade governamental» é flagrante na «iniciativa privada» à moda do J. Pimenta, em cujas empresas se implantou a «impunidade» e alastra a «corrupção».

O Sindicato aponta o caminho da luta aos trabalhadores ■



Gazetilha

por *Ignotus Sum*

PSD fez referendo e lá uns, se bem entendo, falaram em tráfuhice manipulada aldrabice não sei quê se sim ou não, não sei quê se não ou sim... Machete, perlimpimpim, Rebello, perlimpimpão...

O referendo é remendo ou o remendo é referendo?...

E também o CDS já tece e parlapatece nas presidenciais embrulha a língua, o pesunho, e diz que só lá pra Junho dará todos os sinais.

Já tem quando, já tem onde, se não diz a quem quer mais, algo o CDS esconde...



O que é que a direita tem que não diz que nem diz quem e com os véus mais singulares com um gesto tão esquivo esconde o objectivo que paira, claro, nos ares...

O que é que a direita tem que não diz que, não diz quem quem ele é, quem é Soares...



O Ernâni está feliz. Ele chega e o que é que diz? Diz que é para bem do país o que a CEE quer e quis. Como quem dá condolências diz que, por causa da entrada, vai haver uma carrada de miséria, de falências.

Ô cachimbada, ô burgesso, então isso é que é progresso?...



Está o ministro encravado num sarilho de alto a baixo mas o governo calado lá lhe vai guardando o tacho. Compreende-se. O governo se fosse a castigar bem, coitado do estafermo!, ficaria sem ninguém...



Um inquérito se lançou a um tal do PSD. O PS concordou. Diz o PSD: «O quê, fazes isso à gente?» Então o tal da coligação que arrefece, que estremece, que hora a hora pega fogo, pede um inquérito logo a um outro... do PS...

E os dois da coligação do governo mais sabujo lá vão em competição para ver... qual está mais sujo...

Pontos Cardeais

Francamente, ó soviéticos!

Sob o título um tanto ou quanto agrícola de «Afganistão: pomares minados pelos soviéticos», o matutino «O Dia» noticiava anteontem que «tropas soviéticas minaram pomares perto de Kandhar» matando uma data de gente «e condenando a economia local a afegã à ruína», economia local essa que, dois parágrafos à frente, já estava transformada em «toda a produção frutífera deste ano, um dos principais produtos de exportação do país». Para aumentar a confusão, a notícia informava ainda que «os rebeldes muçulmanos controlam cerca de três quartos de Kandhar». Fazendo fé no «Dia», estamos assim perante um enigma avantajado: é que se os «rebeldes muçulmanos» controlam «três quartos de Kandhar», as minas e os pomares terão de ficar na quarta parte restante, o que levanta outra perplexidade, que é a de colocar «toda a produção frutífera deste ano» (local e nacional, ainda por cima!) do Afganistão em tal nesga de terreno.

Ná... Isto assim ainda é pior que o tal «agente laranja» descoberto pela CIA na vegetação do Afganistão e que depois químicos ocidentais identificaram como pólen de abelhas...

Quanto aos soviéticos, francamente!!! Não basta comerem criancinhas ao pequeno almoço, como agora até se atiram aos pomares comós putos!

Tantas perguntas

Sentaram-se em cadeirões à volta de uma mesa com flores artificiais e rococó agachadinho: eram o Soares, o Machete, o Gama, o Ernâni, o Almeida e aquele de bigode penteadinho que anda sempre metido nos aeroportos a dizer coisas sobre «A Adesão». Todos muito solenes, perna trocada, displicência ao espelho, pose de Estado. Todos contentes a falar ao País, a quem o nosso primeiro disse que com a adesão à CEE «os próximos anos serão em tudo diferentes do que têm sido», enquanto o Ernâni, apostando que «os fluxos» financeiros a virem da CEE amortecerão «o choque» provocado pela adesão, advertia que «todos os sectores da economia portuguesa poderão beneficiar com a adesão à CEE, se souberem criar as necessárias condições de produtividade». Afinal a adesão sempre vai ser um **choque** — atenuado ou não pelos «fluxos» que a CEE nos quiser dar. Entretanto todos poderão beneficiar **se houver** condições de produtividade. E se não houver? E porque **vai passar a haver** uma coisa que vários

Governos (com destaque para este) garantiram já **existir** sob as suas gestões? E que «novas condições» são essas? É por isso que «os próximos anos serão em tudo diferentes»? Tantas perguntas. Tanta falta de vergonha. Tão urgente corrê-los do Governo para fora, com os seus pratos de lentilhas e rococós agachadinhos...

A independência

O PSD fez um referendo onde se concluiu que o partido deve apresentar um candidato independente às eleições presidenciais, pelo que o PSD fica desde já dependente de encontrar um perfil suficientemente independente para, independentemente de outras dependências, não fique pendente mais esta questão, independentemente de outras que possam pender ou mesmo não pender na pendência social-democrata imediata. Falando para a reportagem do semanário independente «Azores Voice Independent»,

Mota Amaral não hesitou em afirmar que «o independente sou eu», enquanto João Jardim, interpelado durante a 7.ª inauguração de uma torneira independente da água desde a primeira inauguração (que precedeu a 2.ª, independentemente da 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª que se lhe seguiram — independentes umas das outras, que não da torneira), se congratulou pelo perfilamento das suas teses independentistas por parte do partido, aproveitando, com alguma emoção, para lhe agradecer a confiança assim nele depositada, independentemente de, desde há muito, saber que o partido, a pátria e o Marcelo Rebelo de Sousa haviam de lhe vir comer a independência à mão.

Quanto a este, já no continente e numa roda de independências da sua sensibilidade, queixar-se-ia de lhe quererem fazer a barba na independência do respectivo instrumento, mas que quem os havia de escanhoar era ele.

Já Rui Machete, dependente das suas responsabilidades de liderança, penderia para uma atitude menos rasurante considerando estar tudo agora dependente da independência com que a pendência agora decidida encontraria o independente suficientemente dependente das diversas independências dentro do partido e satisfatoriamente independente face às diversas dependências impostas de fora do partido, no que constituiu a mais politizada

das apreciações proferidas até ao momento. Quem explodiu em alegre vitóriação foi Mota Pinto, ao que consta dissuadido à última da hora de pôr «a cabra» da Universidade de Coimbra a repicar uma independência de, pelo menos, Entre-Mondego e Minho e sob o signo da firmeza, da clareza e da abrangência independental.

Que tal uma farda?

Figueiredo Lopes, secretário de Estado da Defesa, perorou há dias numa almoçarada com uma subcomissão qualquer da NATO, onde pedinchou com marcial patriotismo «o apoio logístico às Forças Armadas Portuguesas» que falta e «é causa da maior preocupação para o Governo português», já que assim não se pode cumprir no nosso País o papel «essencial» de dissuasão que nos cabe. Portanto o meio milhão de desempregados, os 150 000 salários em atraso, as falências em cadeia, a inflação galopante, a miséria a que o país chegou não são causas «da maior preocupação governamental» — essa está mobilizada pela falta de «apoio logístico» no nosso papel de «dissuasão» militar. Quanto a isso não há volta a dar: um Governo assim só mesmo posto no olho da rua. Mas talvez haja possibilidade de se satisfazer as carências de secretário de Estado: que tal darem-lhe uma farda?!





**Discurso
de
Álvaro Cunhal
Secretário-geral do PCP
na sessão
de encerramento**



Camaradas:

A Conferência Nacional do nosso Partido, tendo como tema «A via de desenvolvimento para vencer a crise», termina os seus trabalhos. Impossível é dar, numa intervenção final, um balanço que traduza, de forma satisfatória, a riqueza do debate em plenário e nas secções e a amplitude, a documentação e a profundidade dos estu-

dos feitos e das conclusões. Sendo entretanto obrigatória uma síntese, é o que se procurará fazer, embora de forma muito incompleta, nesta intervenção de encerramento, omitindo na leitura (para maior brevidade da exposição) grande parte dos números justificativos de afirmações feitas.

A crise económica portuguesa e o processo contra-revolucionário

1. Desastre económico financeiro e social

A Conferência Nacional do nosso Partido examinou, de forma exaustiva, nos aspectos globais e sectoriais, a evolução da situação económica, financeira e social nos últimos 9 anos. Deu particular atenção à situação actual.

Foram feitas no total 375 intervenções escritas e 250 intervenções orais, não escritas.

Uma conclusão resulta da análise constante do documento-base, dos relatórios e de centenas de intervenções: **a crise é profunda e a situação é verdadeiramente desastrosa.**

A profundidade da crise e a desastrosa situação apresentam três traços essenciais referentes ao processo produtivo, à situação financeira e às condições de vida.

O primeiro traço essencial da crise é a recessão, a desorganização, a desestabilização e a anarquia do processo produtivo e de todas as actividades económicas.

O PIB registou em 1983 e 1984 uma quebra respectivamente de -0,1% e -2%.

A **Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)** registou nos últimos quatro anos uma quebra de -5,4% e em 1983/84 uma quebra de -26%.

Na **indústria**, em 1983 e 1984, a produção registou uma redução de -2,5%.

Importantes sectores da indústria naval, da siderurgia, da metalomecânica pesada e algumas áreas da petroquímica, do vidro, da indústria ligeira, da indústria alimentar estão a ser progressivamente destruídas. Na indústria transformadora a capacidade produtiva utilizada baixou nos últimos 9 anos de 82% para 71% nos bens de consumo, de 76% para 72% nos bens intermédios e estagnou nos 70% nos bens de investimento.

Na **construção**, a actividade baixou -3% em 1983 e -11% em 1984.

Nos **transportes**, as frotas encontram-se envelhecidas e degrada-se a qualidade dos serviços. A frota mercante desceu de 130 navios em 1975 para 80 em 1984. Diminuiu para menos de 20% a participação dos navios nacionais nos movimentos por via marítima, gastando-se 50 milhões de contos para pagamento de serviços de navios estrangeiros.

Na **agricultura**, registou-se a diminuição do Produto Agrícola Bruto (-1,5% de média nos últimos 5 anos), a degradação do efectivo pecuário, a proliferação de doenças e epizootias, a ruína de milhares de pequenas e médias explorações agrícolas, a acentuação da dependência externa de produtos agrícolas e pecuários.

No **comércio**, a par da desarticulação provocada dos organismos de coordenação económica, alargam-se circuitos parasitários,

instalam-se sistemas paralelos, reinstala-se o domínio e o controlo das grandes negociatas. Milhares de pequenos e médios comerciantes são arruinados.

Nas **pescas** diminui a pesca descarregada, sendo em 1984 apenas de 250 mil toneladas (menos 12,5% do que em 1976). Diminui a produtividade e a quota das pescas distantes. As empresas públicas (SNAPA, CPP) foram progressivamente destruídas. A pesca artesanal desprezada. A frota está envelhecida, com mais de 50% dos navios tendo mais de 20 anos. Obras dos portos e rede de frio estão ou abandonadas ou adiadas. A Zona Económica Exclusiva (ZEE) foi declarada, mas não ocupada.

Todo o processo produtivo, assim como o de distribuição, se encontra profundamente atingido, desorganizado e diminuído. É essencial e urgente revitalizá-lo.

O segundo traço essencial da crise é o endividamento geral (das empresas, do Estado e do País), que se traduz na constância dos défices da Balança Comercial e de pagamentos, numa pré-ruptura do sistema financeiro e numa incomportável dívida externa.

As **finanças públicas** reflectem a crise geral, além da gestão incompetente e ruinosa. Apesar dos impostos terem decuplicado nos últimos 9 anos, a dívida pública directa que em 1975 era de 99,3 milhões de contos (25% do PIB) subiu em fins de 1984 a 1756 milhões de contos (61,6% do PIB). Acrescem os débitos do Estado e Fundos Autónomos não registados como dívida (os «atrasados» a empresas públicas) que atingiam no final de 1984 pelo menos 590 milhões de contos, pelo que a dívida efectiva era superior a 2300 milhões de contos (80% do PIB).

A **Balança Comercial** (apesar de uma diminuição do défice em 1984, provocada pela não importação de bens essenciais às actividades produtivas e por isso com reflexos negativos na economia) acusa um elevado défice, uma fraca taxa de cobertura (cerca de 50%) e uma degradação das razões de troca. Os ingressos do turismo e dos emigrantes não chegam para equilibrar a Balança de Transacções Correntes que continua a acusar também elevados défices.

O **endividamento das empresas públicas** e das empresas privadas que trabalham para o mercado interno sobe a níveis incomportáveis. Em numerosos casos, o produto da sua actividade é integralmente absorvido pelos encargos da dívida.

O **sistema bancário** foi conduzido a uma situação de pré-ruptura, que se traduz na falta de rentabilidade — prejuízos efectivos da banca comercial e do sistema no seu conjunto.

De 1979 para 1983 os depósitos a prazo (que a banca nacionalizada, ao contrário da banca estrangeira, é obrigada a aceitar) passaram de 64% para 76% do total dos depósitos e a taxa de juro correspondente (nos depósitos de 181 dias a 1 ano) passou de 19% para 27%. Em 1984 os proveitos arrecadados pela concessão de

crédito (operações activas) já não cobrem os juros pagos nos depósitos (operações passivas).

Em 1983 e 1984, os bancos esconderam os seus défices com variados artifícios contabilísticos. Contabilizaram os juros do crédito mal parado, sem criar as respectivas provisões. Venderam ouro ao Banco de Portugal. Venderam colecções de numismática, etc. O Banco de Portugal só à custa das «mais-valias» alcançadas com a venda do ouro conseguiu tapar os défices.

Também a situação das **Companhias de Seguros** nacionais é alarmante. Descapitalizadas e com prejuízos.

A **dívida externa** aumentou aceleradamente desde 1976. Apesar de os governos terem vendido, desde 1976, 230 toneladas de ouro no valor de 280 milhões de contos (cotação de 31.12.84), a dívida externa passou de 3000 milhões de dólares (100 milhões de contos) em 1976 para 15 500 milhões de dólares (2500 milhões de contos) em 1984 (cifras que o Governo recentemente rectificou). Isto significa que a dívida externa quintuplicou medida em dólares e é 25 vezes superior medida em escudos. O serviço da dívida (juros e amortizações da dívida a médio e a longo prazo) atingiu em 1984 45% das exportações de bens e serviços. Em 1975 a dívida externa representava apenas 9% do PIB. Em 1984, 80%.

O saneamento financeiro do País é uma tarefa urgente de importância nacional.

O terceiro traço essencial da crise é a degradação constante das condições de vida do povo.

A **situação social** agrava-se incessantemente.

O número de desempregados passou de 220 000 em 1975 para 600 000 (dos quais 300 000 jovens) actualmente, correspondendo a 13% da população activa e a mais de 20% dos trabalhadores assalariados. Os salários reais, de 1977 para 1984 diminuíram 21,3%. São liquidados dezenas de milhares de postos de trabalho. Generalizam-se os contratos a prazo. Os trabalhadores com salários em atraso sobem a 150 000 aumentando o tempo médio de não pagamento — de que o patronato retira enormes lucros. Alarga-se o trabalho à peça, domiciliário e infantil. Degrada-se a situação de 1 milhão e 900 mil reformados e pensionistas. Alastra a fome, a miséria, a prostituição, a criminalidade.

Os **preços** dos géneros de primeira necessidade, dos transportes, da água, da electricidade, têm subido e continuam a subir verticalmente com aumentos constantemente decretados pelo Governo. A taxa de inflação aproxima-se dos 30%. O poder de compra da população teve uma quebra vertical. O novo imposto IVA tributa bens essenciais de grande consumo anteriormente isentos. Agravam-se as carências em matéria de habitação, de saúde e de ensino. A **lei das rendas** que a maioria PS/PSD na Assembleia da República acaba de aprovar apesar dos votos contra dos deputados do PCP é um novo e incomportável fardo para centenas de milhares de famílias.

O balanço da situação social, económica e financeira constitui a **radiografia de um verdadeiro desastre nacional**.

2. A causa da gravidade da crise a política da contra-revolução

Qual a causa desta crise profunda?

Ao contrário do que afirmam o Governo e os seus propagandistas, a nossa Conferência Nacional demonstrou que a crise internacional, embora com repercussões graves no nosso País, não explica por si só o verdadeiro desastre económico que se verifica em Portugal.

Demonstrou também que, ao contrário do que afirmam o Governo e os seus propagandistas, a causa fundamental da «crise portuguesa» não foram as transformações democráticas das estruturas socio-económicas realizadas pela revolução democrática, mas a feroz e destruidora ofensiva que contra elas se desenvolveu nos últimos 9 anos.

De facto, visando a recuperação capitalista, latifundista e imperialista, a **ofensiva contra as empresas e sectores nacionalizados, contra a Reforma Agrária, contra os direitos dos trabalhadores** — ofensiva que começou com o governo PS sozinho em 1976, tendo já então M. Soares como primeiro-ministro, que continuou com o governo «AD» e que se intensificou com o actual Governo PS/PSD, de novo com M. Soares — **assestou profundos golpes em todo o processo produtivo, no sistema financeiro e nas condições de vida do povo, provocando a degradação e a desorganização dos sectores fundamentais da economia.**

A **ofensiva contra as nacionalizações**, como a nossa Conferência Nacional largamente confirmou, **adquire o carácter de uma verdadeira guerra de destruição dos sectores e empresas nacionalizados.**

A ofensiva contra-revolucionária tem, ao longo dos últimos 9 anos, aberto ao capital privado sectores nacionalizados, seja admi-

tindo a formação de empresas privadas (bancos, seguros, cimentos, adubos) seja mais recentemente abrindo ao capital privado o capital social das próprias empresas públicas, conforme adiante referiremos.

Não conseguindo, entretanto, dada a resistência popular, entregar ao grande capital a banca e os outros sectores e empresas nacionalizadas, os governos da contra-revolução levaram a cabo nestes últimos 9 anos uma obra sistemática e deliberada de inviabilização e destruição das empresas públicas com vista à sua entrega ulterior ao capital privado.

Transformando a **banca nacionalizada** num instrumento e num factor da ofensiva contra as nacionalizações (incluindo contra a nacionalização da própria banca) e da restauração do capital financeiro e dos monopólios, a política contra-revolucionária degradou profundamente todo o sistema bancário e financeiro.

Os recursos da banca nacionalizada foram sacrificados à restauração capitalista. As limitações ao crédito, as altas taxas de juro, a aplicação incorrecta das disponibilidades, a crescente subscrição de obrigações emitidas pelo Estado (com rendimentos da ordem dos 20%) para cobertura dos défices orçamentais, a concessão de créditos de favor sem garantias, a gestão deliberadamente ruinosa, os desvios fraudulentos, desvirtuaram os bancos das suas funções, comprometeram a sua rentabilidade, e conduziram o sistema bancário à beira da ruptura.

As **outras empresas nacionalizadas assim como as participadas** foram gravemente atingidas nas suas actividades, no seu funcionamento e atiradas deliberadamente para situações financeiras incomportáveis, afectando todo o processo produtivo e toda a vida económica e financeira nacional.

Os governos da contra-revolução sabotaram as suas actividades, impuseram a recessão, anularam encomendas, obrigaram com a sua política ao aumento dos custos, deram preferência ao estrangeiro para compra de artigos de produção das empresas nacionalizadas e participadas, provocaram a degradação das actividades (como sucede com a Sorefame, Equimetal, Mompur e muitas outras), interromperam ou proibiram investimentos produtivos (como sucede com a Siderurgia Nacional em que ficam encaixotados à espera da ferrugem 40 milhões de contos (aos preços actuais) de equipamentos obrigando a empresa a pagar por isso mais do dobro do que paga em salários aos seus 6000 trabalhadores).

Os governos decidiram o não pagamento das dívidas do Estado que subiam já a 600 milhões de contos em fins de 1984, atingindo a banca e empresas como a EPAC, a Petrogal, a CP, a RN, a TAP.

Os governos obrigaram as empresas nacionalizadas ao endividamento externo para financiar o défice da Balança de Transacções Correntes, de forma que a dívida externa das empresas públicas atinja, em 1983, 1001 milhões de contos dos quais 521 resultantes de diferenças cambiais, ou seja, da desvalorização do escudo.

Os governos da contra-revolução arrancaram às empresas nacionalizadas sectores rentáveis, desmantelaram empresas, liquidaram empresas nacionalizadas sob pretexto da sua inviabilidade depois de as terem afundado financeiramente (CNN e CTM na marinha comercial, SNAPA, CPP e SNAB nas pescas, GELMAR na rede de frio) e prepara-se para liquidar ainda outras (EPAC, AGA, etc.).

A **degradação económica e financeira das empresas nacionalizadas é resultado não do facto de terem sido nacionalizadas, mas da ofensiva que contra elas têm desencadeado sucessivos governos nos últimos 9 anos.**

As **ofensivas contra as empresas nacionalizadas** (muitas delas de importância estratégica na economia portuguesa) **assim como a destruição das empresas intervencionadas e de empresas em autogestão conduziram à desorganização das actividades, à quebra vertical da utilização da capacidade instalada, à destruição de importantes forças produtivas, ao afundamento financeiro, ao rápido aumento do número de desempregados.**

Situação semelhante, como também a Conferência Nacional confirmou, se verificou e verifica na Reforma Agrária.

A **ofensiva dos últimos 9 anos contra a Reforma Agrária com vista à sua destruição e à restauração dos latifúndios é uma sinistra história de ilegalidades, de violências, de roubos, de crimes decididos e executados por sucessivos governos.**

Não há processo que não tenha sido inventado, não há ilegalidade que não tenha sido cometida, para justificar a ofensiva.

Primeiro foram as reservas. Depois as majorações das reservas. Depois as reservas dos chamados «indivisos». Depois a farsa da divisão de terra e os falsos pequenos agricultores. Depois os leilões de terras. Depois os inquéritos. Depois o esbulho da cortiça e agora já também do eucalipto. Depois as execuções fiscais por supostas dívidas das UCP's/Cooperativas ao Estado quando o Estado deve muito mais às UCP's/Cooperativas. Depois as «providências cautelares» para que os agrários possam ir fazer a colheita dos produtos que as UCP's/Cooperativas cultivaram. Depois a reabertura aos agrários (uma, duas, três vezes) dos prazos já esgotados para requererem e obterem novas reservas ilegais.

E todas estas ofensivas, executadas com o emprego de poderosas forças da GNR, com espancamentos em massa de homens, mulheres e crianças, o uso de matilhas de ferozes cães adestrados, com baleamentos e assassinatos.

Assim foram tirados às UCP's/Cooperativas para reconstituir os latifúndios 657 000 hectares das melhores terras (ou seja, 58% das suas terras), 242 000 cabeças de gado, centenas de habitações, celeiros e outras instalações, barragens, charcas, obras de enxugo e obras sociais como creches e centros de terceira idade.



As consequências desta ofensiva de 9 anos para a agricultura e para a vida das populações foram catastróficas. Mais de 400 herdades com centenas de milhares de hectares que tinham sido cultivadas pelos trabalhadores e foram entregues aos agrários, ficaram abandonadas. Colheitas e culturas foram destruídas. Milhares de cabeças de gado abatidas. Vacarias e outras benfeitorias abandonadas. Baixou radicalmente a extracção de cortiça e Portugal passou a importar um produto de que é o primeiro produtor mundial. Como balanço global foram liquidadas mais de 200 UCP's/Cooperativas e 50 mil postos de trabalho.

Simultaneamente, a política agrária inteliramente ao serviço dos capitalistas, dos latifundiários e dos senhorios ricos, tem resultados desastrosos na agricultura.

O ataque aos direitos dos rendeiros, conquistados com a revolução de Abril, levou, com a recondução da prepotência dos senhorios ricos e a multiplicação dos despejos, à **restrição do investimento e de expansão produtiva** que a Lei do Arrendamento Rural de 1975 tinha provocado.

A ofensiva visando a **usurpação pelos caciques reacccionários dos baldios** devolvidos aos povos em 1976, entrava e dificulta gravemente o aproveitamento da sua riqueza.

Preços não compensadores, dificuldades de escoamento, eliminação de subsídios e bonificações, liquidação de 70 linhas de crédito agrícola, aumento das taxas de juro, aumento dos preços do gasóleo, das rações, das sementes, dos adubos, dos pesticidas e do equipamento agrícola, a eucaliptação de áreas de aptidão agrícola, a subida das taxas de rega e das rendas da terra (4/5 vezes nos últimos 10 anos segundo as Tabelas de Rendias Máximas) — **toda essa política dos governos da contra-revolução provocou a degradação dos amanhos culturais, a diminuição da fertilidade dos solos, o aumento dos custos de produção, a baixa da produtividade do trabalho, a ruína de centenas de milhares de pequenos agricultores e rendeiros, a estagnação ou retrocesso de sectores fundamentais da agricultura portuguesa.**

Quanto ao agravamento geral das condições de vida dos trabalhadores tão pouco é, no fundamental, consequência das dificuldades económicas do País, nem da crise internacional.

Por um lado, é a consequência directa do desastre económico resultante da grande operação contra-revolucionária de restauração do capital monopolista.

Por outro lado, é uma política deliberada de reconstituição do nível de exploração do tempo do fascismo, de liquidação dos direitos conquistados com a revolução democrática de forma a aumentar os lucros e a acelerar o processo de acumulação e centralização.

Os factos mostram que a **causa fundamental e determinante da extrema gravidade da crise em Portugal não são factores externos, muito menos as conquistas democráticas alcançadas com a revolução democrática em 1974/75, mas sim a política da contra-revolução.**

3. A cruzada das espoliações para a restauração monopolista

O X Congresso do nosso Partido aprovou uma tese de capital importância para a compreensão da evolução da situação económica, financeira e social: a ofensiva com vista a restaurar os monopólios e os latifúndios converteu-se numa verdadeira cruzada que visa a «centralização rápida, brutal e ilícita nas mãos do grande capital — através da intervenção política e coerciva do Estado — não só da mais-valia nos sectores privados, e nem mesmo só da mais-valia criada em todo o País, mas também dos capitais disponíveis, das empresas nacionalizadas, das participações, bens e recursos das cooperativas da Reforma Agrária».

Como sublinhou o Congresso «trata-se de uma cruzada de espoliações e de acumulação e centralização forçadas, com a transferência brutal para as mãos dos grandes capitalistas da propriedade de meios de produção e de capitais».

A cruzada de espoliações, acumulação e centralização é um traço típico da chamada «política económica e financeira» em Portugal nos últimos anos. É a contra-revolução, no sentido literal da palavra.

Como se opera essa centralização e acumulação contra-revolucionárias?

Em primeiro lugar, a **centralização e a acumulação dão-se pela transferência para os grandes capitalistas da mais-valia que vai sendo criada no País.**

Através da **política de preços**, condicionando os do sector do Estado e liberalizando os do sector privado.

Através da **política de crédito**, facilitando às empresas privadas o crédito da banca nacionalizada (e deixando que se acumulem as dívidas) e obrigando as empresas nacionalizadas a recorrer ao crédito externo, cujos encargos se multiplicam velozmente por efeito da desvalorização do escudo.

Através da **política fiscal**, fortemente degressiva, de que nos

últimos 9 anos são exemplos o aumento, em termos reais, de 260% do imposto profissional e uma diminuição real de mais de 70% do imposto sobre os lucros.

Através da **política de comércio externo** privilegiando as empresas exportadoras, com isenções fiscais e benefícios colossais resultantes da desvalorização do escudo.

Em segundo lugar, a **centralização e a acumulação dão-se pela transferência para os capitalistas de capitais do Estado e da banca nacionalizada.**

Através das chamadas indemnizações cujo montante é desconhecido, mas que, já pagas, sobem a centenas de milhões de contos. Através da entrega de parte do capital social das empresas públicas. Através de empréstimos de favor sem quaisquer garantias e admitidos à partida para não serem pagos. Através de créditos e subsídios concedidos formalmente para investimentos ou para pagamentos de salários em atraso e desviados destes fins, para aquisição de bens de consumo, para contrabando, para mercado negro de divisas. Através de operações ilegais e criminosas.

Só o «crédito mal parado» reconhecido sobe a 330 milhões de contos (Outubro de 1984) segundo números oficiais, mas atinge na realidade um montante incomparavelmente superior. No espaço de dois anos mais do que duplicou.

De todo este tenebroso processo de espoliação de capitais do Estado e sua entrega graciosa aos capitalistas, os exemplos (muitos deles referidos na Conferência Nacional) são tantos que dariam para um grosso volume.

É o caso da liquidação da dívida de 300 000 contos ao ex-banqueiro Cupertino de Miranda pelo Banco Português do Atlântico, contra a entrega de títulos indemnizatórios cujo valor ronda os 100/120 mil contos. É o caso da aceitação (por decisão do Governo) que a dívida de 12 milhões de contos da Torralta à banca nacionalizada fosse paga com terrenos de valor muito inferior. É o caso da entrega (por decisão do Governo) de 3 milhões de contos ao Pão de Açúcar, como bonificação de juros e outras benesses. É o caso do empréstimo de 330 mil contos do Banco Totta & Açores (posteriormente anulado) ao rei do jogo de Macau, para adquirir 38% da Sociedade Estoril-Sol. É o caso de um contrabandista do PS que deve 500 000 contos à Fazenda. É o caso das bonificações, isenções e facilidades financeiras concedidas pelo Governo à Hotelgal. É o caso da concessão ao jornal fascista «O Dia» de 300 000 contos de crédito e o acordo de liquidação da dívida através de publicidade. É o caso dos créditos fraudulentos de 500 000 contos no Banco Borges & Irmão, e de centenas de milhares de contos no Banco Fonsecas & Burnay. É o caso do perdão da dívida do patronato à Previdência. São também todas as operações visando a restauração do monopólio dos Mellos.

No total, a banca nacionalizada cedeu à M-D-M (Mello-Deutsche-Morgan) facilidades de crédito a baixo juro no montante de 840 000 contos. O carácter corrupto destas operações transparece claramente no facto exemplar de que o actual presidente da M-D-M, o sr. José Guimarães, cunhado dos Mellos, era gestor do Banco Fonsecas & Burnay quando em 1983 este concedeu à M-D-M um crédito de 250 000 contos.

Agora há dias, com a presença do Primeiro-Ministro assistido pelo Embaixador dos Estados Unidos, ou (talvez melhor) com a presença do embaixador dos Estados Unidos assistido pelo Primeiro-Ministro, inaugurou-se o primeiro banco privado (a ex-Sociedade Portuguesa de Investimentos), escandalosamente financiado pela banca nacionalizada.

Queremos aqui reafirmar que lutamos para que a banca portuguesa continue nacionalizada, e isto significa que lutamos para que seja nacionalizado o banco que acaba de ser formado e quaisquer outros que nos mesmos termos inconstitucionais venham a formar-se.

Em terceiro lugar, a **centralização e acumulação dão-se pela transferência para os grandes capitalistas e para os agrários de bens pertencentes às empresas nacionalizadas e às UCP's/Cooperativas.**

Através da desanexação e entrega ao capital privado de sectores rentáveis de empresas nacionalizadas (CTT, EDP, linhas regionais da TAP, Petrogal, Centralcer, RN, Carris, CTM, Docapesca, etc.).

Através da venda ao desbarato a preços irrisórios aos capitalistas de empresas e de bens das empresas nacionalizadas (navios da CPP, aviões da TAP, empresas da RN) assim como de participações do Estado.

Através do desmantelamento de empresas (CNN, CTM, já efectuado, Petrogal e Quimigal, projectados).

Através da entrega ao capital privado (que se pretende agora concretizar) de parte considerável (até 49%) do capital social das empresas públicas de importância estratégica, como as Pirites Alentejanas, a Ferrominas, a Carbonífera do Douro, a Somincor e, como se prepara, da Cimpor, da Petrogal, da Tabaqueira, da Unicer, da Centralcer.

E ainda através do roubo às UCP's/Cooperativas de terras, máquinas, gados, colheitas e instalações e sua entrega aos capitalistas e agrários.

Em quarto lugar, a **centralização e a acumulação dão-se através de economias subterrâneas, de actividades especulativas e parasitárias, designadamente nas áreas financeira, fundiária, imobiliária e comercial.**

Não se trata de actividades marginais. Embora ilícitas e mesmo criminosas, são utilizadas por membros do próprio Governo e pelos grandes capitalistas.

A exportação ilícita de capitais, o mercado negro de divisas, a subfacturação e sobrefacturação, os rendimentos ocultos, o empolamento de despesas de representação, as fraudes, e evasão fiscal, o perdão ilícito de dívidas ao Estado, o contrabando, o compadrio, o nepotismo, o suborno, a concussão, o peculato, a corrupção que se generaliza a partir do próprio Governo, sugam importante parte do rendimento nacional e desempenham importante papel na centralização e na acumulação forçada de capitais.

Não se trata de fenómenos acidentais, mas parte integrante da «política económica e financeira» do Governo, ou seja, da cruzada de espoliações para a recuperação capitalista e latifundista e a restauração monopolista.

Tudo isto só é possível com um Governo fora da lei e com repartições do Estado e gestores da banca e das empresas públicas ao serviço da restauração monopolista.

Não se pode considerar esta actuação como uma «política». É a espoliação e o saque. É a cruzada da contra-revolução.

4. A reconstituição dos monopólios e a dependência externa

Com a recuperação capitalista e latifundista tem marchado a par e passo a recuperação imperialista.

Em numerosos casos, o capital privado português aparece (tal como sucedia no tempo da ditadura) associado ao capital estrangeiro em sociedades e iniciativas.

O imperialismo aparece assim também como beneficiário e como impulsionador da política que em Portugal visa a restauração do capital financeiro, dos latifúndios e dos monopólios.

O avanço do processo contra-revolucionário caracteriza-se, no que respeita às relações externas, por crescentes concessões económicas, financeiras, políticas, diplomáticas e militares ao imperialismo, nomeadamente ao imperialismo norte-americano, multiplicando e apertando os laços de dependência de Portugal e atingindo gravemente a independência e a soberania nacionais.

No que respeita à economia, a nossa Conferência Nacional examinou atentamente a submissão cada vez mais ostensiva dos interesses nacionais aos interesses estrangeiros e as posições cada vez mais avassaladoras que o imperialismo vai obtendo como preço pelo apoio que dá ao Governo PS/PSD e designadamente ao Primeiro-Ministro.

A crescente dependência de Portugal manifesta-se assim, em primeiro lugar, nas posições que na economia portuguesa vão reforçando e alargando as multinacionais.

Não só conservam grande parte das posições estratégicas que já tinham no tempo do fascismo (nos seguros, nas minas, na indústria química, nos cimentos, no vidro, na celulose, na cerâmica, no ramo dos artigos eléctricos, nas construções navais, nos pneus, na indústria alimentar) como estão obtendo novas posições e novas avançadas de comando na economia portuguesa.

Na nossa Conferência Nacional foram referidos numerosos exemplos de como o imperialismo avança: a Dreyfus obteve o transporte do carvão para a central de Sines; promovida pelo Banco Mundial a eucaliptização invade áreas de aptidão agrícola; as multinacionais plantam vinhas na região demarcada do Douro; os Estados Unidos obtêm a supervisão dos trabalhos de geotermia nos Açores.

Duas concessões recentes do Governo PS/PSD representam **verdadeiros atentados contra a economia portuguesa**, contra o futuro desenvolvimento e contra a independência nacional: a **autorização para a instalação de dois poderosos bancos americanos** (o Chase Manhattan Bank e o Manufacturers Hannover Trust C.) e a **entrega do cobre de Neves-Corvo**, riqueza nacional de incalculável valor para o nosso desenvolvimento económico, à Rio Tinto Zinc — RTZ, multinacional cujas operações de exploração mafiosa são internacionalmente conhecidas e já condenadas pela ONU.

Na sequência de casos anteriores, a estes dois casos se seguirão muitos outros, se não for rapidamente posto termo à política antinacional do Governo.

No domínio tecnológico, a falta de uma política de desenvolvimento científico, técnico e tecnológico nacional, torna o nosso País demasiado dependente da tecnologia dos países imperialistas, o que se traduz em ingerências e pressões.

Soares acena ao imperialismo com os salários de três a dez vezes inferiores aos salários dos países capitalistas desenvolvidos, promete um pacote laboral que dê às multinacionais a garantia de uma exploração desenfreada, oferece todas as facilidades para a exportação das mais-valias.

Nos Açores, o Governo vai ao ponto de assinar com os Estados Unidos um acordo laboral pelo qual os trabalhadores portugueses deixam de ter a protecção da Lei e dos Tribunais portugueses e passam a estar sujeitos, no nosso próprio território, aos ditames dos militares norte-americanos.

Vê-se que a política de restauração monopolista é ao mesmo tempo uma política de entrega do País ao estrangeiro.

A crescente dependência de Portugal manifesta-se, em se-

gundo lugar, pela concentração do comércio externo num reduzido número de países capitalistas desenvolvidos.

Em 1976 as exportações para a CEE e os EUA, que nesse ano representavam 53% do total, devem ter representado 67% em 1984. A dependência em relação aos EUA acentuou-se. Os EUA tornaram-se o nosso principal fornecedor e o défice da balança com os EUA representa quase um quarto do défice total da Balança Comercial.

A orientação da produção nacional prioritariamente para o mercado externo (tal como no tempo da ditadura) e a centralização do comércio externo são diametralmente contrárias aos interesses da nossa economia e da nossa independência.

A crescente dependência de Portugal manifesta-se em terceiro lugar no aumento da dívida externa e na absorção de grande parte dos recursos nacionais para o pagamento das amortizações e juros respectivos.

A comparação simples que temos feito (que só para o pagamento anual dos juros não chega a produção total de dois anos de cereais, de vinho e de azeite) ilustra bem como a dívida externa está literalmente garrotando a economia portuguesa.

A dívida externa não só absorve grande parte dos recursos portugueses, como se converte num instrumento de pressão, de coacção, de ingerência e intervenção na política económica, de limitação permanente da nossa dependência e soberania.

A crescente dependência de Portugal manifesta-se, em quarto lugar, nos termos das relações e dos acordos com o FMI.

A política concertada com o FMI assim como com o Banco Mundial — política de recessão, de contracção de crédito, de agravamento das taxas de juro (as taxas de desconto do Banco de Portugal passaram de 6,5% em 1976 para 25% em 1984), de desvalorização do escudo, de inflação — é um instrumento da recuperação capitalista com elevadas responsabilidades na degradação da situação económica e financeira, na diminuição dos investimentos, na proliferação das actividades especulativas, no endividamento das empresas e na crise do sistema bancário.

O Governo aceita todas as condições postas pelo FMI. Aceita todas as intoleráveis ingerências do FMI na acção governativa e na orientação, actividade e gestão dos bancos e das empresas. Aceita que seja o FMI a definir aspectos essenciais da política económica, financeira e social portuguesa.

O FMI revela-se como uma instituição da usura mundial, uma arma de cruel e despótica submissão de numerosos países ao imperialismo norte-americano.

A libertação de Portugal da ingerência e tutela do FMI é uma condição de independência nacional.

A crescente dependência de Portugal manifesta-se, em quinto lugar, no projecto de integração na CEE que, a concretizar-se, terá consequências imediatas altamente lesivas e terá consequências futuras verdadeiramente desastrosas para a economia portuguesa, precisamente ao contrário do que acaba de dizer o Primeiro-Ministro, além do que abrirá caminho a um violento assalto e apossamento das nossas riquezas e recursos pelo imperialismo americano.

O nosso Partido estudou já atentamente com profundidade, numa outra Conferência Nacional, os resultados que teria a integração. A nossa Conferência Nacional que acaba de realizar-se confirma as conclusões já anteriormente afirmadas.

A concretizar-se, a integração não seria motivo de festa, mas motivo de luto. Seria um desastre para a indústria extractiva, para a siderurgia, para a metalomecânica pesada, para a construção naval, para a indústria de material eléctrico, para a indústria química, para a produção de adubos, para a petroquímica, para a indústria têxtil, para a celulose e a indústria do papel, para a indústria alimentar, para as pescas e para a agricultura, designadamente no que respeita à produção de cereais, à hortofruticultura, à produção de vinho, de batata, de leite e de carne.

Mesmo antes da integração, o simples projecto tem feito sacrificar grandes projectos nacionais e sectores básicos da nossa economia (como a siderurgia, a indústria naval, o plano de beterraba sacarina e de fabricação de açúcar) aos interesses económicos dos países do Mercado Comum, onde esses sectores, com produções excedentárias, estão atingidos pela crise.

Como o nosso Partido tem alertado, **o plano de integração no Mercado Comum visa essencialmente fins políticos reacconários**. É isso que explica toda essa vergonhosa insistência, capitulação e pedinçice de 9 anos por parte de M. Soares e das forças reacconárias. O que se visa é servir de pretexto para a destruição completa das conquistas democráticas nas estruturas socio-económicas. Servir de pretexto para a restauração completa dos monopólios, dos latifúndios, do capitalismo monopolista de Estado.

É isso que M. Soares quer dizer, desencadeando uma nova campanha mistificadora e eleitoralista, quando anteontem, deitando prematuramente foguetes pela integração ainda não efectivada, disse que «Portugal vai mudar totalmente».

O plano de integração de Portugal no Mercado Comum tornou-se parte integrante da contra-revolução. Hoje mais que nunca devemos combatê-lo.

A nossa Conferência Nacional exaustivamente demonstrou que **uma política económica capaz de fazer o País sair da crise e de resolver os problemas nacionais tem de ser uma política nacional e patriótica, no quadro da firme e inabalável defesa da independência nacional.**



5. Os planos do Governo PS/PSD e a urgência de interromper o processo contra-revolucionário

O desastre nacional a que a política de restauração monopolista conduziu o País ficou evidenciado e demonstrado nos trabalhos da nossa Conferência Nacional. Evidenciadas e demonstradas também as novas e sempre mais graves consequências — para a economia, para o povo, para o regime, para a independência nacional — que teria a continuação do Governo de M. Soares.

O Governo sente que tem os dias contados. Que a sua demissão está na ordem do dia. Que a sua maioria na Assembleia da República pode terminar com a realização de eleições antecipadas e que estas podem ser decididas até 14 de Julho, data limite da competência do Presidente da República para fazê-lo. Que são possíveis em 1985 uma mudança política e uma alternativa democrática à sua política de destruição, miséria e desastre.

Por isso apressa o ritmo da ofensiva. Por isso precipita novas medidas e actos de destruição das conquistas democráticas. Por isso multiplica as espoliações e as entregas aos capitalistas e agrários. Por isso procura criar situações de facto completamente fora do quadro constitucional que se tornem depois mais dificilmente reversíveis.

Conforme o Partido já desvendou e a Conferência Nacional confirmou, os acordos e compromissos de M. Soares com o PSD nos últimos meses, marcando calendário para sucessivas leis, decisões e medidas, constituem o plano de um verdadeiro golpe de Estado.

A contra-revolução a curto prazo é de facto o objectivo fundamental e a linha fundamental da política do Governo PS/PSD no momento presente.

Assim o mostra nos últimos meses a actuação brutal nas esferas económica e social. Assim o mostram «pacotes» legislativos que o Governo tem aprovado nos últimos tempos e se prepara para aprovar nos próximos.

São «pacotes» antidemocráticos. São «pacotes» da contra-revolução. Todos têm um traço comum: todos têm por objectivo fundamental limitar ou liquidar aspectos essenciais do regime democrático.

Um novo «pacote» da organização económica abrindo as empresas públicas à participação ou à gestão do capital privado, entregando os bancos aos antigos monopolistas fascistas como se prepara para fazer através de um novo decreto-lei, revendo e redobrando as indemnizações aos capitalistas, aprovando uma lei de restaura-

ção do latifúndio (a que ousa chamar a lei do «golpe de misericórdia»), outra lei do roubo dos baldios aos povos, outra lei de liquidação dos direitos dos rendeiros.

Um novo «pacote» contra a democracia política, incluindo o «pacote» anti-autárquico (tutela administrativa, revogação da Lei das Finanças Locais, etc.) e a aprovação de novas leis eleitorais que liquidariam o princípio da proporcionalidade e o carácter democrático das eleições.

Um novo «pacote» para a formação do Estado policial, regulamentando os Serviços de Informação (polícia política), fazendo aprovar a Lei da Ficha do Cidadão e a Lei de Segurança Interna (computorização de dados, escuta telefónica, violação de correspondência e de domicílio, etc.) aprontando os mecanismos do estado de sítio e de emergência e levando por diante Estatutos, Leis Orgânicas e Regulamentos visando governamentalizar os órgãos de soberania e o aparelho do Estado.

Um novo «pacote» contra as liberdades e direitos dos cidadãos, liquidando praticamente o direito à greve, liquidando direitos dos trabalhadores da Função Pública, negando os direitos sindicais na PSP, proibindo para já a propaganda salvo com licença das Câmaras e preparando nova legislação sobre os partidos, sobre os direitos sindicais, sobre o direito de reunião e manifestação, sobre a liberdade de imprensa.

E ainda novos «pacotes» de fome, com a discricionariedade patronal nos despedimentos, a regulamentação do «lay-off», a transformação dos contratos a prazo no tipo geral na contratação, novas subidas de preços, a lei das rendas, a lei dos contratos a prazo para a habitação.

Ministros, dirigentes dos partidos do Governo, altos funcionários e «comentadores políticos» assoldados desenvolvem intensa campanha acerca da «ilegitimidade» das conquistas democráticas consagradas na lei fundamental do País. Põem em causa a «legitimidade» da Reforma Agrária. Põem em causa a legitimidade dos direitos dos trabalhadores. Tudo, nas palavras deles, foram «actos selvagens». O que eles querem dizer ao fim e ao cabo é que o 25 de Abril foi um «acto selvagem», que o 25 de Abril não teve «legitimidade».

O Primeiro-Ministro falando há dias a banqueiros e capitalistas, referiu o que chamou o «fatídico ano de 1975» e assegurou-lhes a sua «vontade política de mudar a sociedade e o Estado.»

No plano económico, no plano social, no plano político, o que o povo português defronta é uma tentativa conduzida por M. Soares e pelo Governo PS/PSD — em íntima colaboração com os antigos monopólios fascistas, os grandes agrários, as forças mais reacçãoárias — para completar em poucos meses o essencial da contra-revolução.

A continuação do Governo PS/PSD seria a consumação do desastre económico, financeiro, social, político e nacional.

É necessário pôr termo à sua marcha de destruição.

A demissão urgente do Governo PS/PSD tornou-se uma reclamação central do povo português, uma exigência da democracia e das suas instituições, e um imperativo nacional.





II

A política económica que propomos

1. Pressupostos de natureza política e económica

Uma das características fundamentais da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que conduziu à gravíssima crise actual tem sido e é o completo desrespeito pela Constituição e pela legalidade democrática, ou seja, o seu carácter subversivo por natureza desestabilizador.

É pressuposto de uma política de efectiva recuperação económica e de desenvolvimento o rigoroso cumprimento da Constituição, a observância da legalidade democrática, a estabilidade económica e social.

A estabilidade da organização económica consagrada na Constituição adquire na conjuntura presente uma importância capital.

Isso significa que uma política capaz de fazer o País sair da crise parte de dois pressupostos.

O primeiro é, não só pôr fim imediato à ofensiva contra as nacionalizações, a reforma agrária, os direitos dos trabalhadores, como revogar a legislação anticonstitucional e repor a legalidade onde ela foi violada, isto é, anular as medidas inconstitucionais do Governo, manter as empresas e os sectores nacionalizados, restituir ao Estado, à reforma agrária, aos trabalhadores, os capitais, os bens e os direitos de que foram ilegalmente esbulhados.

Por um lado, nem uma só empresa nacionalizada mais deve ser reprivatizada; nem um só golpe mais deve ser desferido contra as 335 UCP's/Cooperativas que ainda trabalham em 475 000 hectares de terra.

Por outro lado, deve ser anulada a permissão para a constituição de bancos privados e de empresas privadas em sectores que lhes estão constitucionalmente vedados; devem voltar para a posse do Estado as actividades rentáveis ilegalmente entregues ao capital privado; devem ser revogadas as decisões de liquidar ou desmantelar empresas públicas (como são os casos da CNN, da CTM, da SNAPA, da CPP, etc.), devem ser restituídas às UCP's/Cooperativas as terras, as instalações e outros bens que lhes foram extorquidos; devem ser readmitidos os trabalhadores onde quer que tenham sido ilegalmente despedidos.

O segundo pressuposto de uma política capaz de fazer o País sair da crise, é a **dinamização das diversas formações económicas existentes, ou seja, os sectores e empresas nacionalizadas, as empresas capitalistas, as pequenas e médias explorações agrícolas, as UCP's/Cooperativas da reforma agrária e as empresas cooperativas e em autogestão.**

A guerra conduzida contra as nacionalizações, a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores já mostraram significar o afundamento da nossa economia e das condições de vida dos portugueses.

Qualquer política, deste ou de outro governo, que vise a restauração do capital financeiro, dos latifúndios, do capitalismo monopolista, leis e medidas que visem destruir praticamente todas as formações económicas com excepção do sector privado, projectos de revisão do capítulo da Constituição relativo à organização económica do País, — a irem por diante, agravariam ainda mais a instabilidade económica, social e política, impediriam qualquer processo de recuperação económica e impeliriam Portugal para um abismo ainda mais profundo do desastre económico e financeiro.

É condição da recuperação económica o reconhecimento definitivo de que a **organização económica de Portugal no regime democrático não pode ser como era no tempo da ditadura, o domínio dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários.**

A organização económica de Portugal no regime democrático tem de comportar as formações económicas diferenciadas criadas pela revolução e consagradas na Constituição da República aprovada em 1976.

Que significa isso quanto à política a adoptar?

Isso significa que **uma política económica capaz de fazer o País sair da crise e encaminhá-lo para o desenvolvimento tem de dinamizar as diversas formações económicas tendo em conta a sua dinâmica própria diferenciada.**

A nossa Conferência Nacional sublinha justamente que o **sector nacionalizado** (pela importância da banca, das companhias seguradoras, das indústrias básicas estratégicas, dos transportes e dos

organismos de comercialização) e a **reforma agrária** (com o aumento da produção e da produtividade que já mostrou estar em condições de assegurar), **são alavancas fundamentais para relançar e dinamizar a economia e para o ulterior desenvolvimento do País.**

Mas, ao contrário do que afirmam os detractores do nosso Partido, defendemos que também o sector privado deve ser apoiado para o desenvolvimento regular das suas actividades.

Combatemos o assalto subversivo do grande capital e dos latifundiários para se apossarem das outras formações e tomarem novamente a posse de todos os recursos e de toda a economia do País. Mas, como sempre sublinhámos, **atribuímos um lugar de relevo na actual economia nacional a um amplo sector privado, dinâmico e eficiente.**

Por isso temos insistido em que **as empresas privadas devem ser apoiadas pelo Estado de forma a desenvolverem as suas actividades segundo a sua dinâmica própria.** Com resultados positivos para elas mas também (e essa é uma condição) **em conformidade com a legalidade democrática e com os interesses do País e do desenvolvimento económico.**

Não só porém as empresas públicas, a reforma agrária e o sector privado devem ter o apoio do Estado.

A dinamização da economia nacional exige também que o Estado (ao contrário do que têm feito os governos nos últimos 9 anos) apoie as outras formações económicas: as cooperativas, as empresas em autogestão, os pequenos e médios agricultores e reprodutores, as pequenas e médias empresas comerciais e industriais.

É na mobilização e congregação geral dos esforços e não na guerra e assalto do grande capital contra as outras formações que se encontra o caminho certo para a saída da crise e o desenvolvimento.

Uma outra condição basilar é ainda necessária: **a participação activa e criadora dos trabalhadores.**

Medidas de racionalização, coordenação e planificação, melhoramentos tecnológicos, aumento da produtividade, poupança de energia e de matérias-primas, combate à fraude e à corrupção, — **não só necessitam da participação dos trabalhadores, como, nas condições presentes, não são viáveis sem essa participação.**

A par da melhoria dos processos de gestão e organização, a revitalização dessa magnífica conquista de Abril que é o controlo de gestão pelos trabalhadores e do papel das Comissões de Trabalhadores na vida económica das empresas, a entrada em funções das dezenas de gestores eleitos pelos trabalhadores e até agora impedidos pelo Governo de exercer os seus cargos, a dissolução do chamado «Conselho de Concertação Social», o reconhecimento da impar representatividade dos trabalhadores pela CGTP-IN, o restabelecimento do papel das organizações representativas dos trabalhadores em organismos diversos do Estado (Conselhos, Institutos, etc.) dos quais têm sido praticamente afastados — são medidas absolutamente necessárias para pôr fim à incompetência, à má gestão, às fraudes e à corrupção e para assegurar, na gestão das empresas e na execução da política económica, **trabalho esforçado, competência, honestidade.**

2. O eixo fundamental: a produção nacional

Se, em termos de «economia pura» consideramos as orientações da política económica seguida nos últimos anos, podemos concluir que elas enfermam de um erro basilar: tomar como questões centrais e determinantes que urge resolver para resolver as restantes, situações (como o défice da balança comercial ou a inflação) que são determinadas fundamentalmente pelo atraso económico e as insuficiências de produção.

O problema fulcral da economia portuguesa, problema que é o eixo da solução de todos os problemas e de cuja solução depende a saída da crise e o desenvolvimento, é o aumento da produção nacional.

Em vez da política de desastre do Governo actual de que resulta que se produz cada vez menos e se deve cada vez mais,



Em relação aos **transportes ferroviários** impõe-se a sua recuperação, dinamização e desenvolvimento, designadamente em coordenação com a realização dos grandes projectos nacionais. Em relação aos **transportes marítimos** (além da anulação da liquidação da CTM e CNN) aponta-se para a utilização prioritária dos navios nacionais ou explorados por armadores nacionais, para a promoção da renovação da frota, para a negociação de contratos a longo prazo e a racionalização e melhoria dos serviços portuários. Em relação aos **transportes aéreos**, indicam-se medidas de protecção da bandeira e utilização preferencial da TAP pelos organismos e empresas públicas. Em relação aos **transportes terrestres** indicam-se medidas para o reforço e dinamização da RN.

A Conferência Nacional debruçou-se também sobre os problemas relativos ao comércio. Uma **política comercial** integrada na recuperação económica torna-se indispensável. A Conferência sublinhou a necessidade da redução, simplificação, rapidez e eficiência dos circuitos comerciais, do controlo dos preços, do combate à especulação e ao contrabando, de uma nova lei de arrendamento comercial, do apoio aos pequenos e médios comerciantes e às cooperativas de consumo, da estruturação articulada da rede do frio, da centralização das importações nos Organismos de Coordenação Económica e Empresas Públicas.

4. Política agrária e de pescas

Uma política económica nacional exige que a agricultura seja considerada um dos sectores de apoio prioritário do Estado e não relegada para a estagnação, a rotina e a consequente e inevitável acentuação do seu atraso relativo.

Uma política económica nacional exige que, na composição do PIB, a parte da agricultura e pescas ultrapasse largamente os escassos 8,4% que actualmente suporta, quando 23% da população activa vive da agricultura. Exige que sejam corrigidas as profundas distorções e gravíssimos desequilíbrios da economia portuguesa que entravam um desenvolvimento normal e harmonioso.

A indústria tem um papel essencial a desempenhar na economia portuguesa. Mas, como sublinhou a Conferência Nacional, **sem um acentuado progresso agrícola, o desenvolvimento económico português é invulável.**

A política agrária que o PCP propõe é fundamentalmente uma política de dinamização da agricultura e de aumento da produção agrícola.

Condições básicas são o apoio à reforma agrária que está em condições de dar um grandioso impulso ao desenvolvimento agrícola e pecuário, aos pequenos e médios agricultores e ao movimento cooperativo, o melhoramento da lei do arrendamento rural de forma a assegurar justas rendas e estabilidade ao rendeiro, o reconhecimento do direito dos povos aos baldios como caminho para o seu mais integral e produtivo aproveitamento.

São linhas gerais da política agrária proposta pela nossa Conferência Nacional o estabelecimento antecipado de preços compensadores a garantia do escoamento dos produtos, a estabilidade dos preços dos factores de produção, créditos a baixo juro, subsídios, apoio técnico, seguro agrícola, melhoramento dos solos, mecanização, formação profissional, aumento da área de rega pela recuperação de ragadios tradicionais e por novas obras de irrigação.

A reestruturação dos organismos de Coordenação Económica (EPAC, JNV, JNPP, JNF, IAPO, AGA) assim como redes nacionais de frio e de abate e transporte de gados tornam-se indispensáveis.

As conclusões da Conferência Nacional abrangem praticamente todos os sectores da agricultura portuguesa.

Não se poderá aqui senão indicar muito sumariamente alguns deles.

No que respeita aos **cereais** poderá ter-se como fatal que Portugal produza em média apenas pouco mais de 1 milhão de toneladas das quais 400 000 toneladas de trigo e menos de 500 000 toneladas de milho? Que os rendimentos unitários sejam de 10 quintais para o trigo e 12 quintais/ha para o milho? Que tenhamos que importar anualmente mais de 3 milhões de toneladas de cereais, das quais 500 000 toneladas de trigo e mais de 2 milhões de toneladas de milho?

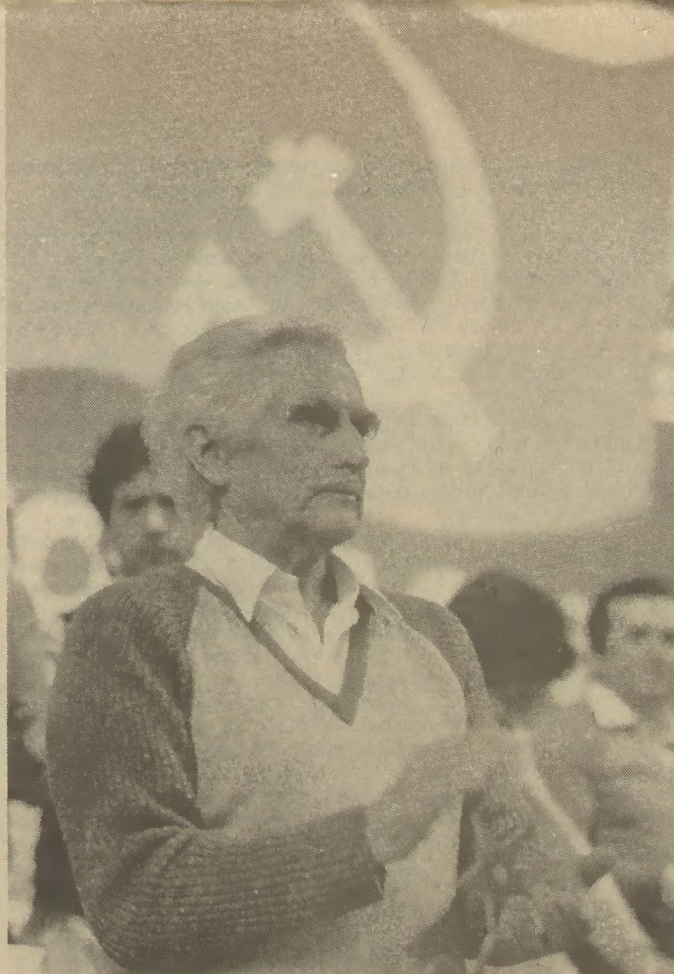
O nosso Partido afirma que não só é imperioso, como é inteiramente possível, **aumentar a produção de cereais** de forma a diminuir substancialmente as importações.

Que medidas propomos?

A nossa Conferência Nacional propõe medidas para aumentar a produtividade da terra e do trabalho através da consolidação da Reforma Agrária, da correcção das estruturas de produção em geral, do ordenamento cultural, do desenvolvimento das tecnologias de produção, da racionalização das técnicas culturais (sementes, correctivos, fertilizantes, pesticidas), da mais ampla utilização dos recursos hídricos com o aumento substancial das áreas de rega.

Mediante essas medidas, a nossa Conferência Nacional considera como possível mais do que duplicar-se a médio prazo (4 ou 6 anos) a produção de cereais, sem aumento sensível das áreas semeadas, ultrapassando as 900 000 toneladas para o trigo, as 700 000 toneladas para a aveia e cevada e as 700 000 para o milho.

A satisfação da procura interna pela produção nacional passaria de 30% para 80% para o trigo e 18% para 30% para o milho.



No que respeita à **hortofruticultura** (cuja produção constitui 20% do valor do Produto Agrícola) a nossa Conferência Nacional propõe orientações e medidas — normalização, criação de infra-estruturas de acondicionamento, expedição e comercialização, melhoramento tecnológico, apoio técnico, garantia de sementes seleccionadas e plantas de viveiro (nomeadamente de produção nacional), expansão da produção de primores, renovação de pomares e estabilização dos pomares ordenados, homogeneização das variedades, aumento da produtividade, selecção e fomento de variedades qualitativa e economicamente mais aconselháveis, saneamento e encurtamento dos circuitos comerciais — cuja realização poderá, a médio prazo, não só satisfazer a procura interna, como produzir excedentes para exportação.

A **vitivinicultura**, ocupando 300 000 hectares de vinha, mantendo uma produção média de 10 milhões de hectolitros de vinho e 12% do Produto Agrícola Bruto — representa um papel de relevo na agricultura portuguesa.

Uma política a longo prazo implica medidas de reconversão, a rectificação de defeitos estruturais, a renovação e o melhoramento fitossanitário dos vinhedos, a tipificação das castas.

No imediato impõe-se como medidas específicas para o sector, reactivar a JNV com vista a garantir o escoamento da produção, preços compensadores, a defesa das Adegas Cooperativas, o controlo da qualidade, a defesa do mercado interno contra a concorrência externa.

No que respeita à **produção animal**, o primeiro grande problema à resolver é o da **produção de forragens.**

Numa política nacional não se pode pretender o desenvolvimento pecuário na base dos concentrados e da importação de forragens.

A nossa Conferência Nacional propõe uma política de fomento forrageiro aproveitando ao máximo as potencialidades da produção de alimentos grosseiros (designadamente em rotação com outras culturas) e de matérias-primas para o fabrico de alimentos compostos e aproveitando mais amplamente os resíduos industriais.

No caso dos ruminantes, dando prioridade ao rebanho leiteiro em relação ao rebanho de carne, é essencial a racionalização do sistema de alimentação, de forma a reduzir ao máximo o consumo de alimentos compostos e a utilizar quase exclusivamente pastagens, silagens, feno e palhas.

Para o **melhoramento animal**, são, entre outras, grandes linhas de orientação a selecção de efectivos, a protecção das raças autóctones, a inseminação artificial, a utilização de sêmen de reprodutores testados, o aumento da produtividade, o combate efectivo às doenças infecto-contagiosas, a racionalização dos circuitos comerciais e o combate ao contrabando e às importações e abates clandestinos.

Considera-se inteiramente possível a curto prazo o aumento do efectivo pecuário assim como dos produtos avícolas possibilitando o aumento da produção e do consumo de leite, ovos e carne.

O aumento da produção de **leite** exige a expansão da ordenha colectiva e a consolidação do regime cooperativo de recolha.

No que respeita à **floresta** a Conferência Nacional definiu como objectivos (incluindo as medidas adequadas) impedir a degradação da floresta, reforçar a protecção contra os incêndios (44 000 hectares no período 1979/82), impedir a invasão avassaladora dos eucaliptos que asfixia a cultura agrícola, aumentar a lotação na área de pinhal, do sobre e do eucalipto, expandir a floresta para áreas incul-

tas que rigorosamente se verifique não terem vocação agrícola, reforçar as áreas dedicadas às essências ricas como o castanheiro, a nogueira, os carvalhos, os plátanos.

A cortiça tem uma importância particular, pelo valor do produto e porque se trata de uma matéria-prima que aprovisiona 560 unidades industriais com 14 000 postos de trabalho. O reconhecimento às UCP's/Cooperativas do direito à cortiça e a sua livre comercialização é essencial.

O problema das pescas mereceu também grande atenção à nossa Conferência Nacional.

Não aceitamos como uma fatalidade que Portugal, País de pescadores, se torne dependente da importação de peixe, tanto para consumo como para o fabrico de conservas.

A política de pescas que o PCP propõe é fundamentalmente uma política de dinamização e de aumento das capturas.

Para isso é necessária a salvaguarda dos recursos tanto na zona costeira, como na nossa Zona Económica Exclusiva. Para isso é necessário o relançamento das empresas nacionalizadas, o apoio às cooperativas, aos pequenos e médios armadores e à pesca artesanal, o apoio do Estado à modernização da frota, a organização da rede de frio, a modificação do sistema de venda em lota, o estabelecimento de níveis comportáveis do preço dos combustíveis, os melhoramentos de barras e portos de pesca, a investigação científica operacional, a formação profissional, uma lei geral de trabalho para os pescadores, estruturas para melhorar a segurança em caso de naufrágio ou avarias.

Importa também activar a diplomacia para manter e recuperar direitos de pesca em águas externas, concluir acordos de cooperação com os países africanos de expressão portuguesa, pondo definitivamente de lado o desastroso plano de integração na CEE que abriria os pesqueiros portugueses à invasão e depredação por frotas estrangeiras.

5. Os recursos nacionais e os grandes projectos

A teoria segundo a qual, o atraso da economia portuguesa era devido à «pobreza natural do País», era a teoria de Salazar, que, no seu tempo, o nosso Partido desmascarou e combateu.

Portugal não é um País excepcionalmente rico em recursos. Mas apesar de estar por fazer uma prospeção aprofundada, estão já reconhecidos recursos bastantes, se aproveitados no interesse do País e do povo, para garantir um dinâmico e rápido desenvolvimento económico.

Na nossa Conferência Nacional foi feito largo inventário desses recursos. Permita-se que aqui refira designadamente os recursos hídricos para a produção de energia eléctrica, recursos do subsolo, possibilidades de aumento da área de rega e recursos piscícolas das águas marítimas e fluviais.

Dos recursos hídricos para a produção de energia eléctrica, correspondentes a grandes e médios aproveitamentos, estão aproveitados pouco mais de 10 000 GWh, estando por aproveitar outros tantos 10 000 GWh/ano, além de 6500 GWh/ano correspondentes a pequenos aproveitamentos.

Os recursos em **minério de ferro** contam com mais de 600 milhões de toneladas (com um teor médio de 36,2% de ferro) no jazigo de Moncorvo, além dos resíduos ferrosos das pirites de Aljustrel cujas reservas estão avaliadas em 150/200 milhões de toneladas.

Em Neves-Corvo, Graça e Zambujal, ainda numa fase de prospeção, estão já reconhecidos 47 milhões de toneladas de minério cuprífero, com teor médio de 7,4% em cobre, num total de 140 milhões de toneladas de sulfuretos complexos em ferro, zinco, cobre e chumbo. Trata-se, no entender de alguns especialistas, de reservas de cobre e zinco de primeiro plano na Europa, no dizer de outros (conforme foi citado na nossa Conferência Nacional) de «uma das mais belas descobertas mineiras do mundo nos últimos vinte anos (alguns camaradas disseram «50 anos»), e porventura a mais bela do século, em Portugal».

O **urânio** (8200 toneladas de urânio de recursos e 580 toneladas de urânio de concentrados armazenados) representa um imenso potencial energético para séculos de produção, se houver a sabedoria de preparar e aguardar as condições para o seu aproveitamento em reactores de neutrões rápidos-reprodutores, mas que pode ser em pouco tempo esgotado se utilizado com os actuais reactores nucleares, conforme pretende o plano do Governo que mais serve o imperialismo que Portugal.

No que respeita a **carvão**, as reservas de lenhites de Rio Maior, embora modestas, são calculadas em 33 milhões de toneladas, sendo de anotar as antracites do Pejão com 3,5 milhões de toneladas.

São ainda de assinalar os minérios de **tungsténio** com reservas avaliadas em 60 mil toneladas (expressas em metal) e jazigos de minério de estanho, de salgema, de rochas industriais, etc..

Entre as potencialidades de aumento da produção nacional contam-se ainda, com elementos de mais alto valor, as condições naturais que permitem ampliar em muitas centenas de milhar de hectares as terras **irrigadas**; e as **águas marítimas territoriais** que, depois da ampliação para as 200 milhas, oferecem extraordinárias possibilidades de capturas.

A questão que se coloca é se estes e outros recursos são e serão aproveitados segundo o interesse nacional, para benefício do nosso País e do nosso povo, ou se são entregues na maior parte ao imperialismo, às multinacionais, para que sejam grandes capitalistas e países estrangeiros a beneficiar das riquezas naturais de Portugal.

O nosso Partido insiste em que **as riquezas de Portugal devem ser aproveitadas para benefício dos portugueses e por isso também insiste na extrema importância para Portugal da realização dos projectos nacionais visando esse aproveitamento.**

Conforme demonstrou a nossa Conferência Nacional, **as medidas imediatas de emergência para a saída da crise**, até para serem eficientes no seu resultado, **devem ser inseridas numa política de desenvolvimento.** Essa ideia está expressa no próprio título da Conferência: **«A via de desenvolvimento para vencer a crise».**

Por isso, a par das prioridades na solução dos problemas que exigem mais urgente solução, defendemos que deve prosseguir a finalização e se deve passar à execução dos **grandes projectos nacionais de desenvolvimento.**

De forma planeada e escalonada. Mas com decisão definitiva, e dinâmica de contínuo e decidido progresso.

O valor económico e social dos projectos excede largamente o seu valor específico. A realização de cada projecto terá profundas repercussões no desenvolvimento de outros sectores de actividade económica, no desenvolvimento regional, na ocupação de mão-de-obra.

No plano de aproveitamento dos recursos nacionais e de desenvolvimento inscreve-se a **política energética** que o nosso Partido propõe e que a nossa Conferência Nacional largamente desenvolveu e justificou.

A Conferência Nacional refutou a chamada «opção nuclear» precipitada, inconsiderada e irresponsável que, a ser concretizada, conduziria a um sério agravamento da dívida externa, a um ainda mais elevado preço da energia, ao desprezo dos recursos energéticos mais válidos na etapa actual e à rápida delapidação dos recursos de urânio, que deverão ser ciosamente reservados para o desenvolvimento futuro da nossa economia.

O nosso Partido propõe uma política energética com aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis e das lenhites de Rio Maior (sem desprezar outras potencialidades como a energia solar, eólica, geotérmica e de biomassa).

Para além de mais económica e racional, pode impedir a dependência externa absoluta para a qual a política actual nos está a arrastar, garantir maior independência energética e segurança no abastecimento, além do estímulo a sectores muito diversos da indústria, da agricultura (rega), da construção e das actividades regionais, da pesca, do turismo, etc..

O **Plano Siderúrgico Nacional**, sacrificado a interesses estrangeiros pelo Governo PS/PSD, é um dos projectos mais promissores e dinamizadores para a economia portuguesa. O nosso Partido propõe primeiro o desbloqueamento do Projecto de Expansão de Produtos Longos do Seixal (alto forno de um milhão de toneladas, acaaria correspondente, trem de laminagem para 400 mil toneladas/ano, infra-estruturas, instalações anexas, designadamente a central de oxigénio e forno de cal, que devem ficar integrados na empresa nacionalizada). Tratando desde logo de contratos de escoamento de produtos laminados e vazados. Os 40 milhões de contos aos preços actuais de equipamentos que por culpa de governos incompetentes estão a enferrujar no Seixal devem ser salvos. Propõe-se que, entretanto, integrado no planeamento de desenvolvimento económico e industrial, seja retomado, estudado e relançado o Plano Siderúrgico Nacional com o aproveitamento do ferro de Moncorvo e das cinzas das pirites.

O **Programa de Aproveitamento Integrado das Pirites (PAIP)** apresenta perspectivas novas, aliciantes e de valor estratégico para a economia portuguesa. A descoberta relativamente recente de riquíssimos jazigos de pirites cupríferas abriu a possibilidade (que se impõe aproveitar em termos nacionais) da instalação de um complexo metalúrgico do cobre, com capacidade de produção de cobre em cátodos «high grade» de 100 000 toneladas/ano, além de 400 000 toneladas/ano de ácido sulfúrico, calculando-se que o projecto possa trazer saldo líquido de divisas de 10 milhões de contos anuais.

O **Plano do Alqueva**, pelo valor e variedade dos seus fins — produção de energia eléctrica que só por si o justificaria, aproveitamento e suporte do Plano de Rega do Alentejo (150 mil hectares), abastecimento de água ao Complexo de Sines, criação de 30 000 novos postos de trabalho — é altamente rentável e será chamado a desempenhar papel de relevo no desenvolvimento energético e agrícola regional e nacional.

O **Projecto da Beterraba Sacarina**, associado ao projecto do Alqueva, asseguraria, em 10 000 hectares de regadio ou 7500 de regadio e 5000 de sequeiro, a produção de 480 000 toneladas/ano e uma unidade fabril que produziria 63 000 toneladas de açúcar branco, 6600 toneladas de melaço e 43 200 toneladas de polpa seca melaçada (de grande valor forrageiro), tendo ainda repercussões favoráveis no aumento dos rendimentos unitários das culturas integradas no sistema de rotação.

O **Projecto do Baixo Mondego**, cujas obras se arrastam e cujo plano agrícola continua por definir, pode assegurar a defesa, rega e enxugo de 15 000 hectares com altas produtividades, numa zona onde ainda predomina o minifúndio.

O **Projecto da Cova da Beira** (começado e interrompido por os interesses dos caciques locais se sentirem ameaçados) permitiria





irrigar 18 000 hectares em que predomina a pequena propriedade, transferir águas da bacia do Douro para a bacia do Tejo, e abastecer regularmente de água 30 freguesias.

O **Projecto do Baixo Vouga** permitiria o cultivo intensivo de dezenas de milhar de hectares actualmente alagados e encharcados por cheias doces e salgadas.

Muitos outros projectos de importância regional e nacional (desenvolvimento regional do Algarve e do Minho, aproveitamento dos recursos hídricos de Trás-os-Montes, turismo na Serra da Estrela e na Madeira, etc.) foram referidos nas sessões plenárias e nas secções da nossa Conferência Nacional.

Fica patente que estão **desprezados valiosos recursos nacionais cujo aproveitamento é indispensável para fazer o País sair da crise e assegurar o desenvolvimento económico e o progresso social do nosso País.**

6. O saneamento financeiro

A anarquia e degradação de toda a organização económica nacional provocada pela política de recuperação capitalista e latifundista, aliada à incompetência e à corrupção, provocam a degradação geral da situação financeira do País.

O endividamento do sector público administrativo e das empresas públicas e privadas, a perda da rentabilidade do sistema bancário e a dívida externa constituem gravíssimos desequilíbrios para cuja superação se impõem, tanto medidas de emergência, como a política de fundo que propomos e que tem como eixo fundamental o aumento da produção e o desenvolvimento.

Desde logo, **como instrumentos indispensáveis para o saneamento financeiro**, impõe-se a **redução das taxas de juro, a retenção da desvalorização do escudo e da taxa de inflação e uma política de crédito não restritivo, mas selectivo** (prioridade para a recuperação económica, para o desenvolvimento, para a agricultura, as pescas, o investimento, a habitação, a construção, as autarquias).

O saneamento financeiro assume porém aspectos particularizados que a nossa Conferência Nacional largamente examinou e que se afirmam em algumas direcções fundamentais na política que propomos.

Em primeiro lugar, **o saneamento financeiro do Estado exige a superação o mais pronto possível da situação deficitária.**

Uma **nova política orçamental**, que assegure simultaneamente a redução das despesas e o aumento das receitas, e, além de alterações urgentes e imediatas, **uma reforma do sistema fiscal** tendo como eixo a progressividade (paga mais quem mais tem) — são instrumentos indispensáveis.

De particular importância, a rigorosa gestão dos dinheiros públicos, o combate às despesas supérfluas e ao esbanjamento de recursos, a renegociação de dívidas, o firme combate à corrupção e ao favoritismo.

Em segundo lugar no que respeita aos **bancos urge afastá-los** rapidamente da zona de ruptura.

A situação pode restabelecer-se com a anulação da autorização para a instalação de bancos privados e de novos bancos estrangeiros, com o exercício efectivo pelo Banco de Portugal das funções de coordenação e inspecção do sistema bancário, com novas políticas de crédito e cambial, e com a cessação do sistema de o Estado cobrir os seus défices orçamentais à custa do sistema bancário. A recuperação do crédito mal parado deve ser firmemente empreendida, utilizando os meios judiciais adequados no caso de ilegalidades, fraudes e corrupção.

Em terceiro lugar, **o saneamento financeiro das empresas** exige, como orientação interna essencial, além de medidas relativas às dívidas existentes, o relançamento das suas actividades, a diminuição dos custos de produção através do aumento da produtividade, o empenho dos trabalhadores, uma verdadeira campanha de poupança de energia e de matérias-primas assim como de aproveitamento dos desperdícios.

No referente, tanto ao Estado como às empresas públicas, impõe-se que o Estado pague os atrasados e as indemnizações compensatórias e assuma as suas responsabilidades no que respeita à dívida externa. Como medida imediata, de importância capital na banca e em empresas-chave, impõe-se a nomeação de gestores devotados ao trabalho de recuperação, eficácia e funcionamento das empresas e não (como tem sucedido nos últimos anos) apostados na sua destruição, por estarem ao serviço da restauração monopolista.

Em quarto lugar, **a diminuição radical do défice das Balanças Comercial e de Transacções Correntes confirma-se como indispensável para o saneamento financeiro do País.**

A nossa Conferência Nacional tratou aprofundadamente a grave **questão dos défices nas trocas externas.**

O **defíce alimentar** (75 milhões de contos em 1983) que se caracteriza pela importação de 75% das necessidades de cereais, de 80% de oleaginosas, de 100% do açúcar. Para as hortícolas, as exportações cobrem apenas 40% das importações.

O **defíce energético** (209,9 milhões de contos em 1983) que se caracteriza pela importação massiva de petróleos.

O **defíce tecnológico** difícil de quantificar, que se caracteriza (como foi salientado na Conferência Nacional) não só pela importação de bens de equipamento, como pelo pagamento a peso de ouro

e aceitação passiva das orientações, programas e soluções propostas do estrangeiro na esfera científico-técnica.

Para reduzir substancialmente estes défices, a via fundamental é o aumento da produção de cereais, forragens, carnes, oleaginosas, açúcar e pescado, uma política energética baseada no aproveitamento dos recursos nacionais, o desenvolvimento industrial, designadamente do sector I (meios de produção) assim como o desenvolvimento tecnológico.

Neste quadro, **a restrição da importação de bens não essenciais, a produção nacional de produtos importados, os acordos de compensação, a diversificação e o aumento do valor acrescentado dos produtos exportados, e a diversificação das relações comerciais externas** (com países capitalistas, países socialistas, países africanos de expressão oficial portuguesa, países do chamado Terceiro Mundo) **constituem objectivos da mais alta importância.**

Para superar o défice da Balança de Transacções Correntes é também necessário diminuir o défice da Balança de Serviços, nomeadamente reduzindo os fretes pagos ao estrangeiro e utilizando mais as capacidades nacionais; e **estimular o ingresso de divisas**, com uma dinâmica política de Turismo e vantagens oferecidas às remessas dos emigrantes.

Em quinto lugar **constitui uma verdadeira tarefa nacional a libertação do País dos asfixiantes encargos da monstruosa dívida externa.**

A solução definitiva deste problema a longo prazo depende fundamentalmente do desenvolvimento da economia nacional. Mas a situação exige medidas imediatas.

Exige firmes critérios nacionais no recurso ao crédito externo e na sua negociação, e a busca, sempre que possível, de sistemas de compensação. Exige um rigorosa gestão da dívida. Exige a transformação de dívidas a curto prazo em dívidas a médio e longo prazo. Exige a diversificação das moedas em que a dívida está expressa. Exige uma maior controlo de importação e exportação de capitais e o firme combate à sobrefacturação e subfacturação.

Mas isto não basta.

Para o nosso Partido, e a Conferência Nacional acaba de confirmá-lo, uma coisa é clara: **a dívida externa atingiu tal nível de amortizações e juros que efectivamente não poderá ser paga nos termos actuais.** O Partido coloca, por isso, como **ponto programático de qualquer política económica verdadeiramente nacional, a renegociação da dívida externa, com o fim de obter taxas de juro mais baixas e prazos mais dilatados de pagamento.**

Portugal não pode aceitar ficar amarrado à miséria, ao atraso, à dependência, porque uns tantos governos sacrificaram os interesses do País aos interesses da restauração monopolista.

E ainda algumas palavras mais.

A questão da dívida externa não é uma questão especificamente portuguesa, mas um dos mais graves problemas da economia mundial, um dos mais gritantes aspectos, reflexos e consequências da desigualdade de desenvolvimento, das novas formas de apropriação pelo imperialismo (designadamente do imperialismo norte-americano) da mais-valia criada em todo o mundo, da efectiva dominação, controlo e submissão ao imperialismo norte-americano da economia de numerosos países.

A **renegociação da dívida externa é hoje para numerosos países uma questão de sobrevivência e de independência nacional.** É um problema que excede o quadro da economia para se tornar um problema político e diplomático mundial.

A defesa dos interesses nacionais aconselha a que Portugal, na sua política externa, tome as iniciativas adequadas para, nesta matéria, coordenar a sua actuação com a actuação de outros países atingidos pelos mesmos problemas.

7. O melhoramento das condições de vida

A recuperação capitalista e latifundista, a par do desastre económico e financeiro, tem significado o agravamento contínuo e brutal das condições de vida dos portugueses. **A recuperação económica e o desenvolvimento que propomos podem e devem significar o melhoramento das condições de vida.**

Numa situação de crise impõe-se sem dúvida orientações e medidas de austeridade.

Mas em que deve consistir fundamentalmente a austeridade?

Segundo o nosso Partido, a austeridade deve consistir fundamentalmente na limitação radical dos gastos supérfluos e dos mais altos rendimentos. Numa política que ponha cobro ao esbanjamento de recursos em realizações começadas e não acabadas, fracassadas e ruinosas. Numa política dirigida no sentido da poupança (sem prejuízo do processo produtivo) de matérias-primas e de energia. No combate às actividades especulativas, parasitárias, fraudulentas e corruptas que absorvem importante parte dos recursos do País.

Medidas de austeridade não excluem a dinamização da economia e o melhoramento das condições de vida do povo.

A política económica que propomos, com a dinamização, recuperação e expansão da economia, tem como objectivo e como resultado o aumento da produção nacional — **condição básica para o**

aumento do poder de compra da população e do consumo. Por sua vez o aumento do poder de compra da população alarga o mercado interno e intervém como um factor de dinamização das actividades produtivas nacionais e das actividades económicas em geral.

A política económica, que a nossa Conferência Nacional definiu, não é da produção pela produção, de desenvolvimento pelo desenvolvimento. É da produção e do desenvolvimento para que Portugal seja um País livre, próspero e independente. É da produção e do desenvolvimento para o bem do ser humano, para que seja possível o melhoramento das condições de vida material e cultural do Povo português.

É através da política económica que deverá encontrar-se a base material para a solução dos problemas sociais mais graves.

Assim, conforme sublinhou a Conferência Nacional, **uma política de emprego** é inseparável do relançamento e recuperação da economia, do saneamento financeiro e estabilização das empresas, da consolidação e prosseguimento da Reforma Agrária, da concretização dos grandes projectos nacionais, que só por si representaria a criação de muitas dezenas de milhares de postos de trabalho, tanto para a sua realização como depois das obras acabadas.

Mas, os problemas sociais exigem respostas concretas e específicas. A Conferência Nacional debateu e traçou a política necessária.

Uma **política de salários**, indicando como medidas urgentes, a actualização anual do salário mínimo nacional, a actualização periódica dos salários tendo em conta a subida do custo de vida e o pagamento dos salários em atraso, sob pena de intervenção do Estado ou da entrega das empresas aos trabalhadores.

Uma **política de preços**, reintroduzindo o controlo prévio dos produtos essenciais, intervindo para baixar os preços quando baixem os custos de produção.

Uma **política de segurança social**, institucionalizando um sistema de seguro social unificado, integrado e descentralizado, actualizando as pensões e outras prestações sociais, diminuindo a idade de reforma para profissões mais desgastantes e de risco, estabelecendo o seguro social de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Uma **política de habitação**, promovendo directamente pelo Estado a habitação social (crédito bonificado, apoio às cooperativas de habitação e autarquias, contratos de desenvolvimento), recuperando edifícios degradados; combatendo a especulação de terrenos.

Uma **política de saúde**, concretizando o Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito, reforçando a rede de centros de cuidados primários, melhorando a assistência hospitalar.

Uma **política de ensino**, assegurando o cumprimento efectivo do ensino básico obrigatório e gratuito, com vistas ao seu prolongamento para nove anos, melhorando o sistema de bolsas e apoios sociais e reformando o sistema escolar em ligação com as necessidades de desenvolvimento do País e os progressos da ciência e da técnica e de forma a assegurar o sucesso escolar e a saída profissional dos jovens.

É missão dos governos em regime democrático gerir os recursos nacionais em benefício do povo.

É um verdadeiro «escândalo institucional» o facto de o Governo, a sua maioria na Assembleia da República e os gestores por eles nomeados para os organismos do Estado e as empresas nacionalizadas, utilizarem o poder para chamarem a si gordos benefícios no preciso momento em que decretam e aplicam medidas de exploração de fome e de miséria.

O Governo diz que não há recursos. Mas só nas constantes viagens sumptuosas do Primeiro-Ministro, dos ministros e respectivas famílias e comitivas, gastam-se milhões.

A maioria PS/PSD na Assembleia da República recusa o projecto de lei do PCP para se encontrar uma solução para os salários em atraso. Mas, ao mesmo tempo, decide (contra os votos do Grupo Parlamentar do PCP) o aumento dos seus próprios vencimentos-base para 97 450\$00, além das ajudas de custo que podem quase duplicar esta quantia, e de subvenções vitalícias, transmissíveis a cônjuges, descendentes e ascendentes, de mais 30 contos mensais para qualquer deputado que o seja durante oito anos, e de mais de 60 contos mensais se tiver mais de 60 anos.

O regabofe dos governantes e da sua clientela política instala-se por toda a parte. Nas empresas há despedimentos, há salários em atraso, há liquidação de regalias sociais. Mas os gestores da RN receberam em 1984, 17 meses de vencimentos e pagam, à conta da empresa, 80 contos por mês ao motorista de M. Soares. Na Soponata recebem 3,7 milhares de contos de ajudas de custo por 169 dias de viagem, metem nas contas 500 contos de *whisky* velho e compram carros novos que custam milhares de contos. Nos CTT/TLP gastam-se 4 mil contos para viagens de luxo para serviço de S. Ex.º o Sr. Secretário de Estado. No Serviço de Lotas compram-se carros de luxo para os membros do Conselho de Gerência que entretanto andam de carro alugado recebendo mais de 30 contos de subsídio de gasolina.

Portugal precisa de um governo de gente honesta e competente que, em vez de se governar (como actualmente faz a camarilha governante) governe para bem do povo e do País.

Com uma política democrática e um governo democrático é possível resolver os gravíssimos problemas sociais criados pela recuperação capitalista e, com uma «via de desenvolvimento para vencer a crise» assegurar o melhoramento das condições de vida dos portugueses.

8. Política económica democrática e independência nacional

A política económica que o nosso Partido propõe é uma política que se destina a ser realizada na época da vida nacional caracterizada por duas realidades que o Povo português está firmemente disposto a defender e assegurar: o regime democrático e a independência nacional.

Fora destas realidades, a política que propomos não seria possível. E, inversamente, **sem as orientações e medidas fundamentais da política que propomos, nem o regime democrático nem a independência nacional poderão ser defendidas e asseguradas.**

Assim, **a política económica que o PCP propõe** — política económica capaz de fazer o País sair da crise, de resolver os problemas nacionais e de promover o desenvolvimento — **exige, em primeiro lugar, que seja assegurada a continuidade da democracia política.**

Em vez das medidas e pacotes antidemocráticos e de repressão, e da formação de um Estado policial e totalitário, é necessário respeitar e assegurar um Estado democrático e o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.

Em vez da sistemática actuação inconstitucional do Governo, do afrontamento dos outros órgãos de soberania, do desrespeito pelas decisões dos tribunais, é necessário assegurar o funcionamento normal, regular e democrático das instituições.

Em vez do pacote autárquico, é necessário assegurar o Poder Local democrático.

Em vez das tentativas se instrumentalizar as Forças Armadas, é necessário assegurar o seu apartidarismo.

Em vez de novas leis eleitorais antidemocráticas em preparação, é necessário assegurar o princípio constitucional da proporcionalidade e a democraticidade das eleições.

Em vez da grosseira e vergonhosa manipulação da comunicação social, é necessário assegurar a sua isenção, pluralismo e seriedade.

A política económica que o PCP propõe exige, em segundo lugar, que sejam consequente, firme e corajosamente defendidos os interesses nacionais, que sejam integralmente asseguradas a soberania e a independência nacionais.

Em vez da integração no **Mercado Comum**, é necessário tudo fazer para pôr ainda de lado esse ruinoso projecto, negociar acordos com os países da Comunidade, melhorar e desenvolver as relações com os países da EFTA, os países socialistas, os países de língua oficial portuguesa, os países árabes e outros.

Em vez do colaboracionismo com o FMI e as suas ingerências e imposições — além da política de desenvolvimento a médio e longo prazo, é necessária uma firme atitude de defesa dos interesses nacionais, renegociar os prazos e os juros da dívida externa.

Em vez da entrega às multinacionais dos sectores chave e das alavancas da economia portuguesa, é necessário assegurar para Portugal, nomeadamente para o Estado português, o sistema bancário, os recursos básicos do nosso subsolo, os sectores estratégicos da nossa economia, os sectores de ponta da indústria, as empresas de importância estratégica.

Em vez do afunilamento, é necessária a diversificação das nossas relações económicas, comerciais e tecnológicas externas.

Em vez da aceitação de uma divisão internacional do trabalho que reserva a Portugal o papel de País atrasado, produtor de matérias-primas e de força de trabalho a baixo preço, é necessária uma política de aproveitamento e mobilização dos recursos, energias e potencialidades nacionais para o bem-estar do povo e para o desenvolvimento do País.

Em vez das crescentes concessões militares aos Estados Unidos e à NATO e da submissão política externa portuguesa à estratégia do imperialismo norte-americano, em vez da venda dos «riscos acrescidos» em consequência da «utilização de facilidades em território nacional» por países da NATO (conforme se diz no «conceito estratégico de defesa nacional»), é necessário limitar e reduzir as obrigações e os encargos militares externos de Portugal, não autorizar a instalação, o armazenamento e o trânsito de armas nucleares pelo nosso território e adoptar e desenvolver uma política externa que, sem pôr em causa as relações de amizade tradicionais, estabeleça relações de amizade, cooperação e paz com todos os povos do mundo.

A defesa e consolidação da democracia política e da independência nacional são condições básicas para que, no quadro da organização económica consagrada na Constituição, o País possa sair da crise e para que se promova, emprenda e realize uma política de desenvolvimento económico que corresponda aos interesses do povo e do País.

A política económica que o PCP propõe é uma política intrinsecamente democrática e patriótica. É a política portuguesa de que Portugal precisa.



III

A luta por uma alternativa

1. Para que 1985 seja o ano da mudança democrática

A nossa Conferência Nacional acaba de mostrar e demonstrar que existe uma **política alternativa** capaz de resolver os grandes problemas que o País defronta.

Não basta porém que exista uma tal política. É necessário também que exista **uma alternativa política**, isto é, a possibilidade de formar um Governo para realizar a política alternativa.

O nosso Partido afirma que tal possibilidade existe, que **existem as condições políticas, sociais e institucionais necessárias para que o actual Governo seja prontamente demitido e para que se forme um Governo democrático.**

Condições para que o Governo seja prontamente demitido — porque o Governo PS/PSD perdeu toda e qualquer legitimidade para governar. Perdeu essa legitimidade porque faltou a todas as suas promessas. Porque não resolveu um único problema do País antes os agravou a todos. Porque conduziu o País à gravíssima crise em que vivemos. Porque se coloca arrogantemente fora da lei, desrespeitando a Constituição, a legalidade, os mais elementares princípios democráticos. Porque desestabiliza a situação económica, social e política. Porque, fomentando e protegendo os abusos do Poder, as fraudes, o compadrio e a corrupção, mostra não ter o mínimo de dignidade e de moral para governar o País. Porque afronta os outros órgãos de soberania e as instituições. Porque

anuncia um autêntico golpe contra a democracia política. Porque está comprometendo a independência nacional. Porque os dois partidos do Governo estão roídos por conflitos e divisões internas e travam entre si constantes e escandalosas querelas, de forma que a coligação, que era a base para a formação do Governo, deixou efectivamente de existir. Porque está isolado do povo e do País. Porque a maioria de deputados de que dispõe na Assembleia da República deixou de corresponder a uma maioria do eleitorado. Porque de há muito as instituições democráticas deixaram de funcionar normal e regularmente. Porque o povo em luta reclama a sua urgente demissão.

São razões de sobra e condições de sobra para que o Governo seja demitido.

Deve e pode ser demitido. E deve e pode ser substituído.

De facto, existem também as **condições institucionais indicadas na Constituição para uma alternativa política: a dissolução da Assembleia da República e eleições antecipadas.**

Temos por certo que, sendo assegurada a democraticidade das eleições, o PS e o PSD pagarão caro a sua política antipopular, antidemocrática e antinacional. A alteração do quadro partidário que está em vias de concretizar-se é susceptível de alterar profundamente a arrumação e correlação das forças políticas e das respectivas representações parlamentares.

No imediato, na sequência da demissão do Governo PS/PSD, é **institucionalmente possível a formação de um governo de gestão** para assegurar os negócios correntes do Estado e preparar e assegurar a realização das eleições em condições de respeito pela Constituição, de legalidade, de igualdade no acesso aos meios de comunicação social do Estado, democraticidade dos processos e dos actos eleitorais.

Depois, (e sublinhamos: independentemente do resultado das eleições) a solução que melhor corresponde à necessidade de mobilização e conjugação de todas as capacidades, energias e esforços do País para vencer a gravíssima crise que o País atravessa, é a formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional, disposto a defrontar e a resolver os problemas nacionais.

Nenhuma razão válida pode ser invocada para que aqueles que (qualquer que seja a sua filiação partidária) querem que os problemas nacionais sejam resolvidos, não dêem o seu apoio e a sua contribuição para viabilizar uma tal solução.

Pela sua parte, o PCP insiste em que está aberto a examinar a viabilização institucional, política e social de um tal Governo.

Uma coisa é certa: sem os comunistas e sem os trabalhadores os problemas nacionais não poderão ser resolvidos.

Pela sua influência nacional, pela sua profunda ligação à classe operária e às massas populares, pela sua capacidade organizativa e de realização que não tem paralelo em qualquer outra força política, pelo seu profundo conhecimento dos problemas e pelo rigor das soluções que propõe, como a nossa Conferência Nacional acaba de confirmar, o PCP é necessário ao País e é necessário ao Governo.

A ideia de que só com os comunistas a crise se pode superar e só com os comunistas os problemas se podem resolver, ganha sectores cada vez mais vastos da população.

Cabe aqui confirmar que numa solução democrática para a desastrosa crise económica, social, política e nacional na qual a política da contra-revolução afundou o País, o PCP está pronto a assumir as suas responsabilidades.

2. As lutas de massas a unidade, as eleições e o Partido

Para que 1985 seja o ano da mudança democrática, quais são as nossas grandes tarefas?

A primeira grande tarefa é organizar, ampliar, desenvolver e intensificar as lutas da classe operária e das massas populares, bem como todas as outras formas de acção política.

A acção dos deputados do PCP na Assembleia da República, o trabalho dos eleitos do PCP nas autarquias, a acção política geral do Partido, a contribuição diária e directa para a solução dos problemas das populações, são da maior importância e inscrevem-se também no poderoso movimento popular.

As lutas de massas constituem a maior força do povo. Embora num processo irregular, são elas que acabam por determinar a evolução da situação nacional.

Os próximos meses são decisivos. Sabendo que pode ter curta vida, o Governo intensifica as ofensivas contra-revolucionárias, procura, em pouco tempo, destruir o mais que puder.

A luta tem também agora de intensificar-se, resistindo às ofensivas legais e subversivas, defendendo consequentemente as conquistas de Abril, não deixando que o Governo, em vésperas da sua queda, avance na sua obra de destruição. E, ao mesmo tempo, tudo fazer para que o Governo caia o mais pronto possível.

Cabe aqui expressar, com saudações calorosas, o apoio total e certo do PCP à classe operária que confirma dia-a-dia com a sua luta heroica ser a vanguarda do movimento popular e democrático. Da mesma forma, as saudações, o apoio certo do PCP a todos, os que se levantam contra a política de desastre, fome e miséria do Governo PS/PSD: aos pequenos e médios agricultores, às mulheres, à juventude, aos intelectuais e quadros técnicos, aos pequenos e médios comerciantes e industriais, assim como às camadas mais desfavorecidas como os reformados e os deficientes.

Não podemos aqui individualizar a todos as nossas saudações. Mas podem todos ter a certeza de que estão sempre (com os seus problemas, os seus interesses, as suas aspirações e a sua vontade) no pensamento, no sentir e na acção do Partido Comunista Português.

Uma referência particular se justifica. Nestes dias, em que o Governo envia contra os trabalhadores poderosas forças da GNR e lança grandes operações para liquidar as UCPs/Cooperativas e restaurar latifúndios, cabe aqui enviar as saudações calorosas e o apoio total e certo do PCP aos trabalhadores da Reforma Agrária, aos homens e às mulheres que, em peso, com as suas famílias e os seus filhos, defendem heroicamente as suas terras, os seus gados, os seus bens, os seus postos de trabalho, defendendo assim também a economia portuguesa, a democracia e a independência nacional.

Fazer frente à ofensiva e impedir o seu avanço, defender as conquistas de Abril, conseguir a demissão do Governo, são consignas essenciais na nossa luta presente.

Há que concentrar forças e energias para impulsionar, organizar, ampliar, intensificar as lutas de massas. Lutas por objectivos concretos respeitantes às várias situações e às várias classes e camadas sociais em luta. Convergindo todas elas no mais importante

objectivo político na situação actual: a urgente demissão do Governo PS/PSD.

A segunda tarefa é unir todas as forças sociais e políticas que são atingidas pela política actual e que se pronunciam por uma alternativa democrática e patriótica.

Unir a classe operária, na luta e nas suas grandes organizações de classe, nomeadamente nos sindicatos, na CGTP, nas Comissões de Trabalhadores. Unir os pequenos e médios agricultores na luta e nas suas ricas e diversificadas formas de organização. Unir na luta as mulheres, unir a juventude. Unir os intelectuais e quadros técnicos. Unir todas as classes e camadas antimonopolistas. Unir democratas e patriotas de todas as tendências no propósito comum de salvar Portugal do desastre, a democracia da liquidação, a independência nacional da submissão ao imperialismo.

A terceira grande tarefa é preparar desde já as batalhas eleitorais do ano em curso, que terão institucionalmente influência determinante na evolução da situação política, social e económica nos anos mais próximos.

Preparar as duas batalhas eleitorais certas: para as autarquias e para a Presidência da República. E preparar a batalha eleitoral que o povo anseia que seja certa porque é necessária e é possível: as eleições para a Assembleia da República em consequência da sua dissolução.

Para as eleições autárquicas há que levar para a frente o trabalho já em marcha, elaborar as listas da APU e procurar (vencendo preconceitos sectários) alargar o quadro unitário da APU com democratas independentes e vindos de outras formações políticas. Alguns objectivos fundamentais estão já definidos: reforçar as posições da APU, ganhar maiorias absolutas onde a APU tem maioria relativa, ganhar novas Câmaras e novas maiorias.

Para as eleições presidenciais, não ter demasiada pressa das as modificações possíveis na situação política antes do fim do ano, não acompanhar a precipitação de quaisquer candidaturas e insistir na necessidade do acordo ou consenso verificado das forças que têm de contribuir, com o seu apoio e os seus votos, para a vitória de um candidato da democracia e a derrota dos candidatos da direita, incluindo neste número Mário Soares.

Para as eventuais eleições antecipadas para a Assembleia da República, a batalha tem de travar-se partindo de uma ideia essencial: o reforço da representação do PCP na Assembleia da República é indispensável para que uma alternativa democrática possa realizar-se.

Fala-se muito do novo partido: o PRD. Porque surge de um ponto de vista crítico à política do Governo PS/PSD e porque pode ganhar grande parte do imenso espaço agora vazio pelo abandono do PS e do PSD por boa parte do seu eleitorado, tem de admitir-se que o novo partido venha a representar um importante papel na alteração da arrumação e da correlação de forças na própria Assembleia da República.

Mas é absolutamente certo que só o reforço, e reforço substancial, das posições do PCP na Assembleia da República pode dar garantia da constituição de um Governo democrático com uma política democrática.

É para isso que trabalhamos e devemos trabalhar com confiança em que este objectivo pode ser alcançado.

Finalmente, a quarta grande tarefa é reforçar o Partido como partido necessário, indispensável e insubstituível para a defesa da democracia e da independência nacional, para solução democrática dos problemas nacionais.

Reforçar a organização. Reforçar a propaganda. Reforçar a preparação dos quadros. Reforçar a ligação à classe operária e às massas populares. Reforçar a influência social, política e eleitoral.

A Conferência Nacional que acabamos de realizar é mais uma demonstração da força, da capacidade de organização, da unidade, do trabalho colectivo e da democracia interna do nosso Partido.

É mais uma demonstração de como o PCP está radicado na vida, na classe operária, nas massas. De como conta com um larguíssimo e activo apoio social e político. De como a sua contribuição é indispensável para qualquer saída democrática para a crise.

Tanto na preparação como nos trabalhos da nossa Conferência Nacional, a nossa atenção, o nosso estudo, as nossas conclusões estiveram sempre voltados para os trabalhadores, para o povo, para o País.

O trabalho da Conferência Nacional foi trabalho de milhares de militantes comunistas e outros portugueses e portuguesas que conosco quiseram cooperar — trabalhadores, agricultores, técnicos, cientistas — profundamente empenhados em encontrar solução para os problemas do nosso povo e da nossa pátria.

Por isso os materiais da nossa Conferência Nacional — o documento-base, os relatórios, as intervenções — não são materiais secos e frios. São a tradução (em termos rigorosos da economia) dos interesses, das situações, dos problemas mais sentidos, das aspirações e da vontade do Povo português.

A Conferência Nacional foi uma grande realização. Foi uma grande acção política. Foi uma grande iniciativa de carácter ideológico. Foi um valioso elemento da luta do Povo português e de todos os democratas e patriotas, para pôr fim ao Governo de fome, miséria e destruição e para que Portugal retome o caminho de liberdade, de democracia, de progresso e de independência nacional aberto pela revolução do 25 de Abril.

Viva Portugal! Viva o Partido Comunista!

